



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

ALBERTO CÉSAR DAMACENA DA SILVA FARIAS

**BUSCANDO OS ELOS DA CADEIA DE RECICLAGEM DA CIDADE DE  
CARUARU-PE: A Asproma e os sujeitos sobreviventes dos resíduos**

RECIFE  
2021

ALBERTO CÉSAR DAMACENA DA SILVA FARIAS

**BUSCANDO OS ELOS DA CADEIA DE RECICLAGEM DA CIDADE DE  
CARUARU-PE: A Asproma e os sujeitos sobreviventes dos resíduos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia.

Área de concentração: regionalização e análise regional.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes

RECIFE  
2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

F224b Farias, Alberto César Damacena da Silva.  
Buscando os elos da cadeia de reciclagem da cidade de Caruaru : a ASPROMA e os sujeitos sobreviventes dos resíduos / Alberto César Damacena da Silva Farias. – 2021.

139 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Ana Cristina de Almeida Fernandes.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2021.  
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Lixo – Eliminação – Aspectos ambientais. 3. Reaproveitamento (sobras, refugos, etc.). 4. Catadores. 5. Trabalho. I. Fernandes, Ana Cristina de Almeida (Orientadora). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

(BCFCH2021-212)

ALBERTO CÉSAR DAMACENA DA SILVA FARIAS

**BUSCANDO OS ELOS DA CADEIA DE RECICLAGEM DA CIDADE DE  
CARUARU-PE: A ASPROMA E OS SUJEITOS SOBREVIVENTES DOS RESÍDUOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 24/02/2021.

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes (Orientadora – Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Lúcia Ferreira Lirbório (Examinadora Externa)  
Instituto Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a minha mãe, irmãs e À memória de Lua. Sem elas nada seria possível.

À minha orientadora Ana Cristina por toda sua contribuição ao trabalho e por seu carinho ao trabalho.

Aos catadores Seu Zé e Dona Cleide por todo carinho e colaboração sem eles não seria possível este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um dos sentimentos de maior valor que o ser humano possa ter em relação ao outro, envolve reciprocidade e reconhecimento pelo que o outro fez/faz na sua vida, eu não poderia deixar de agradecer as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse possível de sua realização.

À Deus, pela dádiva da vida pela oportunidade de transformar sonhos em realidade, e por todas as conquistas alcançadas até hoje, por sempre está presente em minha vida me guiando e sustentando-me nos meus desafios cotidianos.

À minha mãe e minhas irmãs por todo o apoio nessa vida, e principalmente nessa jornada sem vocês eu não conseguiria, são a minha base de sustentação, agradeço todo o carinho, solidariedade, companheirismo, sou um privilegiado em ter vocês ao meu lado.

À professora Ana Cristina, por toda sua contribuição ao trabalho em suas orientações e as longas conversas que me estimulavam na pesquisa. Por todo seu carinho em suas colocações no trabalho, sem todo seu apoio eu não conseguiria concluí-lo.

Ao professor Caio e a professora Lúcia membros da banca examinadora meus agradecimentos por aceitar participar da banca e por suas contribuições no trabalho.

Ao PPGEO agradeço aos colaboradores na pessoa do secretário Eduardo que sempre foi gentil e solícito nos auxiliando e orientando na parte burocrática.

Aos colegas do GRITT Carol, Carlos e Helena com suas contribuições em meu trabalho foram inúmeras conversas sobre a pesquisa agradeço a vocês por cada minuto que me ouviram, e também agradecer a todos/as os colegas do GRITT por todo aprendizado adquirido em nossas reuniões, as trocas de experiências de vida, e a troca de carinho em cada palavra dita naquela sala, significaram momentos inesquecíveis que levarei para sempre em minha vida.

Aos meus colegas de trabalho em especial as senhoras Martha Melo e Elaine Tavares, agradeço por todo apoio ao longo desses anos, em compreender gentilmente minhas ausências quando necessárias para conseguir realizar mais esse sonho.

Aos catadores da Asproma com toda gentileza abriram as portas da Asproma e de suas vidas para construção desse trabalho, que carrega um enorme significado para mim, nas inúmeras horas dedicadas em nossas conversas sempre produtivas, durante um ano e três meses com vocês aprendi uma porção de coisas que levarei para vida.

*O Bicho*  
*Vi ontem um bicho*  
*Na imundície do pátio,*  
*Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,*  
*Não examinava nem cheirava:*  
*Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão.*  
*Não era um gato.*  
*Não era um rato.*

*O bicho, meu Deus, era um homem.*

*Manuel Bandeira*

(CAVALCANTI; PEREIRA, 2021, p.69)

## RESUMO

Nesta dissertação, propõe-se realizar o mapeamento de identificação dos elos da cadeia de reciclagem do município de Caruaru (PE), o resíduo produzido em nossas residências, indústrias, comércio cresceu diante da cultura material de consumo frenético da obsolescência de nossos trecos, a gestão dos resíduos por muito tempo foi considerada um problema nas cidades, porém sobrevém de problema a campo de disputa quando diferentes elos começaram a perceber o seu valor financeiro, mapeando cada elo que compõem a cadeia, seus interesses e conflitos. Com ênfase nos catadores de resíduos sólidos da Asproma. Ao longo do tempo são introduzidos novos elos entre eles: o setor de comércio passando de principal fornecedora de material a concorrente direto na venda do material reciclável, o poder público local e os donos de ferros velhos (atravessadores) exploradores da mão de obra barata desses trabalhadores nas cidades, espaço este usurpado por um capital fetichista patrocinador de um modelo perverso contra os mais vulneráveis socialmente que lutam diariamente por seu reconhecimento como trabalhador. Utilizamos como recurso metodológico a história oral privilegiando a biografia e memória desses trabalhadores.

**Palavras-chave:** ASPROMA; Cadeia de reciclagem; Catadores de resíduos; Cidade; Trabalho.

## **ABSTRACT**

In this dissertation, it is proposed to accomplish the identification mapping of the links in the recycling chain in the city of Caruaru (PE), the waste produced in our houses, industries and commerce grew due to the frenetic consumption material culture of the obsolescence of our stuffs, waste management, for a long time, was considered a problem in cities, but it emerged as a problem in the field of dispute when different links began to realize its financial value, mapping each link that makes up the chain, its interests and conflicts. With an emphasis on Asproma's solid waste collectors. Over time, new links are introduced between them: the commerce sector, changing from being the main supplier of material to a direct competitor in the sale of recyclable material, the local government and the owners of junkyards (middlemen), exploiters of the cheap labor of workers in cities, a space usurped by a fetishistic capital, sponsor of a perverse model against the most socially vulnerable, who fight daily for their recognition as a worker. We use, as a methodological resource, oral history, privileging the biography and memory of these workers.

**Keywords:** ASPROMA; Recycling chain; Waste collectors; City; Work.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- A cidade de Caruaru (PE) ontem e hoje.....	35
Figura 2 - Rio Ipojuca Caruaru (PE).....	36
Figura 3 - A feira de Caruaru (PE) ontem.....	38
Figura 4 - A feira da sulanca/ Paraguai de Caruaru (PE).....	39
Figura 5 - A feira de gado de Caruaru (PE) .....	40
Figura 6 - Localização da cidade de Caruaru - mapa do estado de Pernambuco.....	41
Quadro 1 - População de Caruaru (1872-1920).....	41
Quadro 2 - População de Caruaru (1940-2020).....	42
Gráfico 1 - Crescimento médio anual da população de Caruaru (1991-2016).....	43
Gráfico 2 - Taxa de escolarização.....	44
Gráfico 3 - Taxa de urbanização por unidade geográfica.....	45
Gráfico 4 - Produto interno bruto e sua composição setorial por unidade geográfica (2014).....	45
Gráfico 5 - Número de estabelecimentos e empregos formais de Caruaru (2015).....	46
Gráfico 6 - Número de empregos formais e remuneração média de Caruaru (2010-2015).....	48
Quadro 3 - Legislação ambiental de disposição dos resíduos: Avanços e desafios.....	74
Gráfico 7 - Posição final de resíduos sólidos, por tipo de destinação - Brasil 2017/2018 (toneladas/ dias).....	82
Gráfico 8 - Quantidade de municípios, por tipo de disposição final adotado .....	83
Quadro 4 - Despesas da prefeitura de Caruaru (PE) com a coleta dos resíduos.....	86
Figura 7 - Sede da Asproma (Vila Diocesana).....	115
Figura 8 - Transportes utilizados para transportar os resíduos.....	115
Figura 9 - Reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Asproma.....	118
Figura 10 - Linha do tempo dos diretores da Asproma.....	122
Figura 11 - Meios técnicos da Asproma.....	124
Quadro 5 - Valores dos resíduos sólidos negociados pela cadeia de reciclagem de Caruaru (PE).....	126
Quadros 6 - Dados da coleta seletiva do município de Caruaru (PE) - resíduos destinados para associações de catadores.....	127
Figura 12 - Cadeia de Reciclagem Caruaru.....	129

## LISTA DE SIGLAS

ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
ASNOV	Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável Nova Vida
ASPROMA	Associação dos Protetores do Meio Ambiente
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento Social
CBO	Código Brasileira de Ocupação
CIV	Companhia Industrial de Vidro
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
RLOR	Rede Latino Americana de Organização Recicladoras de Catadores
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SELUR	Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana

SNAS      Secretaria Nacional de Assistência Social

SESP      Secretaria de Serviços Públicos de Caruaru

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>O DIREITO À CIDADE: UM GRITO DE SOCORRO POR UMA CIDADE MAIS IGUALITÁRIA.....</b>	<b>21</b>
2.1	Uma mudança de era: As cidades do mundo capitalista.....	26
2.2	Caruaru: A capital do Agreste Pernambucano.....	34
<b>3</b>	<b>TRABALHO E CONSUMO: LEGITIMIDADE DO CICLO DA VIDA HUMANO .....</b>	<b>49</b>
3.1	As raízes do trabalho benesses do capital: Da exploração da escravidão à escravidão contemporânea.....	54
3.2	O trabalho como remédio para pobreza?.....	62
3.3	A legislação do trabalho dos catadores de resíduos sólidos no Brasil: Avanços e desafios .....	69
3.4	Experiências da organização dos catadores: Uma luta pelo reconhecimento do trabalho.....	76
3.5	Resíduo nosso de cada dia.....	80
<b>4</b>	<b>OS ELOS DA CADEIA DE RECICLAGEM: CONFLITOS E INTERESSES .....</b>	<b>89</b>
4.1	Tecendo o perfil das/os catadoras/es de reciclagem do Nordeste brasileiro.....	96
4.2	A memória de vida das/os catadoras/es construída pelas vias da metodologia da história oral.....	107
4.3	Sobreviventes dos resíduos no Agreste pernambucano: Asproma uma história de resistência.....	112
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>130</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>136</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu diante de uma inquietação pessoal, quando ao sair do trabalho no final do dia sempre passava pelo centro da cidade de Caruaru (PE) e presenciava um número expressivo de pessoas catando resíduo, em um momento em que o Brasil atravessava um momento econômico de crescimento. O ano era 2013, e presenciávamos grande boom econômico. Num primeiro momento, refletia como as pessoas conseguiam sobreviver da catação de resíduo, definido pelo Dicionário Michaelis on-line, “lixo: resíduos provenientes de atividades domésticas, industriais, comerciais etc. que não prestam e são jogados fora; bagaço”. Assim, ao longo da dissertação utilizará o termo resíduo ao invés de lixo, por acreditarmos tal como os catadores o valor socioeconômico e ambiental dos resíduos sólidos.

Desse modo, tive a oportunidade de acompanhar de perto um grupo de catadores por intermédio do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Centenário, na cidade de Caruaru-PE. O grupo tinha como o objetivo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários entre eles, por meio de suas histórias de vida, cujos relatos me surpreenderam e estimularam a busca de referências na literatura que pudessem oferecer outra visão dos sobreviventes da catação de resíduos.

Nesse sentido, depois de um contato mais próximo com os catadores, e com a literatura, apreciei o processo histórico de formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que surgiu em meados de 1999. Contudo, tomei conhecimento que um pouco antes, em 1980, as catadoras/es individuais produziam os primeiros passos em sua organização, através de associações e cooperativas, nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Portanto, multiplicou-se o número de sujeitos interessados em recolher materiais recicláveis, daí se fizeram visíveis nas grandes cidades, era possível quantificá-los em milhares.

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada pelo IBGE (2008) estimou que a população de catadoras/es seria de um pouco mais de 70 mil catadores de recicláveis nas áreas urbanas do país, porém não há uma estatística precisa acerca do contingente total de catadores de recicláveis no Brasil. Já segundo o Censo Demográfico de 2010 eram aproximadamente 387.910 pessoas que se declararam catadores em território brasileiro. Porém, este valor pode estar abaixo do quantitativo real, uma vez que há dificuldades na coleta de dados durante a

pesquisa do Censo, como reconhecimento profissional da atividade de catação de recicláveis por parte dos próprios catadores.

Desse modo, os catadores são à base da cadeia produtiva da reciclagem, e a seguinte pesquisa tem como objetivo mapear a cadeia de resíduos sólidos da cidade de Caruaru/PE, analisando sua estrutura, atores envolvidos, funções destes na cadeia, seus respectivos interesses e conflitos, diante do crescente interesse nos resíduos por parte dos vários elos.

Estima-se que 90% de todo material reciclado no Brasil passa por suas mãos. São elas/es que deram visibilidade à catação de resíduos, e transformaram o seu trabalho em uma grande oportunidade de negócios e investimentos por parte de outros elos introduzidos na cadeia ao longo do tempo. A expansão histórica desse setor guarda relação estreita com a ampliação da população de catadores, tornando-se possível e viável como negócio lucrativo para os agentes econômicos somente quando encontrou numeroso contingente de trabalhadores, desocupados ou semi-ocupados, convertível em catadores. Também se avalia que 75% dos ganhos com a reciclagem são apropriados pela indústria. O Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) calcula em R\$ 8 bilhões os recursos financeiros passíveis de serem poupados direta ou indiretamente pela reciclagem no Brasil (BOSSI, 2008; DEMAJOROVIC; LIMA, 2013; FERRAZ *et. al*, 2012; IPEA, 2012).

Na maior parte dos casos os catadores de resíduos não possuem qualquer tipo de apoio dos governos locais, estando à mercê da própria sorte em caso de chuva, de estrago do carrinho, acidentes, adoecimento, oscilações de oferta de material e de rendimento, formando uma gigantesca reserva de trabalhadores de baixa e média qualificação e cada vez mais descartáveis. Pelo fato de não possuírem maquinários e equipamentos como prensa, balança e automóvel, os catadores acabam negociando o seu material com os donos de ferros velhos, os atravessadores, um elo forte da cadeia de reciclagem - indivíduos ou organizações - detentores dos meios técnicos para pesar, recolher, conduzir e negociar com as empresas recicladoras que inclusive são eles que determinam os valores a serem pagos aos catadores, que sofrem com os baixos preços pagos pela catação dos resíduos. Em alguns casos, estão/são reféns desses atravessadores, porque estes lhes adiantam/emprestam dinheiro, configurando uma dívida a ser paga com material reciclável, foram os catadores os primeiros a perceber a lucratividade dos resíduos, uma atividade informal e precarizada sem nenhum tipo de vínculo empregatício, com diminuição dos rendimentos, sem contribuições sindicais e ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), uma atividade totalmente isenta de pagamentos de

impostos, que vêm ganhando relevância no mundo do trabalho exatamente porque têm sido acionados como principal forma de relação de trabalho no mundo do capital (BOSSI, 2008; FERRAZ *et. al*; 2012; HARVEY, 2016; SALVADOR, 2018).

Outro elo da cadeia de reciclagem é o setor de comércio varejista, grande fornecedor de materiais recicláveis que diariamente depositam seus resíduos em frente suas lojas ou armazenavam o material no fundo delas, antes repassavam o material aos catadores, no entanto percebendo a lucratividade dos resíduos passaram a negociar diretamente com os donos os ferros velhos e/ou empresas terceirizadas tornando-se um elo de competitividade na cadeia de reciclagem, e não mais fornecendo os materiais recicláveis ao elo mais frágil da cadeia aos catadores, de tal modo prejudicando a classe de trabalhadores da catação, retirando deles seu principal insumo de trabalho, o resíduo (BOSI, 2008).

Ainda assim, os catadores são o mais antigo elo da cadeia de resíduos, eles que puxam suas carroças desde os anos 1980, criando uma nova ocupação, mesmo que esta não tenha sido resultado de uma livre escolha. A maioria dos catadores teve uma profissão (ou mais de uma), a qual não pôde mais ser exercida, seja por imposição do mercado, ou por inaptidão física ou em função de seu envelhecimento. No entanto, como catadores se mantêm ativos e vêm contribuindo para uma melhor gestão dos resíduos produzidos pela sociedade.

Embora seja fonte de sustento para as famílias que retiram sua sobrevivência da catação, os resíduos são vistos ainda como um problema de escala mundial, principalmente nas cidades com população crescente. No Brasil, a situação da destinação dos resíduos é preocupante: segundo dados do IBGE (2010) 50,8% dos resíduos sólidos dos municípios ainda são dispostos em vazadouros a céu aberto (lixões), ou mesmo depositados nas calçadas pelos próprios habitantes das cidades, ocasionando problemas de mobilidade urbana e crescente número de pragas nocivas ao ser humano (MALHER *et al.*, 2012).

Nesse sentido, compõe essa cadeia de reciclagem outro elo forte, os governos locais (prefeitura), que buscam investir na implantação de técnicas, como aterros controlados ou na terceirização da coleta dos resíduos, porém ainda não é a melhor saída enterrar os resíduos podendo acarretar consequências como poluição dos aquíferos e lençóis freáticos, vazamento de líquidos e gases, entre outras consequências maléficas principalmente ao espaço natural. E ainda agem timidamente para o fortalecimento dos trabalhadores da catação, seja pelo incentivo da formação das organizações de associações ou das cooperativas de catadores como determinada através da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), seja pela

disponibilidade de equipamentos de segurança individuais (EPI) ou no enfretamento aos atravessadores.

Os catadores nos ensinaram a forma mais adequada de lidar com os resíduos devolvendo à industrial inicial sua produção para ser transformada e voltar às prateleiras das empresas fornecedoras, foram esses trabalhadores que tornaram tais técnicas viáveis para serem empregadas, possibilitando a expansão do negócio da reciclagem no Brasil, tecendo o processo da logística reversa uma inovação trazida pela lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelecendo que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos garantindo que os resíduos retornem para serem transformados e possam voltar as prateleiras principalmente do setor varejista, assim reduzindo os gastos dos recursos naturais.

Entretanto, a baixa escolaridade desses trabalhadores aliada à sua falta de qualificação profissional, contribui significativamente para sua exclusão do mercado formal de trabalho, o que torna esta a única atividade que resta para os catadores, diante da perspectiva de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho. A lógica dominante da livre e ampliada circulação financeira criou uma enorme quantidade de pessoas “supérflua”, um verdadeiro exército de reserva para ampliação do capital, que não deram certo e causou a perda dos meios de sustento principalmente a população mais pobre, essa realidade de produção de exclusão atingiu os países centrais e periféricos, contribuindo para agravar a realidade dos catadores que laboram durante longas jornadas diariamente para sua sobrevivência (BAUMAN, 2009; FERRAZ *et al.*, 2012; CORNIERI; FRACALANZA, 2010).

Desse modo, ao compreender que trabalhar nessas condições significa ser escravizado pela necessidade, como argumenta Arendt (2018), essa escravização é inerente às condições da vida humana contemporânea. Dominados pelas necessidades de reprodução da vida, esta realidade se mostra particularmente adversa no caso brasileiro, cujo processo histórico de formação social baseada em trabalho escravo promove, reproduz e banaliza a violência e a espoliação em uma sociedade que reluta em reconhecer os trabalhadores pobres e informais, como os catadores, apesar de esta/es já terem obtido reconhecimento ao menos no código brasileiro de ocupação profissional. No entanto, não possuem reconhecimento social, são

desvalorizados, estigmatizados, explorados e sujeitos a grande variedade de riscos (ARENDDT, 2018; BARROS; OLIVEIRA; NEVES, 2009).

Portanto, percebendo o potencial da cadeia de reciclagem, o capital se apropria dela, pois o capitalismo não apenas envolve as atividades econômicas para geração de lucro. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica são mobilizados vários fatores extra-econômicos (do direito e do Estado nacional à Filosofia, à religião, à ciência e à tecnologia). Sendo assim, a disposição da cadeia de reciclagem acontece determinada pelo capital, embora a relação social de exploração do trabalho não apareça formalizada em contratos que fixem jornadas e salários. Os interesses pelo dinheiro que circula dentro da cadeia de reciclagem atraem sujeitos que tiram proveito da exploração de trabalhadores pobres, negros, com baixa escolarização e desprotegidos socialmente (FERNANDES, 2008).

O capitalismo, em suas contradições, provoca o problema e cria a solução. Nesse caso, incentiva o consumo, levando-nos a introjetar a ideia de que somos livres para escolher os bens de consumo material, nossos trechos, troços e coisas. No entanto, essa tal liberdade é acompanhada de uma série de contradições que ficam obscurecidas para não nos desviar da propensão a consumir os produtos escolhidos por um pequeno grupo de pessoas que cada vez mais destrói os recursos naturais, modifica as relações sociais, individualiza os homens e aniquila a ideia do bem-estar social, em nome de mais lucro.

Desse modo, a solução para o problema do volume de resíduos produzidos pelo consumismo nos últimos anos, está na estruturação da cadeia de reciclagem, também dela o capitalismo se apropriou. Transformando tudo em mercadoria, o capital gera mais capital, não perdendo nada, nem mesmo os resíduos que vinha sendo recolhidos pelos catadores, as/os trabalhadoras/es mais espoliadas/os, que agora podem ser dispensados da cadeia que eles mesmos haviam criado, pois agora o capital se encarregou de introduzir outras técnicas na cadeia para realizar as atividades dos catadores (ARENDDT, 2018; HARVEY, 2016; MILLER, 2013).

Essa transformação de tudo em mercadoria ocasionou uma grande desigualdade social que parece agora estar mais perto que nunca de se transformar no primeiro moto-perpétuo da história que as classes dominantes, depois de inúmeras tentativas fracassadas, afinal conseguiram inventar e pôr em movimento. A estrutura do capitalismo que tende a matar, como em genocídios acontecidos no passado no continente africano, na América Latina e

mesmo na Europa desenvolvida, continua hoje a matar mulheres e jovens, na maioria negra e pobre, marginalizada pela força destruidora da tirania do dinheiro, junto com doses generosas de ódio e discriminação, motivados por questões de classe, etnia, gênero, orientação sexual e religiosa (BAUMAN, 2015).

Sendo assim, essa percepção é fortalecida por uma estrutura social brasileira que se perpetua por séculos, com renovados estímulos ao ódio aos trabalhadores mais pobres que sofrem a negação de sua situação profissional (catadoras, catadores, empregadas domésticas, camelôs, entre outros). Isso acontece como uma das táticas da “elite de rapina” que dão continuidade ao passado, retirando a humanidade do outro para enfraquecê-lo, e assim poder explorar com mais facilidade, em um processo à semelhança da escravização (SOUZA, 2019).

Entretanto, na tentativa de uma compensação social aos trabalhadores pobres, o Estado, junto ao grande capital, se preocupou em promover o consumo, transformando-os em consumidores e não se preocupando em torná-los cidadãos com consciência de luta por melhorias de qualidade de vida. Afinal, é mais simples governar para pessoas preocupadas em consumir lugares, bens duráveis, vivendo quase como zumbis enfeitiçados pelas vitrines de um Shopping Center, surgindo assim à chamada nova Classe C, formadas por assíduos frequentadores de templos de consumo, ao invés de favorecer a construção de cidadãos conscientes de suas lutas por um ideal de justiça social.

A reprodução social é cada vez mais infectada e, em alguns casos, totalmente transformada por essas condições de negligenciamento com a base da pirâmide social. Produzindo uma massa de trabalhadores pobres sem status de cidadãos, mas sim de consumidores, com necessidade de substituir cada vez mais depressa as coisas mundanas que nos rodeiam já não podemos nos permitir usá-las, respeitar e preservar sua inerente durabilidade; temos de consumir, devorar, por assim dizer, lugares, status profissionais, nossas casas, nossas mobílias, nossos carros.

Nesse aspecto, o capital tem sistematicamente encurtado a vida útil dos bens de consumo, produzindo mercadorias que não duram, forçando uma obsolescência programada e às vezes instantânea, criando rapidamente novas linhas de produtos (como tem acontecido ultimamente com os aparelhos eletrônicos), acelerando a rotatividade, pela mobilização da moda e da propaganda, para enfatizar o valor da novidade, a falta de elegância do velho. O capital fez isso nos últimos duzentos anos ou mais, usando à exaustão elementos da natureza e produzindo uma quantidade gigantesca de resíduos. No entanto, a realização deveria ser

convertida numa demanda baseada em carências e necessidades, à qual deveria corresponder a produção, mas o consumismo é baseado na necessidade de atender ao fetichismo e ao lucro (ARENDDT, 2018; HARVEY, 2016; MILLER, 2013; NERI, 2011).

As cidades se transformaram em palco desse modelo de perversão, continuam a ser centro de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas, um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida e obras (obras de arte, monumentos), porém foram revertidos em valor de troca de um capital perverso, embora na cidade também aconteça a luta de trabalhadores que para lá migraram ainda na infância ou no final da adolescência, a exemplo dessas catadoras/es que nasceram e cresceram no campo, na maioria dos casos, as cidades compuseram em seu campo de refúgio quando expulsos da agricultura, mas nelas vão permanecer e enfrentar enormes desafios (LEFEBVRE, 2001; SANTOS, 2001; BAUMAN, 2009).

Assim, modificadas pelo capital passando para cidades-mercadoria que estampam a desigualdade à medida que o capitalismo se expande e reinventa-se em busca da mais-valia, marcado pela hegemonia do capital financeiro. Explorando o trabalho, separa a energia da informação, o trabalho manual do trabalho intelectual, dificultando ou impedindo o homem de dispor de uma e de outra concomitantemente. Assim, por esse mecanismo, os homens perderam sua capacidade original de transformação, que passou para as organizações, para as empresas, embora seja instância fundamental da vida, que interfere na forma como se apropriam e constroem o espaço vivido. Os trabalhadores ao serem expropriados de qualquer meio de produção, precisam vender sua força de trabalho para ter uma vida mais digna na cidade e não encontrarem a quem vendê-la são obrigados a trabalhar em condições e horários impróprios como os catadores. Atuam em um espaço urbano tomado pela acumulação capitalista em sua expansão interminável e desordenado, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas (CARLOS, 2015; HARVEY, 2014; HAESBAERT, 2016).

Assim, o espaço urbano se tornou um campo de luta de classes, reforçado pelo próprio planejamento urbano não mais compreendido enquanto totalidade, a cidade é tratada em seus múltiplos fragmentos, em sua “polifonia” parcelada, em seus constantes processos de diferenciação interna, uma parte com a riqueza e outra desprovida de proteção social, esta última relegada pelo Estado que não assume suas responsabilidades perante os cidadãos, ou

melhor, dizendo perante os seus consumidores. Refletindo a precarização da mão de obra dos da última fila (pobres), por ações dos que estão na primeira fila (ricos), assim como o sentimento de aversão destes pelos “estranhos”, isto é, os trabalhadores pobres, cuja existência não é reconhecida, são expulsos dos centros urbanos e levados para as partes periféricas das cidades. E em lugar do debate democrático, pratica-se a criminalização, a repressão ou a desmoralização do interlocutor, criminalizando o trabalho do pobre (BAUMAN, 2009; MARICATO, 2015; HAESBAERT, 2016).

Desse modo, o modelo de cidade imposto pela força do capital denega aos catadores o seu direito à cidade. Não apenas lhes são negadas as condições necessárias para execução de uma atividade essencial, a gestão dos resíduos, mas também o seu direito de acesso às políticas públicas, como demonstrado pelo Censo Demográfico (2010), que apresenta alguns indicadores preocupantes para o futuro da atividade de catação. Entre estes indicadores, destaca-se baixo grau de escolarização dos trabalhadores, que os torna vulneráveis na cadeia de reciclagem perante os demais agentes.

Assim, o direito à cidade é um grito de socorro de todos que sofrem as consequências de um capitalismo tirano e perverso que evidencia o controle da população de aglomerados humanos de exclusão, e que cada vez mais institui atitudes de violência em nome da segurança. Tantos equívocos são cometidos em nome da segurança, agregando uma verdadeira caça às massas de excluídos nas grandes cidades e agora nas cidades intermediárias, violência que não requer necessariamente o uso da força pelo Estado dos homens fardados, mas aquela silenciosa, com olhares de desprezo e marginalização social dos trabalhadores pobres, como os catadores (LEFEBVRE, 2001; HAESBAERT, 2016).

## **2 O DIREITO À CIDADE: UM GRITO DE SOCORRO POR UMA CIDADE MAIS IGUALITÁRIA**

O mundo sempre será um espaço de transformação ora realizado pela natureza ora pelo homem que ao habitar imprimiu suas necessidades e desejos, assim construindo o espaço geográfico lugar do encontro, e da relação social que se materializa formal e concretamente em algo passível de ser apreendido, entendido e apropriado. Desse modo a cidade é a dimensão concreta, vinculada à dinâmica do desenvolvimento, essencialmente algo não definido; não pode ser analisado como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história (CARLOS, 2011) as cidades transformaram as relações humanas de uns com outros e com o espaço natural, mediante as relações monetárias que resultou a concentração de poder e riqueza nas mãos de alguns, produzindo um modelo articulado entre os processos de produção, distribuição, troca, consumo e gestão.

Ao retornarmos aos momentos históricos o primeiro erroneamente denominado de pré-histórico, pois neste momento o homem também construía história independentemente da consolidação de um sistema de escrita, representava sua história através de suas pinturas, hoje conhecidas como pinturas rupestres, eram nômades construindo territórios e ao mesmo momento em que se desterritorializava, as cavernas utilizadas como refúgio para o homem paleolítico para suas necessidades básicas como a alimentação e servindo como depósito para guardar seus instrumentos, construção das primeiras técnicas, e local de sua reprodução.

Logo após o período mesolítico configurava-se os primeiros passos para as cidades com uma melhora da qualidade de suprimentos juntamente com a domesticação de alguns animais e a reprodução de vegetais, a agricultura começava a se tornar uma das mais importantes atividades do homem até os tempos de hoje, no entanto o processo foi lento, e o período neolítico caracterizou-se pela primeira condição favorável para o surgimento das cidades com o desenvolvimento da agricultura, o armazenamento dos alimentos e a consolidação das técnicas ainda incipientes de irrigação e de adubagem do solo que implicam fartas colheitas, e a generalização do uso do arado e dos veículos de roda (ambos de tração animal), bem como dos barcos à vela (para a navegação costeira) (CARLOS, 2011).

O homem começava a construir seus territórios, daí surgia a propriedade privada como afirma Sposito (2012) isto ocorreu da seguinte maneira: em primeiro lugar, o

desenvolvimento na seleção de sementes e no cultivo agrícola foi com o correr do tempo, permitindo que o agricultor produzisse mais que o necessário para sua manutenção. Começou a haver um excedente alimentar. Isto permitiu a alguns homens livrarem-se das atividades primárias que garantiam a subsistência, passando a se dedicar a outras atividades, portanto também se iniciou o processo de consumo e acumulação, alguns pilares que ao longo do tempo transformaram-se em vilões, acima dos princípios dos sentimentos de afetos aos quais as cidades foram pensadas.

Assim, os primeiros grupos de formação social foram às sociedades hidráulicas denominadas assim pelo fato de ocupar territórios próximos aos rios por questões de sobrevivência, e melhores condições para agricultura, contudo não possui unanimidade dos pesquisadores em apontar em qual período as primeiras cidades se arquitetaram, alguns relatam que as primeiras cidades foram elevadas por volta de 3.500 a.C., a sociedade Mesopotâmica região entre os rios Eufrates e Tigre, logo após o Vale do rio Nilo (3.100 a.C.), outras no vale do rio Indo (2.500 a.C.) e outras no rio Amarelo (1.500 a.C.), apresentavam características comuns como organização dominante centrada na figura teocrática (rei e chefe espiritual) e sua estrutura interna na organização espacial, onde as elites ocupavam os centros o que viria a facilitar a comunicação e troca de ideias, enquanto as classes dominadas ocupavam-se das partes periféricas algo não estranho as cidades usurpadas pelo capital assegurando a divisão social de homens dominantes e dominados, mas também de ricos e pobres, afirma Sposito (2012, p.16):

A relação de dominação criada entre aldeões e caçador chefe político-rei, criou condições para uma relação de exploração. Os tributos tão característicos da vida urbana provavelmente originaram-se no respeito ao “caçador” traduzidos nas oferendas ao rei. As oferendas, e depois o pagamento sistematizado de tributos, nada mais eram do que a realização concreta da transferência do excedente agrícola, do mais-produto, revelando a referida participação diferenciada dos homens no processo de produção, distribuição e apropriação da riqueza. Ai se originou a sociedade de classes, e se concretizou a última condição necessária e indispensável à própria origem da cidade.

As cidades antigas foram palco da especialização do trabalho, da divisão social e territorial, da mão de obra despontando uma sociedade de poder piramidal, classificando o território em três aspectos: Político - ligado às instituições de controle o estado e seus representantes; Cultural - é visto como produto da apropriação/ valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; Econômico - ou economicista está ligado às visões de

um capital como fonte de recursos e/ou incorporando no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho (HAESBAERT, 2016, p. 40), tornando-se o lugar das burguesias e das instituições que tinha por objetivo escoar a produção agrícola do campo para a cidade para abastecer os aglomerados urbanos aliados ao crescimento do desenvolvimento de técnicas como metalurgia, do arado e da roda. Aos trabalhadores restavam às partes periféricas das cidades para uso de moradia como sobrevivência.

Nesse sentido, a formação do conjunto de símbolos, a escrita, contribui também para o desenvolvimento das cidades, os registros foram se tornando presentes e a formulação de regras e leis, no entanto serviu como aparelho de dominação das burguesias e das instituições religiosas com objetivo de atender as suas próprias necessidades.

Desse modo, o desenvolvimento das cidades medievais é marcado pelas constantes invasões dos bárbaros, os povos que não moravam entre os muros das sociedades invadidas eram assim denominados de bárbaros, reorganizando o modo de se viver, custando o afastamento da população do espaço urbano para o campo um verdadeiro êxodo urbano<sup>1</sup>, as relações de poder passa do político para as mãos dos donos de terras, os senhores feudais e suas enormes propriedades. As populações que fugiam das invasões eram submetidas à serventia dos senhores com pequenos feudos para produção agrícola e de artesanatos, formavam pequenos exércitos, funcionários para construção e manutenção das estradas, porém as cidades não deixaram de existir com características arredondadas, são limitadas espacialmente por muralhas como praças abertas que caracterizava essa praça do mercado e, mais tarde, caracterizou os bairros comerciais e artesanais das cidades da Idade Média convindo de exibição para produção e para venda dos bens. Na verdade, a “produção conspícua” (se nos for permitido modificar a expressão de Veblen) é realmente uma peculiaridade da sociedade de produtores tanto quanto o “consumo conspícuo” é característico de uma sociedade de trabalhadores (ARENDETT, 2018, p. 199).

Além disso, as construções religiosas ressaltavam o poder da igreja, período esse conhecido como era das trevas, alcunha alcançada pelos excessos dos fundamentalistas religiosos. Ao final do sistema feudal coma a destruição das colunas: os grandes feudos, economias fechadas e o sistema de servidão, as cidades foram se proliferando muitas conseguiram tamanhos expressivos, elas ressurgiam com o fim das invasões dos bárbaros com

---

<sup>1</sup> Movimento de migração da população da cidade para o campo.

a reativação do comércio impulsionando as atividades econômicas, baseados na valorização da terra como fonte de renda e nas pequenas oficinas de produção instaladas dentro de suas próprias casas.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da burguesia na linha de frente do comércio que visava não apenas o bem-estar, mais acima de tudo o lucro permitindo a estruturação do capitalismo com um alto grau de perversidade como palco para seus desejos, as cidades junto ao processo de urbanização espaçoso em nível mundial transformaram a terra em mercadoria se impondo diante do sistema feudal, levando os suseranos a arrendar e vender seus feudos. A quebra de barreiras imposta pelo monopólio das corporações transforma a cidade em um espaço de capacidade produtiva em organizações de produção artesanal, o sistema capitalista ganha força em relação ao sistema feudal. O surgimento das cidades portuárias cercadas por muralhas localizadas com objetivo do desenvolvimento, a partir do século XV para escoamento de produção no período das grandes navegações era o início da retomada da força urbana aliando a força do capitalismo.

No que diz respeito ao continente americano, as primeiras cidades são datadas de 500 a.C. atingindo o seu ponto máximo no primeiro milênio d.C., entre elas está Tical, cidade Maia na atual Guatemala com quase 3.000 construções, Dzibilchaltun com quase 1.500 construções e Teotihuacán atual cidade do México com aproximadamente 100 mil habitantes todas localizadas na parte Central e Norte do continente americano, já na parte sul do continente se destacam os povos Incas, porém por não desenvolverem a escrita sua consideração de cidade é negada e apenas considera-se como aglomerado urbano, no entanto as características comuns entre elas está o processo de divisão do trabalho constituindo uma estrutura de classes, embrião das condições necessárias para o surgimento dos espaços urbanos (SPOSITO, 2012).

No Brasil, durante o século XVI, foram fundadas 18 cidades, segundo os dados levantados por Nestor Goulart Reis Filho, em seu livro *Evolução Urbana no Brasil*, tendo esse número aumentando para 28 no século XVII, como colônia possuía apenas caráter de escoamento de produção (Idem). As cidades começam a ganhar força e espaço de sustentação ao novo modelo econômico, social e político com acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, da produção artística e científica, no entanto com suas especificidades em cada lugar do mundo, o processo de formação das cidades brasileiras é marcado pela escravidão e violência de uma economia baseada apenas na produção de commodities.

Assim, as cidades começam a iniciar cada vez mais as produções de técnicas, com o objetivo de produções de trechos, troços e coisas, por meio da transformação da natureza e da produção artesanal doméstica ou por cooperativos estimulados pelas manufaturas e divisão do trabalho, em princípio na Inglaterra, pois apresentava condições necessárias para tal, logo expandindo para outros espaços gerando uma classe trabalhadora livre da condição servil e sem propriedade dos meios de produção. As divisões se estabelecem entre o espaço urbano e rural com crescimento urbano e conseqüentemente o aumento populacional demandando mais produção agrícola, sendo o motor da acumulação perversa que destrói o espaço natural e à vida humana, conforme Sposito (2012, p. 47):

A predominância do trabalho assalariado, e por outro lado o controle, cada vez mais definitivo, da produção pelo capital, dão ao desenvolvimento capitalista um novo rumo, através da ampliação do espectro de acumulação e reprodução do capital. Antes era possível acumular-se a partir do comércio de todo o tipo que a economia mercantil permitia (inclua-se aí os saques e a pirataria, por exemplo). Agora, era possível reproduzir este capital acumulado, investindo-o na produção, através da compra dos meios de produção necessários: matéria-prima, ferramentas, máquinas de força de trabalho. Embutido no preço do produto, agora sob a determinação do capitalista, estava o “lucro”, aquilo que a economia liberal considera a remuneração do capital investido, e que, na verdade, constitui-se na apropriação de parte da riqueza produzida pelo trabalhador que o seu salário não remunerava - a mais-valia.

A acumulação se torna uma dos principais motores perpétuos de exploração da massa de trabalhadores, permitindo longas jornadas de trabalho e baixa remuneração uma das grandes características das cidades do capitalismo comercial, que também acrescentou as novas cidades uma rede de infraestrutura, bancária e avanços técnicos e científicos, formando assim os grandes aglomerados urbanos, as metrópoles, lugar da concentração do capital e dos meios técnicos de produção, subordinando cidades intermediárias e pequenas as suas normas e desejos, em um processo piramidal de poder de cima para baixo, a partir do século XX alinhado ao capitalismo industrial baseado em valores do consumo criando as cidades como marca, as transformando em uniformes e anulando suas diferenças, por exemplo, a arquitetura local, os grandes empreendimentos e as novas formas da construção de moradia, entre outras seguem um modelo único de construção.

Portanto, inicia-se um processo desigual nas cidades à medida do desenvolvimento da manufatura e da expulsão dos trabalhadores do campo, as divisões eram percebíveis com a divisão entre o centro, local do trabalho, das atividades essenciais e onde se desenvolve a

vida, e a periferia, o lugar que concentra a massa trabalhadora que mora longe do trabalho, do lazer, convivendo com os problemas urbanos que se multiplicam desde acesso a coleta de resíduos, a negação aos mais pobres das políticas públicas, assistência social, educação, saúde, segurança pública, entre outros, conforme Sposito (2012) podemos reconhecer estes traços em muitas cidades contemporâneas, pois a espacialização funcional do uso do solo urbano começou a partir da separação social no interior do espaço urbano.

Assim podemos vincular a existência da cidade ao menos a seis elementos: “divisão do trabalho; divisão da sociedade em classes; acumulação tecnológica; produção de excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica; um sistema de comunicação e certa concentração espacial das atividades não agrícolas” (CARLOS, 2011, p. 60). Todavia é nas cidades que hoje se concentra as oportunidades, por mais degradante que seja viver nas cidades, é lá o lugar do trabalho, das decisões de orientação para o desenvolvimento que aprofunda as diferenças, tal desenvolvimento que deve ser questionando, caso do Brasil que apresenta um respectivo desenvolvimento social e econômico em relação às nações mais vulneráveis do mundo, ainda alçam um bom nível de desenvolvimento humano e um processo industrial crescente, no entanto concentra uma elevada taxa de desemprego, de miséria e demais malogros sociais, atingindo principalmente os trabalhadores que buscam no direito à cidade um grito de socorro, porém o crescimento das cidades é inevitável mediante a concentração de terras no campo pelos fundiários do agronegócio expulsando os pobres agricultores de suas terras e partem para cidade em busca do sonho de uma melhor qualidade de vida.

## **2.1 Uma mudança de era: As cidades do mundo capitalista**

O mundo não atravessa uma Era de mudança, mas sim uma mudança de Era, os hábitos sociais foram transformados com a introdução e cada vez mais a dependência das técnicas, para Santos (2001) as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com as quais o homem realiza sua vida, se produzem e, ao mesmo tempo cria o espaço, o trabalho, o modo de consumir os lugares e os bens duráveis, e até mesmo a maneira ao qual iremos morrer, hoje a produção de técnicas se encarregou de eternizar um parente que já morreu e poder "guardá-lo" como se fosse uma joia, ou melhor, um diamante, é possível criar diamantes a partir das cinzas de pessoas que foram cremadas. A técnica desenvolvida em um laboratório na Suíça gera pedras com características únicas de coloração, que variam de acordo com os elementos

químicos encontrados nos restos cremados. E o mais irrisório é que os fornos na Suíça não param. As técnicas conseguiram não só alterar os moldes de como se viver, mas também de como podemos nos eternizar após nossa morte (G1, 2013).

As cidades cada vez mais sofrem os impactos técnicos arcados pela ciência, atribuindo-lhes valores específicos diante dos usos preestabelecidos. Isso tudo transformado pelo capitalismo que mercantiliza tudo que há nas cidades de vidas humanas, pois quem possui dinheiro está menos propício de morrer por uma bala perdida em confronto policial, até estabelecer valor àquilo que desprezamos por não nos servi mais como os resíduos sólidos, porém não é apenas uma realidade econômica o capital de fato transformou o conceito de se viver.

A discussão realizada neste ponto compreende o espaço rural como parte fundamental na construção da cidade como caracteriza Lefebvre (2001) utiliza-se da argumentação de que a cidade tem relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história negada muitas vezes, é o palco onde se afeiçoa o processo de vida das transformações libertadoras para mulheres, negros, trabalhadores marginalizados, entre outros grupos.

Desse modo, as cidades são a culminância dessa mudança em tempos líquidos<sup>2</sup>, são um enorme espaço banal, e como descrito por Fernandes (2016) são também o local por excelência para a troca de experiências, vivências, conhecimentos, ideias e tecnologias, que atiçam a curiosidade e criatividade dos indivíduos. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem se instalar, conviver, prosperar, mas também segundo Santos (2001, p. 33), a cidade lembrando que esta, na metade do século XIX, seria um produto cultural. Hoje, “está a caminho de se tornar muito rapidamente, no mundo inteiro, um produto técnico”. E para Lefebvre (2001) são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos), e com crescimento do investimento de capital da parceira do poder público e privado transformaram as cidades em verdadeiras vitrines expostas a um capital selvagem cada vez mais cedendo uma disneyficação, um aspecto romantizado,

---

<sup>2</sup> Conceito do sociólogo polonês Zygmunt Bauman que se utiliza da metáfora do líquido para explicar que nada estará preso a uma única forma, no entanto consegue conservar algumas características, sendo estimulado ou forçado a mudar, um bom exemplo são as cidades nunca deixaram de existir, no entanto sofrem mudanças drásticas por investimentos do capital de fora para dentro.

idealizado e, concomitantemente, das cidades que são vistas como objetos de consumo, surpreendida por investimentos de grupos de fora de seu espaço que não preservam a sua história e a memória das cidades reforçando seu modelo em detrimento das características locais, sempre com um discurso da necessidade de mudança de um novo designer urbano classificado como moderno.

O sucesso na “criação da marca” de uma cidade pode requerer a expulsão ou erradicação de todas as pessoas ou coisas que não sejam adequadas aos padrões dos novos modelos urbanos, por exemplo, em Seul, na década de 1990, as empresas de construção civil e as empreiteiras contrataram hordas de “lutadores de sumô” para invadir bairros inteiros e destruir, com marteladas, não apenas as casas, como também todos os pertences daqueles que na década de 1950, haviam construído sua própria moradia nos morros da cidade, um lugar que, por volta da década de 1990, se tornaria extremamente valioso (HARVEY, 2014, p. 55), não é apenas exclusividade desta cidade esta cena de desapropriação, pelo mundo as ações da expulsão dos pobres são assustadoras, outro exemplo são os investimentos através do capital o ex-prefeito de Nova York o bilionário Michael Bloomberg (2002 a 2013) reestruturou a cidade com investimentos do capital selvagem não sendo exclusividade de países centrais, os países periféricos transformaram as cidades em pura moeda de troca com detentores do grande capital, como descrito por Harvey (2014) quando afirma desde meados da década de 1980, a política urbana neoliberal negada aos moradores pobres das regiões periféricas (aplicada, por exemplo, em toda a União Europeia) concluiu que a redistribuição da riqueza a bairros, cidades e regiões menos favorecidas era inútil, e que, em vez disso, os recursos deveriam ser canalizados para os polos de crescimento “empresarial” mais dinâmico, demonstrando o interesse do capital por territórios com subsídios como: isenção fiscal, matéria-prima farta e mão de obra barata, outro exemplo da brutalidade do capital.

Caso de países em desenvolvimento econômico como o Brasil, aponta Maricato (2015) hoje o alvo desse investimento são as cidades intermediárias suscitando um problema de gestão nas cidades brasileiras, essas não se estruturam para receber tais investimentos, e estão entre as mais desiguais da América Latina. Fomos erguidos em contexto gravíssimos de violação de direitos humanos, e ainda vivenciados infelizmente em nossa região em dias atuais. E os impactos produzidos hoje são reflexos de um modelo econômico para produção da exclusão de pessoas, de desvalorização da vida humana e da vida nas cidades.

O investimento capitalista vem como um rolo compressor apagando as memórias das cidades, com a padronização de um modelo denominado de moderno que aniquila toda a história de um povo e sua identidade, através do capitalismo selvagem que institui os espaços urbanos como moeda de troca entre instituições financeiras e os governos locais do ponto de vista de Carlos (2012) a terra urbana deixou de ser estranha ao capital industrial que a princípio considerava apenas como uma base necessária e insubstituível para a produção. A função do Estado é primordial cabe a ele administrar o espaço urbano taxando, criando leis e regras, produzindo condições mínimas de vivências (água encanada, iluminação pública, pavimentação, entre outros) daí surgem às divisões espaciais o valor dado a cada lugar enfatiza a segregação sócio espacial, construindo condições a interesses de empresas em uma relação de mecanismos de negociação, cooptação e clientelismo, do qual a corrupção não é estranha.

As instituições financeiras se responsabilizaram pela unificação e implantação de uma lógica de investimento selvagem sem se importar com a identidade local. E o passado é uma das dimensões mais importante da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, conjunto de forma que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza (CARLOS, 2012, p. 21; SANTOS, 2001, p. 103).

As cidades brasileiras são novas, poucas são aquelas que possuem mais de quatrocentos anos, e tem dificuldades de preservar a sua história, por exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Salvador, Ouro Preto vestígios de seu passado quase inexistem, no entanto as cidades brasileiras vêm em um movimento de preserva o que sobrou, indicando como a sociedade brasileira vem se relacionando com sua memória. O Brasil sempre foi reflexo de um país em construção de uma identidade própria se descolonizando, para construir um futuro sem esquecer o passado resistindo às elites que tentam varrer para debaixo do tapete a história e a identidade do povo brasileiro.

Nesse cenário, o Brasil do século XX apresentou franca mudança econômica e social, em meio à continuação de padrões valorativos e políticos herdados sob as máscaras modernas do escravismo, a continuação do modelo escravocrata brasileiro permanece mesmo com o início de um desenvolvimento tardio causado pelo impacto da Primeira Guerra Mundial, no comércio mundial cria as condições de uma industrialização incipiente especialmente na cidade de São Paulo. As duas classes polares da sociedade brasileira que descendem

diretamente da escravidão, que são a ralé de novos escravos e a elite de rapina, são adaptadas ao novo contexto competitivo, mas que reproduzem padrões que substancialmente, são uma continuidade do passado escravocrata de exploração dos mais vulneráveis (SOUZA, 2019).

E o espaço rural foi um dos elementos responsáveis por uma das maiores transformações no país vivenciado no século XX o processo do êxodo rural, segundo dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) apresenta que ao ano de 1960 44,67% da população residiam em espaço urbano passando para 67,59% em 1980, e 2017 já representam 76% da sua população que se concentram em áreas predominantemente urbanas do ponto de vista administrativo no Brasil, significa a área demarcada como urbana nos municípios.

Assim, os novos moradores a ocupar os centros urbanos como afirma Bauman (2009) são refugiados para os que foram expulsos do campo para os centros urbanos, com a chegada de um grande número de técnicas mecanizadas rompeu com a agricultura familiar, historicamente marginalizada no Brasil. Devido às monoculturas de exportação que sempre atenderam uma demanda de escala global com as plantações devidamente calculadas para não correr o risco de perda da safra, ainda com animais produzidos em laboratórios através da biotecnologia, demonstrando a imposição técnica ao campo, modificando os moldes culturais da agricultura, construindo um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica, no conhecimento e na demanda do capital, e não no tempo da natureza.

As novas técnicas deixam de ser como no passado, exclusivamente de um domínio particular de atividade e se espalham por todo o corpo social, tornando-se os verdadeiros geradores do tempo social. E que segundo Souza (2019) a urbanização representou uma piora nas condições de vida dos trabalhadores negros e de muitos mestiços pobres das cidades. O nível de vida caiu, a comida ficou pior e a casa também.

Desse modo, o capital produziu espaço ao agronegócio, o trabalho foi para longe e o trabalhador do campo também, ocupando cada vez mais os territórios periféricos urbanos em meio ao caos em que se transformaram as cidades, atacada ao mesmo tempo por cima e por baixo, a cidade se alinha pela empresa industrial, figura na planificação como engrenagem, torna-se dispositivo material próprio para se organizar a produção, para controlar a vida cotidiana dos produtores e o consumo dos produtos (LEFEBVRE, 2001).

As famílias viram as oportunidades reduzidas principalmente no campo do trabalho com a introdução de novas tecnologias no campo, os trabalhadores foram substituídos aos

poucos, nesta situação os espaços urbanos aportaram um grande número de pessoas desesperadas por melhores condições de vida, no entanto à vida na cidade representou um desafio principalmente pela falta de qualificação educacional e profissional dessa nova população, induzindo grande parte dessa população as atividades de baixa remuneração monetária e condições mortificadoras.

Assim sendo, habitar em espaços urbanos mesmo em condições precárias passou para uma necessidade de sobrevivência. O espaço urbano brasileiro reproduz um modelo de cidades contra um grupo, os pobres (compreenda uso da palavra para aqueles que se utilizam do solo urbano central como forma de sobrevivência) que segundo Maricato (2015) o arquétipo quer os pobres fora do centro urbano, portanto a distinção ente os estratos europeizados (elite brasileira) em relação aos estratos de influência africana e ameríndia (trabalhadores pobres), com toda a sua lista de distinções derivadas tipo doutores/analfabetos, homens de boas maneiras/joões-ninguém, competentes/incompetentes, etc., vai ser à base da nova hierarquia das cidades brasileiras (SOUZA, 2019).

As cidades se transformaram em cidades-mercadoria, estampando a desigualdade diante do capitalismo a se reinventar em busca da mais-valia marcada pela hegemonia do capital financeiro. Retirando os pobres dos territórios centrais e gerando um clima de tensão refletindo a precarização da mão de obra dos da última fila (pobres) sendo culpabilizados por sua situação social em nossas cidades e pelos malogros sociais (fome, miséria, violência, e até mesmo pelos deslizamentos de encostas em áreas de riscos), com a tentativa mais clara dos que estão na primeira fila (ricos) criar o sentimento de rancor pelos “estranhos”, uma lógica de convivência naturalizada com a desigualdade social que também veio para ficar, como sabemos, em tempos atuais representados na sociedade brasileira dos condomínios fechados (SOUZA, 2019, p. 64).

Entretanto, o Estado se impõe cada vez mais pela força com o seu papel de oprimir a população trabalhadora se utilizando das forças opressivas do Estado para silenciar, como afirma Lefebvre (2001, p. 23) que a democracia urbana ameaçava os privilégios e continua a amedrontar os privilégios da nova classe dominante, este impediu que essa democracia nascesse. Como? Expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a “urbanidade” e o sentimento de solidariedade às quais as cidades foram construídas.

A tirania do dinheiro ressalta o seu poder nas cidades, elas são usurpadas por uma logística de capital industrial/financeiro excludente socialmente para satisfazer os fetiches em

favor de grupos que se beneficiam da pobreza urbana, eles implantam uma ordem de capital com uma lógica de segregação espacial selvagem como destaca Carlos (2015, p. 28):

Embora produzido de forma socializada, o espaço urbano, enquanto trabalho social materializado é apropriado de forma diferenciada pelo cidadão. Na sociedade capitalista, o acesso ao solo urbano, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem nesta sociedade, produz um conjunto limitado de escolhas e condições de vida apoiados na existência da propriedade privada da riqueza social, que sob a forma de solo urbano, determina o acesso à vida urbana medida por um preço como expressão de seu valor.

Custando às cidades a capitalização em justificativa de ocupar o espaço na concepção de necessidade do lucro, são transformadas em um negócio destruindo-as como um comum social, político e habitável e cada vez mais deixa de ser comum e criam-se espaços exclusivos nem as ruas são mais espaços coletivos. Mesmo com o grande boom do milagre econômico salienta Neri (2011) o Brasil atingiu a partir do final de 2010, seu menor nível de desigualdade de renda desde os registros iniciados em 1960. A desigualdade no Brasil ainda permanece entre as dez maiores do mundo, e levaria pelo menos vinte anos no atual ritmo de crescimento para atingir níveis dos Estados Unidos. Porém, isso significa que existem consideráveis reservas de crescimento pró-pobre acendendo consideravelmente nos últimos anos com constantes ataques na perda de direitos fundamentais.

No entanto, o problema não se resolveu com a distribuição de renda, de salário ou de programas sociais (Programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, entre outros) são extremamente importantes na redução das desigualdades sociais do povo brasileiro, todavia mais dinheiro não compra transporte coletivo; não compra uma boa localização na cidade, porque fica mais caro. Aumento salarial é absorvido pelo custo da cidade e isso só se resolve com políticas públicas. Reconheço que houve distribuição de renda para comprar carros, motos, eletroeletrônicos, uma televisão melhor... não condeno, pois uma máquina de lavar roupa, uma geladeira é importante... mas ninguém vive só dentro de casa: vive na cidade (MARICATO, 2015), então a distribuição de renda não resolve os problemas dos cidadãos, há uma necessidade de divisão mais igual de cidade ofertando aos trabalhadores uma boa localização de moradia que não os obrigue a passar uma boa parte de seu tempo em deslocamento com transporte público de má qualidade para chegar ao seu local de trabalho no centro da cidade, como caracteriza Carlos *et al* (2015) a parte central é que a vida das cidades

acontece o local das possibilidades, da oportunidade, do trabalho, que tudo concentra à dimensão política, econômica, social, cultural ao invés de reduto da criminalidade.

Estamos a negar aos pobres trabalhadores o direito à cidade (educação, saúde, transporte público, entre outros direitos essenciais) como parte fundamental de humanização da cidade, contra a perversidade do capital que se nutre impiedosamente e arranca renda da vida comunal que os trabalhadores pobres produzem, eles não se silenciam mais, ocupam as ruas das cidades em manifestações ou greves que conseguem parar um país, a greve dos caminhoneiros em 2018 é um exemplo da força dos trabalhadores unidos para garantir melhores condições de sobrevivência, amedrontando os poderosos donos do capital, segundo Arendt (2018) se analisarmos as grandes crises humanitárias carregam em suas raízes as ameaças de perda de poder daqueles que há tempos tentam explorar as camadas de baixo e que quando acontece o uso da força do tirano serão utilizadas, as famosas crises globais do capitalismo que são justificativas para barrar investimentos do poder público em políticas públicas para os pobres, no entanto os trabalhadores começam a responder a retirada de direitos sociais com sua organização pela defesa dos direitos garantidos.

Asseverando Harvey (2014, p. 20) o direito à cidade é um grito de socorro dos mais oprimidos que sofrem as desigualdades de um capital selvagem.

A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor da acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas.

O povo brasileiro vem resistindo às atrocidades de um Estado que reage como sempre fez desde a invasão portuguesa com violência e repressão, matando povos indígenas, quilombolas, moradores de comunidades, as ações das forças do Estado persistiram em matar, porém esqueceram eles que nós o povo encontramos formas criativas de resistência e sobrevivência, e para Bauman (2009, p. 28) resta à esperança do sonho de uma cidade justa, apesar de suas insatisfações e sonhos dirija-se inteiramente para as “questões locais”. Para ele, é dentro da cidade em que moram que se declara e se combate à luta - às vezes vencida, às vezes perdida - para sobreviver e conquistar um lugar decente no mundo.

## 2.2 Caruaru: A capital do Agreste pernambucano

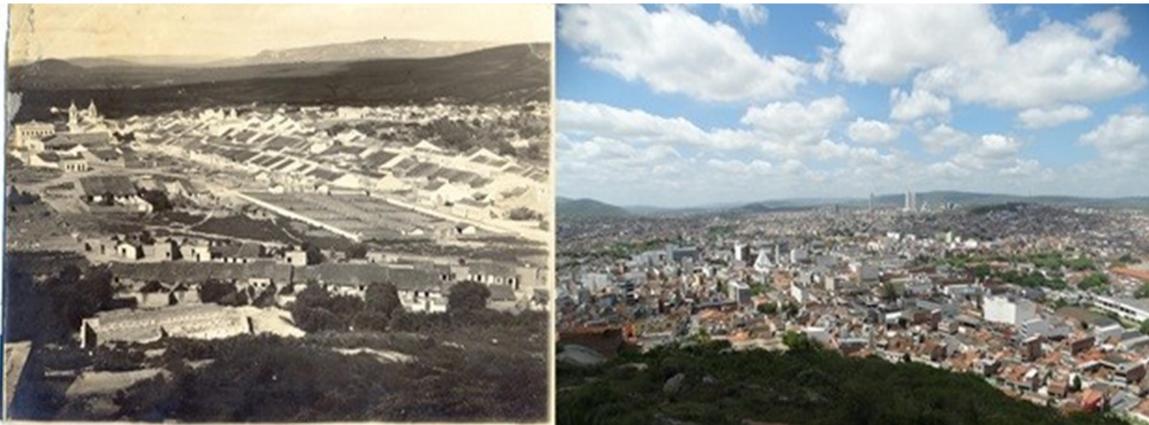
A cidade de Caruaru localizada no Agreste pernambucano, uma cidade intermediária integrante do polo têxtil do Agreste pernambucano, transformada nos últimos anos por um grande boom de investimentos de fora em sua produção urbana, através dos empreendimentos privados instalados principalmente no setor de serviços, da implantação de centros educacionais acadêmicos contribuindo para o desenvolvimento técnico da cidade e dos investimentos públicos em infraestrutura, saúde, serviços públicos essenciais, entretanto ainda não é uma realidade para toda sua população, partes da cidade ainda sofrem com a negligência do poder público local com relação à oferta de seus serviços. E para entendermos melhor como Caruaru tornou-se a capital do Agreste é sempre bom voltar ao passado para compreender o presente e construir o futuro.

A história da capital do Agreste pernambucano, a cidade de Caruaru, remonta ao final do século XVII, no ano de 1681, quando do surgimento da Sesmaria do Caruru com 30 léguas de extensão (aproximadamente 12 hectares), denominada Fazenda Caruru, doada pelo então governador Aires de Souza de Castro, a uma família portuguesa chefiada pelo cônego Simão Rodrigues de Sá, radicado em Olinda e no Recife. Das diversas fazendas e sítios ali estabelecidos, a mais central e mais movimentada seria justamente a que deu nome à sesmaria, situada a partir do caminho das boiadas, entre o Sertão e a Zona Canavieira, por onde passavam vaqueiros, tropeiros e mascates (IPHAN, 2009).

Em 1781, o capitão José Rodrigues da Cruz deu início à construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, apontada como o marco inaugural da povoação do Caruru, que logo se tornaria a próspera vila que deu origem à cidade de Caruaru. A Capela de Nossa Senhora da Conceição permitiu o surgimento de um pequeno comércio de rua, que inicialmente colocava à venda artigos de couro e alimentos. Além disso, a realização de festas religiosas, sobretudo as que homenageavam a padroeira, contribuiu para o crescimento do comércio de rua e, simultaneamente, o desenvolvimento da cidade. Tornou-se uma das primeiras cidades do Agreste pernambucano, pelo projeto nº 20, do deputado provincial Francisco de Paula Baptista, defendido em primeira discussão em 03 de abril de 1857, depois da aprovação sem debate, em 18 de maio do mesmo ano, com a assinatura da Lei Provincial nº 416, pelo vice-presidente da província de Pernambuco, Joaquim Pires Machado Portela. Atualmente Caruaru possui quatro distritos jurídico-administrativos: Carapotós, Gonçalves Ferreira, Lajedo do Cedro e a sede do município, que conta com aproximadamente vinte e

sete bairros. As localidades inventariadas, o perímetro urbano e o Alto do Moura, o maior Centro de Artes Figurativas da América Latina, título este concedido pela UNESCO, como reconhecimento de uma história iniciada na década de XL do século passado, através do seu mais ilustre filho, Vitalino Pereira dos Santos, o Mestre Vitalino, ceramista que fez história através da criação de bonecos de barro, arte perpetuada entre seus familiares e vários discípulos, representados nas gerações de artesãos, ainda hoje residentes do Alto do Moura (IPHAN, 2009). Na figura 1 podemos vê a alteração na paisagem da cidade, o crescimento das horizontalidades e verticalidades ao longo de noventa e seis anos.

**Figura 1 - A cidade de Caruaru (PE) ontem e hoje**



Fonte: Monte do Bom Jesus em 1920 (esq.) e em 2016 (dir.) Foto: Acervo/Fafica/Lafaete Vaz/G1 (2016)

Localizada no Vale do Ipojuca, ao longo dos anos Caruaru recebeu várias denominações, sendo conhecida também como a ‘Princesa do Agreste’, ‘Capital do Agreste’ e a ‘Capital do Forró’. O município é o mais populoso do interior de Pernambuco, com uma população residente estimada em 365.278 habitantes, conforme dados do IBGE, relativos ao ano de 2020, que vivem numa área territorial de 920.610 Km<sup>2</sup>.

Com uma posição geográfica privilegiada tem aos seus limites: ao Norte com as cidades de Toritama, Taquritinga do Norte, Vertentes e Frei Miguelinho; Sul com Altinho e Agrestina; Leste com Bezerros e Riacho das Almas e a Oeste com São Caetano e Brejo da Madre de Deus, cidade de um clima tropical do tipo semiárido com pouca pluviosidade ao longo do ano, sendo junho e julho os meses mais chuvosos e outubro o mês mais seco. As

temperaturas médias variam entre (21.7 °C a 24°C), janeiro é o mês mais quente (23.3 °C) e julho o mês mais frio (19.5 °C) (Fonte: pt.climate-data.org).

Possui uma vegetação predominante: Caatinga, sobretudo na parte norte do território onde prevalecem os Mandacarus (*Cereus Jamacaru*), Facheiros (*Pilosocereus Pachycladus*), Baraúnas (*Schinopsis Brasiliensis*), Mulungus (*Erithryna Velutina*), Aroeiras (*Myracrodruon Urundeuva*), Pereiros (*Aspidosperma Pyrifolium*), dentre outras. Na parte sul do município encontra-se remanescentes de Mata Atlântica em brejos de altitude, dos quais a reserva ecológica Serra dos Cavalos é o melhor exemplo.

A reserva ecológica de Serra dos Cavalos, na época das chuvas, o único meio de transitar por suas ladeiras era a cavalo, daí derivando o seu nome. É a única área de preservação ambiental do município e está situada a aproximadamente 30 km do centro da cidade. Constitui a maior porção de Mata Atlântica do interior do estado, abrigando o Parque Ecológico Professor João Vasconcelos Sobrinho e os mananciais que abastecem de água a cidade, como o Açude de Serra dos Cavalos. Também possui alguns mirantes naturais com belas vistas e várias trilhas usadas por ecoturistas. Hoje é preservada principalmente pelos moradores locais que perceberam a lucratividade do turismo ecológico.

Sua hidrografia inserida nos domínios das bacias dos Rios Capibaribe ao norte, Ipojuca no centro-sul, sendo este último o mais importante que entrecorta o município, que infelizmente por descaso da população transformou-se em depósito de resíduos e rejeitos domésticos, e com a crescente do polo têxtil em suas margens fez crescer o número de lavanderias que depositam todo o processo da lavagem do jeans no rio, o colorindo de azul jeans não é sua cor natural, mas sim o processo químico da lavagem do jeans, conta também com uma pequena influência da bacia hidrográfica do Rio Una. O Rio Capibaribe que faz a divisa do município de Caruaru com Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertentes e Frei Miguelinho.

**Figura 2 - O rio Ipojuca Caruaru (PE)**



Fonte: Alberto Farias (2021)

Um marco da paisagem natural é o Morro do Bom Jesus a 88m acima do nível médio da cidade, esta referência geográfica descortina muitos pontos importantes de Caruaru. Localiza-se no centro da cidade e sofre um processo de ocupação desordenada, incentivada pela fama de que Caruaru sempre ter emprego, é uma cidade de oportunidades em razão disso as populações de cidades vizinhas migraram em busca de melhores condições de vida, no entanto a realidade pode ser bem diferente, os empregos concentram-se na informalidade, que não consegue absorver tanta mão de obra de desempregados, e também de profissionais liberais que migram do Recife e de estados vizinhos a procura de novas oportunidades (IPHAN, 2009).

Uma característica econômica da cidade de Caruaru é o seu comércio informal que favoreceu, por sua vez, a consolidação do comércio formal desde então com uma relação de complementaridade. Ao longo dos séculos XIX e XX, com a acessibilidade reforçada pela estrada de ferro da Rede Ferroviária do Norte e, mais tarde, pelas rodovias estaduais e federais, que a conectaram com outras localidades do Nordeste, Caruaru se transformou no polo comercial mais importante da região um polo econômico, médico-hospitalar, acadêmico, cultural e turístico do Agreste, sendo também famosa por suas tradicionais feiras livre,

posição mantida até os dias de hoje, atraindo produtos de outros estados e do exterior (IPHAN, 2009).

As feiras de mercadoria popular, no início foi uma pequena feira que transformou a área central do povoado, agregando valores econômicos, sociais e culturais, estreitando cada vez mais a ligação da vida cotidiana do lugar com a Feira de Caruaru. Com o passar dos anos, a feira se firmou como um lugar de socialização, de permanente construção de identidades e de exposição da sabedoria e criatividade populares. A Feira de Caruaru, na verdade, são muitas feiras que compõem um lugar de referência viva da história do Agreste pernambucano. Sintetizando a riqueza cultural do Nordeste, o maior centro de comércio popular do interior da região conta cerca de trinta mil feirantes (IPHAN, 2009).

A história da cidade é também a história de suas Feiras um lugar de um povo expressivo culturalmente de memória, representados em seu comércio de gado e dos produtos de couro, nos brinquedos feitos de materiais recicláveis, na produção do Mestre Vitalino, nas redes de tear, nos utensílios de barro, no cordel, nos poetas e repentistas, nas bandas de pífanos, nas gomas e farinhas de mandioca, nas flores, ervas e raízes medicinais.

O território ocupado pelos feirantes de início foi à área central da cidade, mais propriamente na Rua do Comércio, por mais de dois séculos até ser transferida, em 1992, para o Parque 18 de Maio, situado na margem sul do Rio Ipojuca, até os dias atuais. Hoje essa feira se transformou em várias feiras, cada qual com suas especificidades, a mais famosa a Feira da Sulanca com um poder socioeconômico significativo pelo número de empregos gerados por ela a partir de seus serviços e atividades remuneradas que ela desencadeia a cada semana. Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo de Pernambuco em 2003, os municípios de polo têxtil Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe possuía cerca de 12.100 empreendimentos industriais, dos quais 90%, informais, 76.700 empregos, 57.800.000 peças produzidas por mês representando a fabricação de 14% da produção nacional de jeans demonstrando a força econômica da informalidade que impulsiona a região para receber empreendimentos de grande porte ocasionando também empregos formais.

**Figura 3- A feira de Caruaru (PE) ontem**



Fonte: Revista Algo Mais (2019)

Outra Feira que atrai um grande número de pessoas durante a semana é a Feira do Paraguai localizada também no Parque 18 de Maio, famosa pela venda de seus produtos de maioria vindo da China, importados via do Paraguai e, hoje, em maior escala, de São Paulo. Com a repressão praticada pelo governo contra a prática da pirataria e da falsificação, desde 2004, devido à ampliação da fiscalização na fronteira Brasil/Paraguai, sendo cada vez mais rara a figura do intermediário que traz o produto deste país. O aumento dos preços dos produtos também tem sido um dos efeitos dessa fiscalização e tributação (IPHAN, 2009).

**Figura 4 - A feira da sulanca/ Paraguai de Caruaru (PE)**



Fonte: blogdarisonisantos (2013)

Ainda dividindo espaço com as duas feiras anteriores, localiza-se a Feira de Artesanato, especializada em mercadorias dos artesões locais que trabalham com a arte do barro, os artesões reproduzem em suas obras diversas profissões, desde professores, aos trabalhadores da limpeza urbana, bandas de pífano, de rock, de forró pé-de-serra, representam ainda os festejos da maior festa popular, o São João, o maior e o melhor do mundo que durante todo o mês de junho, anualmente aquecendo principalmente o setor hoteleiro recebe um grande número de turistas em busca de conhecer as festividades, as nossas comidas gigantes, como o maior cuscuz do mundo, pamonha, canjica, entre outras e os shows com os artistas locais e de renome nacional, do reisado e do maracatu, entre outras festividades.

O posicionamento geográfico favoreceu a cidade de Caruaru, principalmente pela passagem do escoamento do gado do Sertão para Zona Canavieira, originando as demais feiras e aglomerados populacionais. Outra feira de destaque é a Feira de Gado, há dez anos, considerada a maior do Brasil. Chegou a suplantar, em volume de negócios, a Feira do Gado de Feira de Santana, na Bahia. Em Caruaru, a comercialização não só é do gado bovino, mas também de cavalos, bodes, artigos em couro, além de utensílios indispensáveis para atividades dos vaqueiros etc. O gado negociado se divide em: gado de corte e gado de recria. A feira está localizada no bairro do Cajá, de frente para o aeroporto e do aeroclube de Caruaru. Tem início todas as segundas-feiras à noite, com a chegada dos boiadeiros e das manadas, e se prolonga madrugada adentro (IPHAN, 2009).

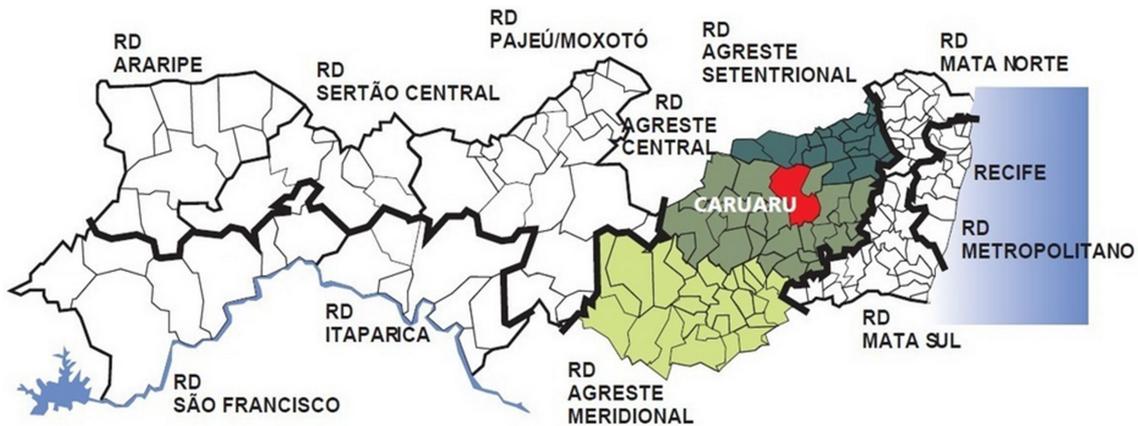
**Figura 5 - A feira de gado de Caruaru (PE)**



Fonte: NE10 Interior (2020)

Assim a história socioeconômica da cidade de Caruaru é caracterizada pelo potencial de suas feiras livres, favorecidas por seu posicionamento geográfico e sua informalidade, por mais criminalizada por parte do Estado através das ações de apreensões de mercadoria, não que seja correto realizar falsificações e piratarias, no entanto são esses trabalhadores da informalidade que movimentam a economia principalmente em momentos de crise onde nunca a empregos para toda a população.

Figura 6 - Localização da cidade de Caruaru - mapa do estado de Pernambuco



Mapa Estadual - Macrolocalização. Fonte: Condepe-Fidem.

Fonte: Condepe-Fidem (2016)

A seguir através de quadros e gráficos será apresentada a cidade de Caruaru em seus aspectos socioeconômicos, ratificando seu desenvolvimento local. Os primeiros quadros resalta o crescimento populacional.

Quadro 1 - População de Caruaru (1872-1920)

Ano	População Total	População Escrava	População Livre
1872	54.278 hab.	3.555 hab.	50.723 hab.
1900	34.610 hab.	-	-
1920	61.636 hab.	-	-

Fonte: IBGE (2010)

A análise neste primeiro quadro do final do século XIX início do XX primeiro é a oscilação do número de habitantes, e o registro dos povos escravizados, presente em território caruaruense à crueldade realizada pelos brancos em relação à população negra, podemos assim encontrar as raízes das desigualdades locais.

**Quadro 2 - População de Caruaru (1940-2020<sup>3</sup>)**

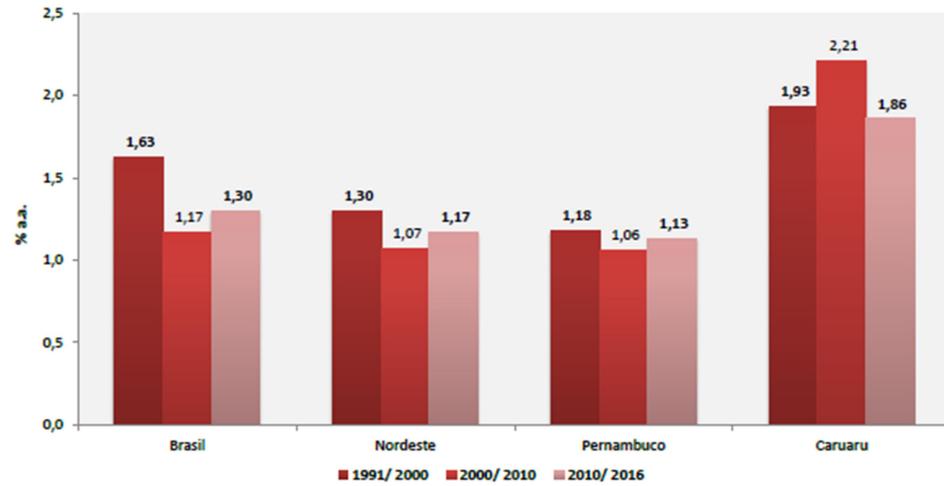
<b>Ano</b>	<b>População Total</b>	<b>População Urbana</b>	<b>População Rural</b>
<b>1940</b>	73.455 hab.	25.417 hab.	48.038 hab.
<b>1950</b>	102.877 hab.	44.754 hab.	58.123 hab.
<b>1960</b>	106.231 hab.	65.031 hab.	41.200 hab.
<b>1970</b>	142.653 hab.	101.531 hab.	41.122 hab.
<b>1980</b>	172.532 hab.	138.240 hab.	34.282 hab.
<b>1991</b>	213.697 hab.	182.012 hab.	31.685 hab.
<b>2000</b>	253.634 hab.	217.407 hab.	36.227 hab.
<b>2010</b>	314.912 hab.	279.589 hab.	35.232 hab.
<b>2020</b>	365.278 hab.	-	-

Fonte: IBGE (2020)

O segundo quadro meados do século XX apresenta uma curva crescente da população caruaruense principalmente no espaço urbano que a partir da década de sessenta sua ocupação é superior ao espaço rural.

<sup>3</sup> O seguinte dado refere-se a uma estimativa do IBGE com relação do crescimento populacional da cidade de Caruaru (PE).

Gráfico 1 - Crescimento médio anual da população de Caruaru (1991-2016)



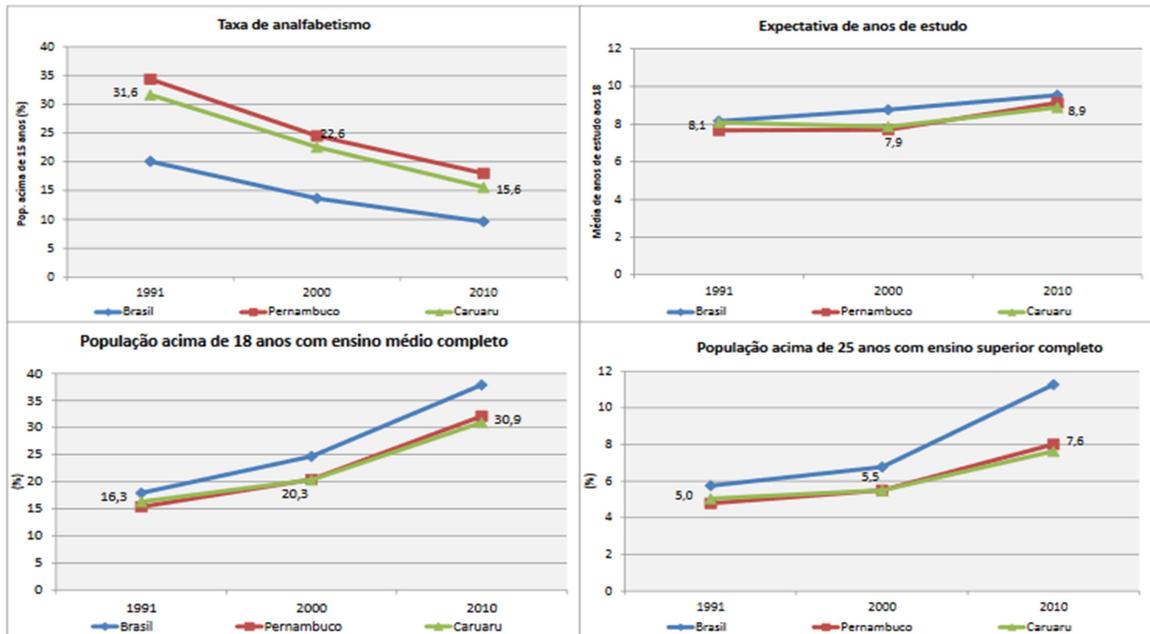
Fonte: IBGE, Censo Demográfico; IBGE, Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2016; IBGE, Área Territorial Oficial 2015.  
Elaboração: PNUD, Atlas do desenvolvimento humano 2013

Fonte: IBGE (2015)

A taxa de crescimento da população caruaruense durante o período de 1991/ 2016 apresentou uma média superior a nacional, regional e estadual. Assim demonstra uma cidade com campo fértil de oportunidades, principalmente por sua posição geográfica, e por compor o polo têxtil pernambucano.

A taxa de crescimento da população caruaruense durante o período de 1991/ 2016 apresentou uma média superior a nacional, regional e estadual. Assim demonstra uma cidade com campo fértil de oportunidades, principalmente por sua posição geográfica, e por compor o polo têxtil do Agreste pernambucano.

Gráfico 2 - Taxa de escolarização

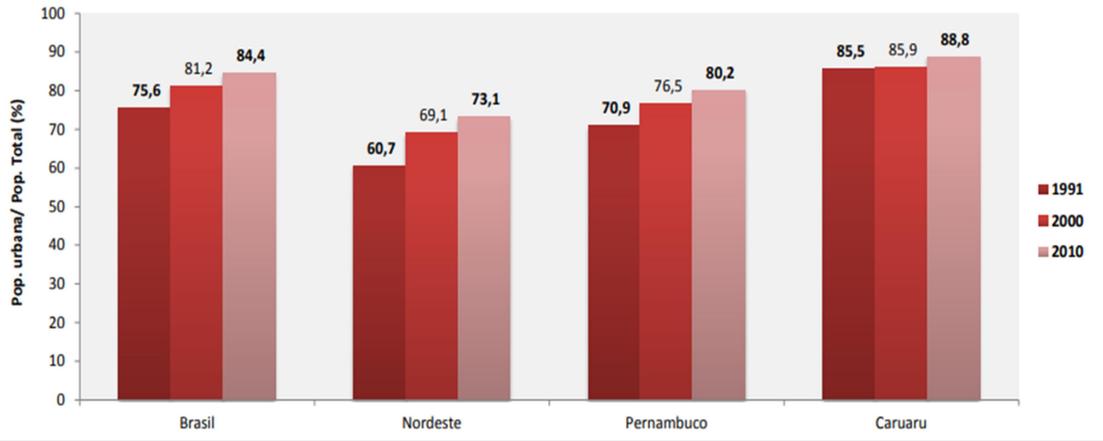


Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração: PNUD, Atlas do desenvolvimento humano 2013

Fonte: IBGE (2013)

Os índices relacionados à educação do município, política pública essencial para redução das desigualdades, os dados do gráfico acima estão relacionados aos últimos três Censos do IBGE, apresenta redução na taxa de analfabetismo, com uma taxa de 94,9% escolarização de seis a quatorze anos de idade, as matrículas no ensino fundamental em (2018) foram de 48.956 segundo dados do IBGE aumento na expectativa de anos estudados com 30% da população acima dos 18 anos de idade com ensino médio completo, e com aumento na taxa da população acima dos vinte e cinco anos com ensino superior, alguns fatores tem contribuído e muito para essa transformação na cidade, um deles se deve a interiorização do Campus da Universidade de Pernambuco (2005) Universidade Federal de Pernambuco (2006) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - Campus Caruaru. (2010).

**Gráfico 3 - Taxa de urbanização por unidade geográfica**

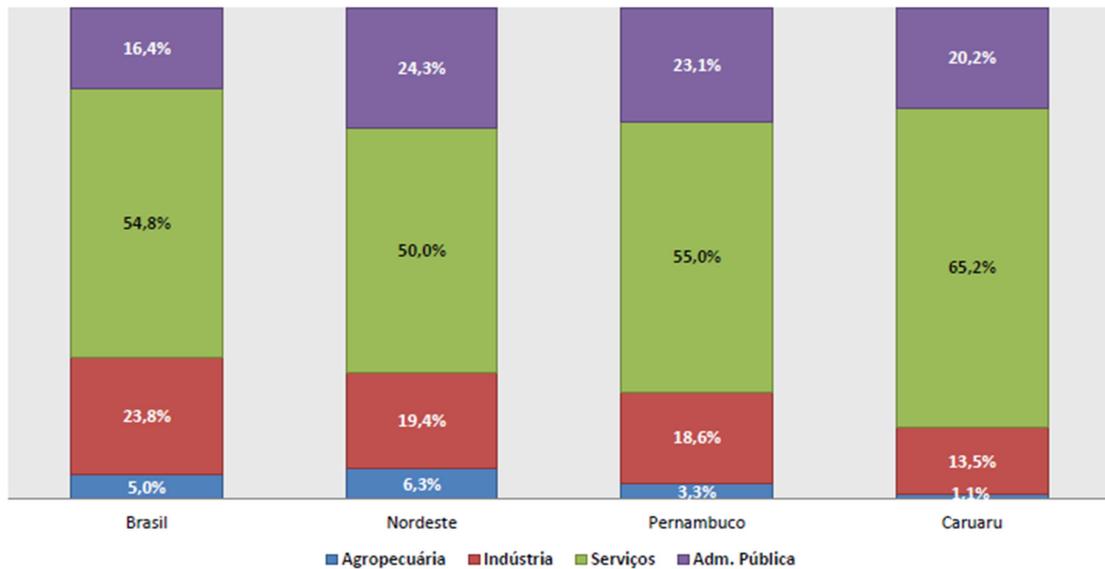


Fonte: IBGE, Censo Demográfico.  
Elaboração: PNUD, Atlas do desenvolvimento humano 2013

Fonte: IBGE (2010)

O gráfico acima apresenta a evolução da taxa de urbanização da cidade de Caruaru-PE, analisando os dados do gráfico apresenta um crescimento da população em área urbana desde os anos 90 acima das médias nacional, regional e estadual, a cidade cresce e os problemas também a ausência de um planejamento urbano acarreta as populações mais vulneráveis que ocupantes dos espaços periféricos têm negado seus direitos de acesso aos serviços públicos básicos, moram longe do local de seu trabalho que diariamente torna-se uma longa jornada para ir e voltar do local de trabalho a suas residências.

**Gráfico 4 - Produto interno bruto e sua composição setorial por unidade geográfica (2014)**

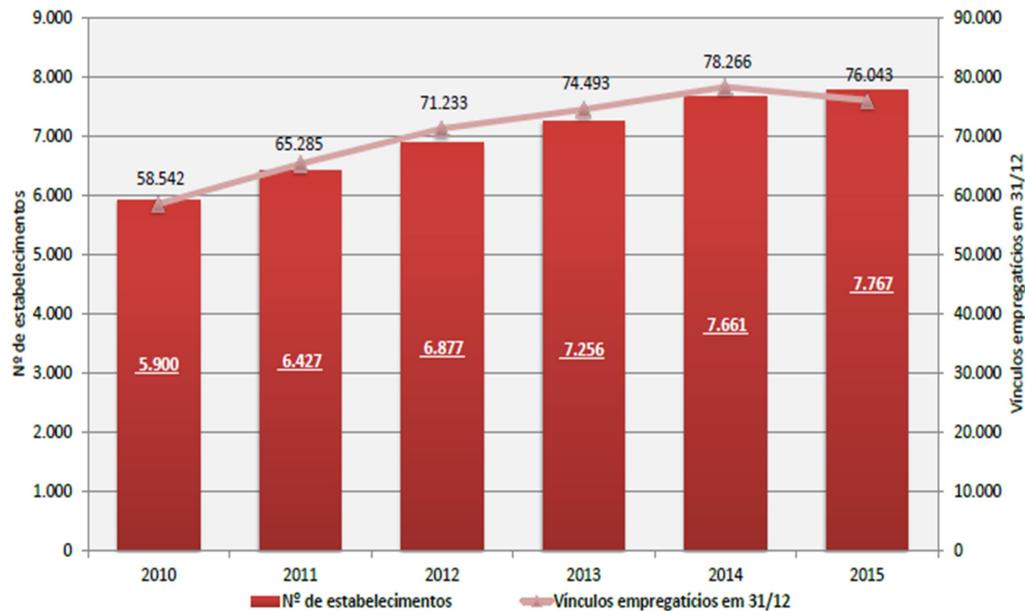


Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios 2010-2014.

Fonte: IBGE (2014)

Em relação aos aspectos econômicos a maior fatia do produto interno bruto (PIB) de Caruaru é advinda do setor de serviços, por ser uma cidade polo da região do Agreste Central concentra um setor de varejo diversificado, com dois Shoppings Centers, e um comércio popular localizado no Parque 18 de Maio, a famosa Feira da Sulanca, ainda possui um bairro Industrial concentrando grandes empresas industriais, Caruaru apresenta a quinta maior economia do estado e a primeira posição fora da Região Metropolitana do Recife (CONDEPE/FIDEM, 2014). Sucedido desse comércio está à produção cada vez maior de resíduos sólidos concentrados em espaço urbano que necessitam ser recolhidos e destinados corretamente.

**Gráfico 5 - Número de estabelecimentos e empregos formais de caruaru (2010-2015)**



Fonte: MTPS, RAIS 2015

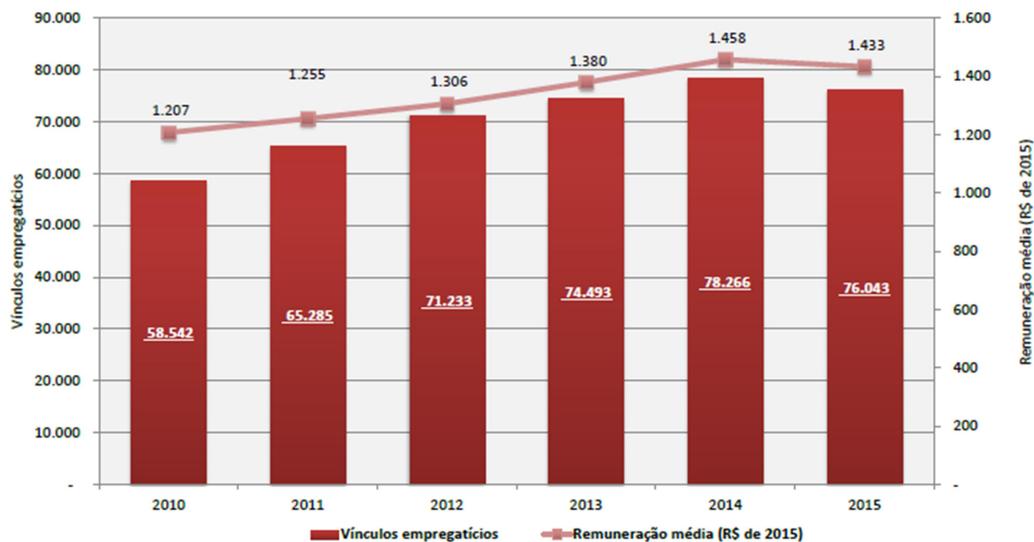
Fonte: RAIS (2015)

Um fator importante do processo de urbanização é o trabalho, condição para as pessoas migrarem para os centros urbanos, hoje a concentração de oportunidades nas cidades são imensas, não é diferente nas cidades intermediárias como Caruaru, dados apresentados no gráfico acima demonstram que durante o período de cinco anos houve crescimento no número de estabelecimentos e uma leve queda nos número de postos de trabalho entre os anos de 2014/2015, uma hipótese que podemos levantar está na crise da qual o país vem atravessando, cidade localizada no polo têxtil do Agreste pernambucano ao qual a informalidade é naturalizada como emprego, por fatores como o empregado se colocar como seu patrão e poder controlar seu próprio horário de trabalho, no entanto esses trabalhadores não detém um vínculo empregatício, estão lançados a própria sorte, muitos não contribuem ao INSS, não conseguindo acessar auxílio doença, aposentaria, entre outros quando necessitam, e uma crescente como principal forma de emprego do capital principalmente em cidades intermediárias.

Uma realidade que chama atenção está relacionada ao grande número de pessoas que receberam auxílio emergencial durante a pandemia do COVID-19, segundo dados do Ministério da Cidadania referentes ao dia 01/08/2020, no Brasil o número de beneficiários foi de 126.552.984 representando 60% da população brasileira, em Pernambuco foram 3.603.186

equivalente a 37,47% da população, e em Caruaru o número de beneficiários foram 142.401 representando aproximadamente 38,98% do total da população caruaruense, pois bem mais de um terço da população está na informalidade ou perderam seus postos de trabalho durante tal período.

Gráfico 6 - Número de empregos formais e remuneração média de caruaru (2010-2015)



Fonte: MTPS, RAIS 2015

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI de dezembro de cada ano.

Fonte: RAIS (2015)

Ao longo dos anos com o número elevado dos postos de trabalho fez crescer o valor da remuneração, exceto durante o período de 2014/2015 mesmo efeito no número de postos de trabalho houve uma redução. Os dados do IBGE em 2018 revelam que o salário médio mensal dos caruaruenses era de 1,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22,6%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 36,3% da população nessas condições.

Os números levantados da cidade Caruaru revelam um território de uma crescente em taxas que possam ser benéficas as populações com a fórmula do processo de urbanização e aumento de emprego e renda fez com que a cidade se contornasse uma cidade polo no Agreste pernambucano, muito se deve esse crescimento aos investimentos educacionais realizados entre os anos de 2005 a 2016, no entanto o desafio ainda é enorme para cidade se tornar menos desigual

### **3 TRABALHO E CONSUMO NA CIDADE: LEGITIMIDADE DO CICLO DA VIDA HUMANA**

A busca de explicações do nosso mundo líquido tende a girar em torno do estudo do capitalismo, de sistemas de produção e distribuição que proliferaram os trechos na vida cotidiana (MILLER, 2013). E o sistema capitalista brasileiro não se conteve em apenas organizar o sistema de relações de produção e distribuição, ele também organizou as estruturas sociais constituídas sob a égide do sistema colonial, permanecendo intactas ao lado das novas estruturas sociais e econômicas, criadas sob o impulso da expansão urbana e da implantação do setor capitalista correspondente, montado através de processos de modernização incentivados, orientados e comercializados a partir de fora de nosso país (FERNANDES, 2008).

Estabelecendo-nos em elos: familiares, de amizades e afetos, de divergências, de trabalho, este essencial já que àqueles a não trabalhar são considerados ervas daninha que precisam ser aniquilados socialmente, pois o trabalho é a base fundamental para reprodução humana transformada pelo ciclo do consumo de uma sociedade cada vez mais consumista que transformou todo comércio de produtos e serviços em fármacias (BAUMAN, 2011) para suavizarmos nossas dores com o maior número de trechos, troços, coisas e riquezas comuns, criadas pelo trabalho social que aparece em uma variedade infinita de valores de uso, desde facas e garfos até o desmatamento da natureza e de cidades inteiras, o avião em que viajamos e os carros que dirigimos a comida que ingerimos, as casas em que vivemos e as roupas que usamos, sustentando um sistema produtivo empregando a sua força de trabalho - que diretamente produz mais-valor (HARVEY, 2016; MATTOS, 2019), produção esgotada pelos próprios trabalhadores formando um ciclo de produção/trabalho/consumo, imposto como necessário para sobrevivência do trabalhador, no entanto na verdade apenas mantém os fetiches de um pequeno grupo de pessoas por mais lucros.

A união de três elos fundamentais sustenta o sistema capitalista são eles: produção, trabalho e consumo que nos tornou não mais cidadãos, mas sim consumidores é óbvio... Enquanto vivermos. Não pode ser de outro modo, porque, se pararmos de consumir morreremos. A única dúvida é quantos dias vai durar o desfecho fatal. O consumo - cuja ação é definida pelos dicionários como sinônimo de “usar”, “comer”, “ingerir (líquido ou comida)” e, por extensão, “gastar”, “dilapidar”, “exaurir” - é uma necessidade. Mas o “consumismo”, a tendência a situar a preocupação com o consumo no centro de todos os demais focos e

interesses, não é (BAUMAN, 2011, p. 83) somos bombardeados todos os dias por uma indústria de propagandas incentivando todos a comprar: roupas, eletroeletrônicos, carros, e não só isso, a nossa necessidade de substituir cada vez mais depressa as coisas mundanas que nos rodeiam já não podemos nos permitir usá-las, respeitar e preservar sua inerente durabilidade, aumentando o consumismo e conseqüentemente a produção, pois na modernidade a conservação, e não a destruição significa ruína, porque a própria durabilidade dos objetos conservados é o maior obstáculo ao processo de reposição (ARENDDT, 2018), e hoje precisamos também consumir lugares como os melhores restaurantes, hotéis, e também consumir status profissionais isso nos diferencia de nossos pares.

E para, além disso, necessitamos demonstrar aos nossos iguais as nossas diferenças por meio dos meus trechos, troços e coisas como afirma Arendt (2018) toda atividade realizada em público pode atingir uma excelência jamais igualada na privacidade, para a excelência, por definição, é sempre requerida à presença de outros, essa presença exige formalização do público, constituído pelos pares do indivíduo, não pode ser a presença fortuita e familiar de seus iguais ou inferiores. É necessária a legitimação dos outros para garantia do sucesso do meu consumismo, é através dele que me legitimo socialmente, são as marcas que consumimos que irá nos definir/classificar.

Vemo-nos rodeados por uma profusão de culturas materiais a qual o indivíduo cresce aceitando as normas, pois somos levados ao consumo frenético que sem perceber nossas ações deliberadas impactam outros espaços, e a vida de outros seres humanos (MILLER, 2013), em com Hogan *et. al* (2010) vamos encontrar o seguinte esclarecimento, isso significa que mesmo as nossas atividades mais simples do dia a dia estão, atualmente, condicionadas e sujeitas a influências de decisões e ações que ocorrem em qualquer lugar do mundo. Por exemplo, decisões sobre política econômica em um país da Europa Central podem influenciar as decisões de consumo de uma família que vive no interior do Brasil. Talvez não de modo racional ou premeditado, mas tais interconexões limitam as possibilidades e condiciona a tomada de decisão das pessoas em sua escala mais íntima, até mesmo no que diz respeito à decisão de comprar uma marca ou outra de um produto alimentício, ou, no limite, a forma de orientar e educar seus filhos. Passamos a guiar nossas vidas por decisões tomadas muitas vezes fora de nossos territórios.

Uma vez que o consumo é produzido, gerado e repassado por instituições que não agem mais em um único lugar, mas procura outros espaços sendo eles expressivos a fim de

expandir para demonstrar sua força e influência no cenário mundial, com o objetivo de aperfeiçoar as diferenças locais, instituindo assim uma espécie de vírus sem motivos para combater, apenas ressaltando o seu crescimento, sendo assim o Estado é pouco proeminente de opiniões e argumentações, pois sabe que esta situação acaba por lhe fortalecer, por isso ele simplesmente testemunha e incentiva, acabando com o sonho de uma uniformidade de igualdade dos espaços em sua totalidade, pois as empresas na busca de mais-valia desejada valorizam diferentemente as localizações, de acordo com Harvey (2006, p. 379):

Para mais-valor ser produzido e realizado dentro de uma região 'fechada', a tecnologia da produção, as estruturas de distribuição, os modos e formas de consumo, o valor, as quantidades e qualidades da força de trabalho, assim como todas as infraestruturas físicas e sociais necessárias, devem todos ser consistentes um em relação ao outro dentro dessa região. Para uma base estável para acumulação ser mantida, cada mudança no processo de trabalho teria de ser correspondida na distribuição, no consumo etc.

Este consumo desenfreado que produz suporte ao trabalho, assim acaba por ser responsável por diversos malogros no espaço urbano local, poucas vezes são percebíveis, já no espaço global as consequências são quase todas desastrosas para a população entre elas as mais negligenciadas pelo próprio Estado, do ponto de vista de Hogan (2010) não podemos nos esquecer de que, no fundo, conflitos, problemas e perigos relacionados ao ambiente se referem a uma forma inadequada de envolvimento do homem com o seu consumo e o seu meio.

Todo esse processo de consumismo que agrega status social na tentativa de possuir hoje cada vez mais objetos avançados tecnologicamente acaba por gerar uma classe de consumidores abaixo da linha de pobreza, apesar de suas dificuldades financeiras encontra espaço para obter os aparelhos da moda, segundo Santos (2012) além da pobreza absoluta cria-se e recria-se incessantemente uma pobreza relativa, que leva a classificar os trabalhadores não por suas competências, mas sim pela sua capacidade de consumir, e pela forma como o fazem.

Um bom exemplo disso é o Brasil, pois o indicador de consumo subiu mais do que o da capacidade de produção. Não obstante, a importância do crescimento do crédito ao trabalhador/consumidor e das transferências públicas e sociais, como benefícios da previdência e o Programa Bolsa Família, o crescimento da educação e do emprego formal,

embora ainda em níveis precários, são comparativamente mais relevantes para explicar as transformações em curso (NERI, 2011), apesar de hoje presenciarmos todo um desmonte das políticas públicas, dos principais programas sociais de transferência de renda e todos os ataques que o sistema educacional vem sofrendo, são ameaçadores ao poder de consumo das famílias mais pobres que necessitam sobreviver.

Uma vez que o consumo é uma ação política de cada um de nós o que compramos, aonde vamos e o que iremos fazer com a nossa produção de resíduos pós-consumo, é também um discurso constante nas plataformas de governos que procuram ininterruptamente um incentivo a fim de possibilitar uma imagem favorável após tragédias, em discurso do ex-presidente norte americano George W. Bush aos americanos chocados e estupefatos diante da visão do desmoronamento das Torres Gêmeas emblemáticas da supremacia mundial dos Estados Unidos, atravessadas por aviões pilotados por terroristas, foi para que todos “voltassem às compras”. A intenção da mensagem era conclamar os americanos a retomar a vida normal (BAUMAN, 2011, p. 84) a vida é normal traduzida pelo ex-presidente norte americano George W. Bush é quando possamos consumir o que desejamos.

Comprar tornou-se um novo medicamento que alivia a dor em prateleiras não de farmácias, mas sim dos Shoppings Centers, e outro exemplo é o do Brasil com a crescente de uma classe média cada vez mais abundante e exigente. Em sua participação no Fórum Econômico Mundial (2014), sucedido em Davos-Suíça, a Presidenta da República Dilma Rousseff, apresentava o país como um espaço a ser tomado pelo consumo, ainda não presente na realidade de uma totalidade da população:

“O Brasil, por sua vez, vem experimentando uma profunda transformação social nos últimos anos. Estamos nos tornando, por meio de um processo acelerado de ascensão social, uma nação predominantemente de classe média. Alguns números ilustram essa realidade: os 36 milhões de homens e mulheres que foram tirados da extrema pobreza recentemente; os 42 milhões que ascenderam à classe média, que passou de 37% da população para 55% da população, apenas entre os anos a partir de 2003 até hoje. A renda per capita mediana das famílias brasileiras cresceu 78% no mesmo período. Nos últimos três anos, nós geramos 4,5 milhões de novos empregos (G1, 2014)”.

O discurso é a necessidade de manter uma situação estável com a junção de uma fórmula conhecidíssima de emprego elevado junto ao poder econômico de compra da

população. O trabalho e o consumo seguem um ao outro próximo constituem quase um único movimento ao concluir um começa o outro, assim constitui uma sociedade de trabalhadores precarizados submetidos às condições perversas do sistema capitalista alimentando um ciclo vicioso, justificando até mesmo a própria violência cometida contra a natureza para que obtenha o material, tal como a madeira justifica matar a árvore e a mesa justifica destruir a madeira (ARENDDT, 2008) as pessoas que vivem no mundo dominado por uma lógica consumista precisam ao máximo de conforto sem a importância devida as consequências para tal custo.

Assim, os números da ascensão de acesso dos bens duráveis são surpreendentes, passaram a ser realidade das famílias brasileiras mais pobres que nunca puderam imaginar tê-los, o acesso à máquina de lavar roupas foi o que mais cresceu entre 2003 e 2009 (32,61% contra 8,41% da geladeira e 6,73% da televisão). Vale ressaltar que estes últimos já estão presentes em mais de 90% dos lares, sendo então o avanço superior bastante representativo (NERI, 2011), a diferença na vida dessas pessoas com a introdução de tais bens de consumo reflete na otimização de seu tempo antes eram gastos horas em cima de um lavador de roupas manual, e agora com a utilização da máquina de lavar roupa com apenas um comando as roupas saem quase secas, esse tempo abundando foi revertido em mais trabalho para mais acumulação de dinheiro e conseqüentemente mais consumo, e sendo empregado com as suas famílias em outras formas de consumo.

Desse modo, é dentro desse mundo de coisas duráveis que encontramos os bens de consumo com os quais a vida assegura os meios de sua sobrevivência e isenta de dor e de esforço (ARENDDT, 2018), entretanto, o intuito não foi julgar o consumo, mas sim percorrer um caminho a fim de analisar o aumento do consumo, com a crescente na aquisição de troços adquiridos e provavelmente cresceu o volume de resíduos sólidos aumentando, a necessidade de nos conscientizar para os riscos causados por esse consumo frenético beirando a irresponsabilidade socioambiental como a troca rápida dos produtos e a disposição dos resíduos incorretamente ao ambiente, por carecermos de uma melhor efetivação da política de coleta de resíduos, de início pelos próprios consumidores, a fim de juntar forças a Estados e as empresas privadas em uma efetivação de recolher esses resíduos de maneira correta, poupando cada vez mais os recursos naturais, que há tempos vem sendo monitorado por esse modelo capitalista de desenvolvimento perverso, afirma Hogan (2010) com o processo de globalização em sua fase inicial, as preocupações quanto aos limites do crescimento,

preconizados no relatório do Clube de Roma e na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972, tornaram-se peça fundamental na relação entre o desenvolvimento econômico, os recursos naturais e o crescimento populacional.

A cultura de trabalho para mais consumo vem transformando nossas relações de afetos uns com os outros estamos a depositar nos trecos, troços e coisas expectativas destinadas a seres humanos, eles as substituí, no entanto deixamos de nos preocupar com o bem estar social, o que incluí o próprio cuidado com ambiente, espaço esse residido pelo homem social, conforme Miller (2013) a única coisa que jamais devemos ser é materialista, pois se supõe que dar atenção aos bens de consumo principalmente duráveis, significa não dar atenção ao social, à pessoa. E até onde irão nossos fetiches de consumo, quais serão as consequências? Hoje, são bem mais perceptíveis com aquecimento da Terra e os desastres naturais colocando o homem como agressor e vítima de suas próprias ações, e os Oceanos tomados por resíduos, que poderiam voltar para as indústrias recicladoras através da gestão de resíduos mais efetiva.

No caso do Brasil incentivando os catadores fortalecendo suas associações no campo do trabalho, as soluções nós temos, falta nossa vontade política, não essa decidida por um pequeno grupo de pessoas em uma sala, mas assim a nossa de cidadãos comuns dentro de nossas residências, são essas pequenas ações que fazem total diferença, um bom exemplo, é a rede de Supermercados Walmart que realiza em suas lojas em regiões metropolitanas o recolhimento de embalagens - a coleta seletiva (caixas de creme dental, de cereais, entre outras) após passarem pelos caixas que provavelmente iriam parar nos aterros o consumidor tem a opção de deixar na própria loja, assim precisamos nos conscientizar de nossas responsabilidades com o consumo, e não apenas o poder público ser responsabilizado pelo ônus da produção/consumo produzidos por trabalhadores pobres que continuam ambiciosos por mais consumo, sendo eles os principais impactados pelas ações desastrosas do capital.

### **3.1 As raízes do trabalho benesses do capital: Da exploração da escravidão à escravidão contemporânea**

*Afinal enquanto qualquer ser humano for vítima de trabalho escravo, a humanidade não será, de fato, livre (Leandro Sakomoto).*

Trabalho, vocábulo europeu do latim e inglês *labor*, o grego *ponos*, o francês *travail*, o alemão *arbeit* - significam dor e esforço, assim o trabalho é como dar à vida, uma realização própria de cada ser humano, o trabalho garante a existência humana, é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho, é a própria vida (ARENDDT, 2018). O trabalho também pode ser uma marca de consumo que desejamos um exemplo, trabalhar em uma empresa multinacional ou se tornar um empreendedor de sucesso.

Desde o surgimento da humanidade o homem e o trabalho caminham juntos como uma questão de sobrevivência, citado nas escrituras bíblicas através do apóstolo Paulo, que foi chamado “o apóstolo do trabalho”, não era nada disso, e as poucas passagens nas quais se fundamenta tal assertiva ou são dirigidas àqueles que, por preguiça, “comiam o pão do próximo”, ou recomendam o trabalho como bom meio de evitar problemas, isto é, reforçam a prescrição geral de uma vida estritamente privada e o alerta contra atividades políticas. Ainda mais relevante é o fato de que, na filosofia cristã mais recente, e particularmente em Tomás de Aquino, o trabalho tornou-se um dever para aqueles que não tinham outro meio de sobrevivência, consistindo o dever em manter-se vivo e não em trabalhar: se fosse possível sustentar-se com esmolas, tanto melhor. Quem ler essas fontes com isenção de modernos preconceitos pró-trabalho ficará surpreso ao verificar inclusive quão pouco os pais da igreja se aproveitaram da oportunidade óbvia de justificar o trabalho como punição do pecado original, mesmo que esse trabalho possa por em risco a vida do ser humano, é sempre melhor trabalhar ao evitar os problemas do cotidiano (ARENDDT, 2018, p. 393).

No mundo antigo, o trabalho se demonstrou um castigo com o sistema escravocrata, definido como estado ou condição de um indivíduo sobre o outro o qual se exercem, total ou parcialmente, os atributos do direito de propriedade (SAKOMOTO; DOTTRIDGE, 2020), exemplo do Egito antigo. Na era das trevas do mundo medieval vem à servidão um modo mais disfarçado de escravidão, pelo qual o trabalho escravo pôde desempenhar papel tão importante nestas sociedades antigas que eram um centro de consumo, e nas cidades medievais, que eram principalmente centros de produção (ARENDDT, 2018).

Em percurso com as grandes navegações a abertura das aventuras comerciais e invasões dos europeus ao novo continente americano que também demonstrou o lado mais perverso do trabalho, onde o trabalho escravo não era estranho, por exemplo, na capital

portuguesa havia cerca de cem mil habitantes, dez mil eram escravos negros ou mulatos (SCHWARCZ; STARLING, 2015), esse modelo será reproduzido ao novo continente americano que também demonstrou o lado mais perverso do trabalho.

No continente americano, o Brasil é exemplo dessa perversidade, a escravidão trazida pelos portugueses fundamentava a forma de família, de política, de justiça e alicerce da economia que juntamente com a agricultura de monocultura, moldou condutas, definiram desigualdades sociais, fez da raça e cor marcadoras de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia estrita (Idem), o sistema escravocrata representou um mercado lucrativo para os traficantes de homens, nas palavras do jesuíta Antonil definiu os escravizados “as mãos e os pés do senhor de engenho porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente” (Ibidem, p. 79), e as bases da escravidão brasileira firmava-se na utilização da mão de obra compulsória, visto como um castigo, um trabalho árduo, disciplinador e contínuo.

Em territórios brasileiros escravizou-se mais de dois milhões de indígenas entre os séculos XVI e XVII foram brutalmente escravizados pelos ditos homens de bem, senhores da justiça e proprietários do conhecimento, brancos, no entanto o nosso processo de escravidão em território nacional atingiu também ameríndios, africanos, asiáticos e até os aparentemente improváveis europeus, seja na sua forma colonial de acumulação capitalista que arrancou dos territórios do continente africano cerca de 12,5 milhões de seres humanos traficados como mercadoria para as Américas, em registros de venda de escravizados no Brasil em 1848, o escravizado padrão (19 anos, trabalhador agrícola) custava entre 50 e 70 libras (libra esterlina na época) valor estimado aproximadamente entre 40 e 50 mil libras em 2017, em reais esse valor está entre 200 a 270 mil reais (SAKAMOTO; BALES, 2020). Os escravizados não ocupavam apenas o espaço rural, eles também ocuparam as cidades, eram famosos por serem alugados para realizarem atividades sempre braçais eram pintores, pedreiros, carpinteiros, estivadores, alfaiates, ferreiros, costureiros, cocheiros, carroceiros, barbeiros, sapateiros, as escravizadas eram domésticas, cozinheiras, arrumadeiras, amas, engomadeiras e lavadeiras, ao final do dia os valores arrecadados por sua atividade eram entregues aos seus senhores (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

O trabalho dos escravizados consistiu em desejos de consumo de muitos senhores de fazendas, suas riquezas eram mensuradas pelo número de negros escravizados, uma atividade

bastante lucrativa de acúmulo de riquezas. Foram seis milhões de escravizados em embarcações de bandeira portuguesa ou brasileira, ou imperial, mesmo com a Lei Áurea sancionada em maio de 1888, não foi capaz de impedir a escravidão em sua forma contemporânea, nos tornamos produto da violência e da escravidão que somos violentamente obrigados a esquecer dessa parte de nossa história quando negamos a representatividade e contribuições dos povos negros em nossa história, porque povo que esquece sua história comete os mesmos erros do passado, a história simplesmente repete-se (SAKOMOTO; FIGUEIRA, 2020; SOUZA, 2019), no entanto não podemos negligenciar o poder de resistência e lutas dos escravizados, os Quilombos são uma representatividade dessa luta, pois não se convertem homens em propriedades sem que eles mostrem sua capacidade de invenção e criatividade (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Os números do trabalho escravo contemporâneo ao redor do mundo estimados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) atualmente são 40 milhões de trabalhadores, a cada mil pessoas 5,4 encontram-se nessa situação, nas Américas esta estimativa é de 1,9 por mil. O Brasil não adotou em documentos oficiais o termo trabalho escravo contemporâneo, por pensamentos coloniais adotou a terminologia trabalho análogo à escravidão que permanece no território nacional disfarçada e periférica, a esta situação de trabalho se registrou entre 1995 e setembro de 2019, mais de 54 mil pessoas em regime de escravidão em fazendas de gado, soja, algodão, café, laranja, carvoarias em oficinas de costura, construção civil, bordéis, cadeias produtivas de alto lucro que escondem a exploração e sofrimentos humanos tratados como instrumentos descartáveis (SAKOMOTO *et al.*, 2020).

Apesar da etnia e cor da pele não ser mais classificador para escravidão os números da fiscalização do Ministério da Economia revelam que a população negra é bem mais suscetível ao trabalho escravo que a população branca, consequência de uma farsa histórica da liberdade dos povos negros que foram jogados a própria sorte, em uma abolição incompleta.

A escravidão na antiguidade não foi um artifício para obter mão de obra barata nem um instrumento de exploração para fins de lucro, mas sim a tentativa de excluir o trabalho das condições do homem (ARENDRT, 2018), então a escravidão tornava-se um processo de retirar do sujeito a condição de humano não muito longínquo ainda continuamos a repetir, quando o capital exclui o trabalhador do direito da posse dos meios de produção que lhe permita trabalhar diretamente para reproduzir suas condições de vida, por meio da terra ou das ferramentas de trabalho para garantir a sobrevivência dos trabalhadores, portanto a exploração

do trabalhador continua a orientar formas opressivas de exercício do poder e a se interpenetrar nas relações de produção, criando hierarquias de profissionais, com graus distintos de formalização de emprego como uma visível consequência está disparidade enorme de valores salariais entre os trabalhadores ora exercem as mesmas funções ora exercem um trabalho fundamental para manutenção da sociedade e não são valorizados com uma remuneração adequada (MATTOS, 2019).

Afinal como lembra Marx, “diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral” (Idem, p. 30-62), com custo calculável a força de trabalho cria mais valor ao longo do processo produtivo transforma-se em mercadoria, a ser trocada, quase sempre por uma remuneração, de modo a buscar a reprodução da vida, sobretudo na compra de outras mercadorias (SAKOMOTO *et al.*, 2020).

O mundo do trabalho se caracteriza principalmente pela domesticação dos corpos a obedecer às ordens em torno de muros altos, algo escondido e discreto, segregados da comunidade como criminosos que absorvido pelo capital exigiu controle e vigilância na tentativa não só de eficiência física, mas também a autodisciplina dos trabalhadores, a qualidade da mão de obra disponível no mercado, os hábitos culturais e a mentalidade dos trabalhadores em relação às tarefas que se espera que realizem (HARVEY, 2016).

Assim sendo, a diferença entre o trabalho escravo passado e o moderno trabalho livre não é o fato do trabalhador possuir liberdade pessoal - liberdade de movimento e de atividade econômica e inviolabilidade pessoal -, mas consiste em que o trabalhador moderno é admitido no domínio público, pois é completamente emancipado como cidadão, incorporado cada vez mais por novas massas de trabalhadores, é uma decorrência da conversão de novas áreas da vida social aos ditames do capital (gerando expropriações) e uma necessidade do processo perverso de acumulação - “acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado”, uma continuidade de perseguição e opressão cotidiana e selvagem da escravidão passada para quebrar a resistência e a dignidade dos trabalhadores excluídos, tornando-se mais uma das pilastras para redução de custo na produção (ARENDDT, 2018, p. 269; MATTOS, 2019, p. 35; SOUZA, 2019, p. 88).

A continuação da opressão de pessoas sobre outras são justificadas ideologicamente através do capitalismo estando integrados aos fatores culturais, religiosos e traços biológicos caracterizando de forma negativa as etnias identificadas como subalternas alvos para discriminação. Afinal, as classes superiores são as do espírito, do conhecimento valorizado,

enquanto as classes trabalhadoras são do corpo, do trabalho braçal e muscular que se aproxima dos animais, ideias diretamente associado à legitimação ideológica da escravidão contemporânea, sobretudo a partir do momento em que o capitalismo explora a força de trabalho, fator constituinte da formação do mercado livre no Brasil que é construído a partir do modelo escravocrata atingindo prioritariamente a população pobre e negra, no entanto os movimentos abolicionistas em escala nacional e internacional começam a pôr em xeque a continuidade escravocrata de exploração das massas de trabalhadores (MATTOS, 2019; SOUZA, 2019; SAKAMOTO; ALVES, 2020).

Os avanços para reconhecimento do trabalhador brasileiro foram a passos lentos, apenas na Constituição de 1937 estabeleceu o direito ao trabalho moderno, instaurando um mercado formal competitivo do trabalho com base no contrato que significou uma importante mudança, ainda que com resquícios da continuidade de métodos escravocratas (SOUZA, 2019) práticas que em tempos modernos são reproduzidas pelas grandes corporações corroborando o sistema escravocrata do período colonial brasileiro, Sakamoto e Figueira (2020) exemplifica o relato de denúncias contra a Fazenda Vale do Rio Cristalino, que pertencia à Volkswagen, nos anos 1973 a 1975, e de 1981 a 1983. Ali teria ocorrido trabalho escravo sob pretexto de dívidas com restrição de liberdade, violência física e assassinato de trabalhadores que tentaram escapar.

A legitimidade do trabalhador brasileiro está previsto no artigo 243 da Constituição Federal, e no Código Penal em seu artigo 149 aprovado em 1940, que nele elencando os elementos definidores da escravidão contemporânea para serem abolidos no mundo do trabalho brasileiro, ocorridos de forma isolada ou combinada: a) Cerceamento de liberdade - a impossibilidade de quebrar o vínculo com o empregador, que pode se valer de retenção de documentos ou de salários, isolamento geográfico, ameaças, agressões físicas, espancamento e tortura; b) Servidão por dívida - O cativo mantido pelas imposições de dívidas fraudulentas, relacionadas a transporte, alimentação, hospedagem, adiantamentos, dentre outras; c) Condições degradantes de trabalho - O meio ambiente de trabalho que nega a dignidade humana, colocando em risco a saúde, a segurança e a vida da pessoa; d) Jornada exaustiva - O cotidiano de trabalho leva o trabalhador ao completo esgotamento físico e psicológico e à impossibilidade de ter uma vida social, dada a intensidade e a duração de exploração, colocando em risco sua saúde e sua vida. Essa forma perversa de trabalho é

denunciada desde 1970 pela sociedade civil e entidades religiosas Sakomoto *et al.*, (2020, p. 11):

A sociedade civil brasileira passou a denunciar sistematicamente a persistência desse tipo de exploração, tendo como a Comissão Pastoral da Terra, ligada a Igreja Católica, à frente. Após décadas de pressão, o governo reconheceu perante a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1995, a continuidade da existência de trabalho escravo contemporâneo em seu território. Naquele ano, foi estabelecida uma política pública baseada em grupos especiais de fiscalização móvel, composta por diversos agentes do Estado - auditores fiscais do trabalho, procuradores do trabalho e da República, defensores públicos, policiais federais, rodoviários e militares, dentre outros servidores.

Uma verdadeira força tarefa de combate ao trabalho escravo contemporâneo essa equipe tinham uma grande missão de investigação de denúncias, resgatar os trabalhadores, aplicação de multas como pagamento de indenização aos trabalhadores e punir criminalmente os exploradores da força de trabalho, rompendo uma prática colonial em nosso país, implicando diretamente em interesses econômicos da elite do poder, a escravidão contemporânea é um negócio global que movimenta ao menos 150 bilhões de dólares e atinge 40,3 milhões de pessoas anualmente, segundo dados das Nações Unidas. As punições são de acordo a aprovação da Emenda Constitucional 81/2014 prevendo o confisco sem indenização das propriedades rurais e urbanas identificadas com práticas de trabalho escravo contemporânea para serem destinadas a programas de reforma agrária e programas habitacionais (SAKOMOTO *et al.*, 2020), no entanto a Emenda Constitucional não regulamenta os trâmites de que como suceder a desapropriação, principalmente por pressão da bancada ruralista que tem os seus interesses diretamente atingidos, ainda não se regulamentou no Congresso Nacional, não podendo ser cumprida as medidas de confisco das propriedades.

E quem são esses trabalhadores escravizados? Em dados do antigo Ministério do Trabalho, extinto pelo governo em 2019 com intenções claras dado de uma política de liberalismo econômica com desígnios da precarização do trabalhador pobre, com ações por ele que são muito mal intencionadas, como a introdução de uso da Carteira Verde e Amarela do trabalhador, reduzindo a uma secretaria no guarda-chuva do Ministério da Economia, por considerar uma despesa manter um ministério que regulariza, monitora, fiscaliza e garante ao trabalhador brasileiro seguridade, representou uma perda para classe trabalhadora, registrou

de janeiro de 2003 a junho de 2018 um total de 35.803 denúncias de trabalhadores em condições perversas de trabalho, 70% dos trabalhadores em situação de escravidão contemporânea, possui baixíssima escolaridade 31% são analfabetos, 39% não concluíram o quinto ano do ensino fundamental, estão em situação de vulnerabilidade tornando-se alvos fáceis a serem ludibriadas por falsas promessas, esses dados revelam que a ausência da garantia de um política educacional efetiva fragiliza a vida desses trabalhadores, submetendo-se a condições de trabalho insalubres (SAKOMOTO *et al.*, 2020). A sociedade de classes brasileira não garante direitos igualitários, principalmente a educacional que transforma a vida das pessoas, conforme Souza (2019, p. 94):

[...] os estímulos que a criança de classe média recebe em casa para o hábito de leitura, para a imaginação, o reforço constante de sua capacidade e autoestima que fazem com que os filhos dessa classe sejam destinados ao sucesso escolar e depois ao sucesso profissional no mercado de trabalho. Os filhos dos trabalhadores precários, sem os mesmos estímulos ao espírito e que brincam com o carrinho de mão do pai servente de pedreiro, aprendem a ser afetivamente, pela identificação com quem se ama, trabalhadores manuais desqualificados. A dificuldade na escola é muito maior pela falta de exemplos em casa, condenando essa classe ao fracasso escolar e, mais tarde, ao fracasso profissional no mercado de trabalho competitivo.

No Brasil as situações que induzem para propagação da escravidão contemporânea do trabalhador são as condições de acesso à política pública de educação que induz os mais pobres às condições mais degradantes de trabalho. Como sua negação de dignidade humana que coloca em risco a saúde, a segurança e a sua servidão por dívida, patrões e/ou atravessadores que emprestam dinheiro antecipadamente para não perder sua fonte de lucro, muitos mantêm pequenos armazéns em suas propriedades rurais ou estabelecimentos para fornecer mercadorias aos trabalhadores os tornando reféns. Essa situação acontece por negligência do Estado em garantir direitos básicos aos trabalhadores como Assistência Social, Educação e Saúde, contribuindo para a dependência aos patrões/atravessadores. O Estado brasileiro não amadureceu ainda suas políticas públicas a ponto de garantir que cada indivíduo vitimado tenha todas as condições de se livrar do círculo vicioso do trabalho escravo contemporâneo principalmente nas grandes cadeias produtivas (SAKOMOTO; ROSTON, 2020), pois o capital se nutre do sofrimento humano para atingir seus desejos por mais lucros.

Apesar das práticas antigas de escravizar seres humanos em sentido tradicional não exista mais, a escravidão contemporânea é uma técnica que persiste através da informalidade do trabalho retirando do outro o sentido de seres humanos, trabalhadores boias frias, prostitutas, catadores de resíduos todos os dias tenham que lutar por reconhecimento social, por ser produto de uma sociedade que os responsabiliza por sua (falta de) sorte e ainda os transformam em perigosos e ameaçadores (SOUZA, 2019), estando cada vez mais invisíveis na sociedade são silenciados, assim favorecendo sua situação de total dependência de seus exploradores, o Estado que possui sua obrigação de garantir proteção em curto prazo, assegurando as compensações e justiça às vítimas, não faz. E para o enfrentamento a tais práticas no Brasil a melhor estratégia é a informação como a realizada pela a organização não governamental Repórter Brasil com seu programa de educação Escravo, nem pensar! E demais organizações governamentais e não governamentais que formularam o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, e investimento maciço na política de educação como forma de por um fim na escravidão de milhares de trabalhadores combatendo tais práticas para que não se reproduzam nunca mais, que os filhos dos escravizados contemporâneos não sejam os escravizados de um futuro próximo.

### **3.2 O trabalho como remédio para pobreza?**

Deparamo-nos sempre com afirmações seja dos governantes ou de especialistas econômicos de que a solução para o fim da pobreza é o trabalho, mas será realmente? De que formas de trabalho estão falando? O mundo do trabalho é por vezes à solução para o retorno a vida habitual em momentos de caos e tragédias ou salvo-conduto de um remédio para pobreza. Um bom exemplo é a década de 1950 naquele momento à economia encontrava-se esfacelada resultante de um período de insanidade vivido durante a II Guerra Mundial, representou o início de uma fase de prosperidade no cotidiano de pessoas nos quatro cantos do planeta pelos sessenta anos seguintes.

O período denominado Anos Dourados foi caracterizado pelo baixo índice de desemprego, crescimento econômico acelerado e grande expansão do consumo. Sem preocupações com o expressivo aumento do uso de recursos naturais a população dos países centrais e parte dos países em desenvolvimento comemoravam os Anos Dourados como uma festa sem hora para terminar, com o pacto social do pós-guerra envolvia, pela primeira vez em

grande escala, redistribuição de renda e acesso ao consumo e bem-estar para as grandes massas de populações, no entanto o capitalismo financeiro encarregou-se de criar uma nova classe trabalhadora crescentemente precarizada, ameaçada pelo desemprego e resistente aos cortes dos direitos conquistados (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013; SOUZA, 2019).

O novo espírito do capitalismo avançou por meandros de um equilíbrio sutil e delicado, nos quais triunfaram o direito corporativo, a economia financeira, as aquisições, a reengenharia, a externalização produtiva, a negação da relação de trabalho e outros mecanismos de exaltação do livre mercado globalizado (SAKOMOTO; BIGNAMI, 2020), fusão que consolidada a partir dos anos 1990, revelou-se uma caricatura perfeita do sonho iluminista e expressivista. Os novos gerentes, engenheiros e executivos se apropriam, nos seus próprios termos - ou seja, como sempre, os termos da acumulação infinita do capital -, de palavras de ordem como criatividade, espontaneidade, liberdade, independência, inovação, ousadia, busca do novo, etc. A esta nova fase do capitalismo correspondente às transformações do mundo do trabalho, especializando a mão de obra de cada lugar do mundo para produzir apenas uma parte do todo, correspondendo às trocas desiguais produzindo um comércio internacional que permite produções de diferentes valores (produtos industriais por produtos primários).

O capitalismo atual se especializou na dispersão geográfica da produção, buscando mão de obra barata, produtiva e flexível (SAKOMOTO *et al.*, 2020) a divisão internacional do trabalho que dividiu a produção em partes minúsculas para que cada trabalhador seja especializado em apenas em uma parte precisando somente de um mínimo de qualificação, foi a grande aposta do capital com a finalidade da abolição completamente do trabalho qualificado, como Marx acertadamente previu. O resultado é que se compra ou se vende no mercado de trabalho não é qualificação individual, mas a “força de trabalho”, da qual todo ser humano deve possuir aproximadamente a mesma quantidade. No entanto a principal contradição do uso que o capital faz da divisão do trabalho não é técnica, mas social e política. E resume-se numa única palavra: alienação. Os ganhos indubitáveis e assombrosos de produtividade, bens e lucratividade obtidos pelo capital em virtude de sua organização tanto da divisão detalhada quanto da divisão social do trabalho se dão à custa do bem-estar mental, emocional e físico dos trabalhadores que ele emprega (HARVEY, 2016). Portanto, a divisão internacional do trabalho não é benéfica para os países principalmente periféricos, a

desigualdade alimenta um novo perfil de trabalhador pobre ao qual são mal pagos resultando na exploração da massa escravizada por suas necessidades.

Com a exportação do capital (dinheiro e tecnologia) do centro, desencadeia-se ou se promove novas etapas no processo de industrialização na periferia, são as bases sobre as quais passa a se dar a troca desigual, assim é possível realizar, na periferia, uma produção do mesmo tipo a do centro, promovendo a integração de diferentes territórios em diferentes continentes numa economia mundial, porém os impactos causados por essas novas técnicas nos territórios periféricos podem acarretar uma curva crescente de uma maior desigualdade, tornando-se o pesadelo dos mais vulneráveis (SPOSITO, 2012; SOUZA, 2019).

As consequências do modelo neoliberal sobre o mundo do trabalho intensificaram o processo de precarização, por meio da geração de desemprego, da substituição de empregos por ocupações, da elevação da produtividade e da diminuição dos rendimentos bem como da flexibilização dos direitos trabalhistas (SALVADOR, 2018) levando pessoas a se submeterem a condições de trabalho degradantes, arriscando suas próprias vidas diariamente.

Um fator relevante na composição da força de trabalho está o processo de urbanização dos países, no hemisfério Norte o processo de industrialização, considerado mais desenvolvido, sendo mais recente em países do hemisfério Sul inserido de forma mais agressiva, com o processo de industrialização tardia e sua produção de riqueza bem mínima, no Brasil levantamento realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE de 2015 indica que 13,9% da população estavam ligadas as atividades do campo, 21,5% nas atividades industriais e 64,5% no setor de serviços o que indica que a classe trabalhadora nacional se concentra no espaço urbano.

O perfil dos trabalhadores brasileiros é uma classe urbana industrial, de classe média, dos serviços administrativos do mercado de comércio e das finanças, acrescidos dos serviços estatais que também se avoluma nesse período, são a novidade social, econômica e política do Brasil que se moderniza urbaniza-se e se industrializa, mas o trabalho é banalizado socialmente, economicamente e territorial (re)produzindo a pobreza com o aumento do desemprego e das ocupações precárias, somado com a diminuição dos rendimentos contribuindo para o crescimento da pobreza estrutural, sobretudo em países subdesenvolvidos, porém os pobres desempenham atividades econômicas as quais a interesses de pessoas/grupos gerando uma acumulação de capital, assim menospreza o valor de tal atividade desempenhada

por eles, assim apropriasse da maior parte dos recursos financeiros gerados pelos trabalhadores (SALVADOR, 2018; SOUZA, 2019).

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a força de trabalho (população acima de quinze anos desempregada à procura de emprego pela primeira vez, excluindo os trabalhadores não pagos, o trabalho familiar e os estudantes), mediante dados do Banco Mundial em 2016, eram cerca de 3,388 bilhões de pessoas. Em 1990, eram 2,322 bilhões de pessoas. Tomando esse intervalo de cerca de um quarto de séculos, o percentual da força de trabalho em relação ao total da população era de 44,31% em 1990, e em 2016 chegou a 46,04%, a massa de trabalhadores estimada pela OIT em relação ao número de pessoas empregadas no ano de 2000 representava 2,614 bilhões de pessoas, em 2016 chegou a 3,253 bilhões de pessoas, no entanto o número de postos de trabalhos ainda é insuficiente para absorver todo esse contingente de trabalhadores que buscam seu primeiro emprego cerca de 40 milhões por ano, segundo a OIT, em relatório divulgado em 2015, além daqueles que já se encontram em condições de desempregados representava um número superior de 30 milhões de pessoas. Referente aos dados do emprego no mundo 50% é assalariado, no entanto não é realidade em todos os continentes, na África Subsaariana e o Sul Asiático o percentual de assalariados é entorno de 20% (MATTOS, 2019).

A precarização do mundo do trabalho é estimulada pela constante redução dos gastos nas grandes cadeias de produção, elas não se importam com os trabalhadores que a sustentam e o atual modelo de trabalho precisa respeitar o tempo integral e a valorização do trabalhador, essa realidade de valorização dos trabalhadores corresponde a proporção de menos de um a cada quatro trabalhadores empregados segundo dados da OIT, ela pede atenção à função do trabalho não o considerando como mera mercadoria, essa situação de descaso é bem marcante na situação de labor da grande maioria dos trabalhadores brasileiros, sejam eles qualificados ou não, ou mesmo empregados ou apenas ocupados (SALVADOR, 2018).

Assim essas novas formas de trabalhos precarizados tornaram-se as características dos trabalhadores de países centrais e periféricos, as grandes potências mundiais percorrem um caminho cada vez mais para exploração dos trabalhadores, caso da principal potência econômica europeia, a Alemanha em termos salariais 23% de seus trabalhadores estão em setores de baixos salários, o que significa que recebem salários inferiores a dois terços da média salarial, os trabalhadores alemães cerca de 10,6% dos trabalhadores possuem uma jornada integral recebem salários baixos.

Em muitos casos, o Estado subsidia o setor privado que paga baixos salários complementando a renda de parte desses trabalhadoras/es através da seguridade social, seguros-desemprego parciais a cerca de 1,3 milhão de trabalhadoras/es, os donos do capital não assumem os encargos e suas obrigações com o Estado, os impactos é uma desigualdade crescente na sociedade alemã, e os dados referentes às diferenças salarias dos trabalhadores, em 1987 o salário de um gerente das maiores empresas alemãs era catorze vezes maior que a média salarial de um trabalhador, em 2000 já ganhava vinte quatro vezes mais, em 2010 passou a ganhar 54 vezes mais, aumentando a desigualdade entre os trabalhadores que cresceu a tal ponto que 10% mais ricos detêm mais de 50% da renda da sociedade alemã, enquanto os 50% mais pobres, apenas 1%,.

Outro exemplo é a China, os seus trabalhadores recebem baixos salários e sofrem com ausência de representação sindical, e quando muitas vezes é controlado pelo Estado ou pelas empresas, o país registra um aumento de industrialização em larga escala assentada sobre a exploração da mão de obra de sua classe trabalhadora, portanto a Alemanha e a China se assemelham ao Brasil na exploração de seus trabalhadores/as e o problema não está na ausência de riquezas, mas como essas riquezas são partilhadas, o bolo cresce, contudo as fatias são desiguais, e a desigualdade caminha a passos largos um dado aterrador sobre o capitalismo, em 2017 estimava-se uma população no mundo de 325,7 milhões de pessoas dessas cerca de 146 milhões viviam em situação de vulnerabilidade social, ainda no ano de 2016 representavam 100 milhões de pessoas que recebiam algum tipo de auxílio do governo, em uma sociedade cada vez mais de proprietários, em contraposição a uma sociedade de trabalhadores ou assalariados, não é a abundância natural nem a mera necessidade da vida, que está no centro do cuidado e da preocupação humanos, mas sim o lucro inclusive acima da vida das pessoas (ARENDDT, 2018; MATTOS, 2019).

Entretanto, é bom ressaltar que mudanças vêm ocorrendo principalmente na grande potência mundial, a China, os níveis salarias na indústria chinesa estão melhorando segundo levantamento divulgado em 2017, o salário médio de um trabalhador chinês triplicou entre 2005 e 2016, passando de US\$ 1,20 para US\$ 3,60 por hora. São valores superiores aos trabalhadores de quase toda a América Latina (à exceção do Chile). No Brasil o salário médio de um trabalhador fabril na última década salário-hora declinou de US\$ 2,90 para US\$ 2,70 (MATTOS, 2019).

O Brasil a partir de 1930 procurou corrigir as injustiças com as partes mais frágeis, os trabalhadores aprofundaram uma legislação com reconhecimento de direitos trabalhistas com o resultado da Carteira de Trabalho, garantindo férias remuneradas, décimo terceiro salário, pagamento de horas extras, regulamentação do trabalho insalubre e perigoso à saúde do trabalhador, que ainda não é realidade de todos os trabalhadores, visto que, somos um país da informalidade, segundo o IBGE no ano de 2016 a média de desocupados nacionalmente correspondia a 11,5% e de 12,7% em 2017, e as condições de sobrevivência através dos trabalhadores brasileiros, de acordo com Mattos (2019, p. 87) ainda não representa condições favoráveis para uma boa qualidade de vida, para atender ao que define a legislação, seria necessário um salário mínimo (em junho de 2017) de R\$ 3.727,00, segundo cálculos de Dieese (o salário mínimo legal em 2017 era de R\$ 937, 00) mais de 80% da classe trabalhadora ocupada no Brasil recebiam bem menos do que o necessário para uma vida digna.

Segundo dados do Censo do IBGE 2010, os 10% mais ricos no país detinham uma renda média mensal de trinta e nove vezes maior que a dos 10% mais pobres que ganhavam apenas 1,1% do total de rendimentos, e os 10% mais ricos ficou com 44,5% desse total. O trabalhador brasileiro que recebe o piso salarial nacional, não consegue sequer alimentar sua família, o que dizer de ter acesso a uma moradia, segurança, uma vida mais tranquila (SPOSITO, 2012).

Em tempos recentes, os ataques aos direitos trabalhistas têm se tornado mais turvos e inquietantes com a promulgação da Lei 13.467/2017, a reforma trabalhista desconstrói as leis protetoras dos mais vulneráveis, fazendo com o que o “negociável” se sobreponha ao “legislado” em diversas circunstâncias. Ou seja, na relação de assimétrica entre patrão e trabalhador, o Estado se comporta como se as forças fossem equiparadas e pudessem estabelecer “negociações” simétricas, e a total retira de direitos conquistados a lei amplia a jornada de trabalho, facilita a terceirização, restringe a atuação de fiscalização dos auditores e procuradores do trabalho, indo de encontro ao que determina ao OIT, quando propugna a proteção dos mais “fracos” nas relações trabalhistas (SALVADOR, 2018, p. 15; SAKOMOTO; FIGUEIRA, 2020, p. 65).

As relações trabalhistas de flexibilização constitui a precarização do trabalho sendo mais do que um processo econômico, é também uma posição atual política do Estado brasileiro, patrocinador da modernização do território nacional de acordo com o projeto

neoliberal, uma ameaça da retirada de direitos dos trabalhadores, e hoje a maioria dos trabalhadores sobrevive por meio de atividades do circuito inferior da economia urbana. Lutando diariamente pelo uso do território de maneira precária, se a situação não está favorável aos trabalhadores formais, à situação dos trabalhadores informais com menor exigência de qualificação e remuneração mais baixa, e flexibilidade, como sabemos, é o termo edulcorado para relações contratuais com menos garantias para os empregados, os considerados os lumpemproletariado, categoria de Marx havia tratado politicamente em sua trilogia sobre a França pós-1848, aqui apresentados de uma forma mais ocupacional como os camponeses expulsos do campo, os proletariados desempregado, e os que exerciam profissões duvidosas, vagabundos, delinquentes, donos de bordeis e prostitutas, em tempos mais atuais outras formas de atividades sofrem a exploração caso dos catadores/as que não tende a ser apreendido e interpretado como trabalhadores explorados gerando mais-valia em função do processo da acumulação capitalista, recebe desprezo socialmente representando o perigo, o escuro e são denominados nas grandes cidades, literalmente, de cavalos, no entanto precisamos compreender que seres humanos precisam ser considerados humanos para que a igualdade jurídica formal tenha eficácia (BOSI, 2008; SALVADOR, 2018; MATTOS, 2019; SOUZA, 2019).

Portanto o trabalho como remédio contra a pobreza é profícuo, diante de todos esses dados apresentados, aparentemente a classe trabalhadora cresce precarizada não só em países periféricos, mas também em países centrais, os impactos negativos causados pelo capital perverso que está levando ao empobrecimento da classe trabalhadora que não conseguem mais custear suas necessidades básicas que os levou a lutar utilizando até os meios de consequências drásticas, afirma Arendt (2018) uma vez que todos os seres humanos são sujeitos à necessidade, têm direito de empregar a violência contra os outros; a violência é o ato pré-político de liberta-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade no mundo, analisando a violência não apenas como consequências físicas, mais como própria rebeldia contra o sistema, é um ato contra aqueles que se sentem donos da força de trabalho.

As massas de trabalhadores precarizados formam o estopim para a formação de consciência de classe e agitação social, e com a contribuição das redes sociais, se organizam na luta de melhores condições, o Brasil em 2013 presenciou eles saírem às ruas em movimento denominado as “Jornadas de Junho”, Ruy Braga em seu artigo Brasil: uma interpretação à altura de junho observou que os principais protagonistas dos protestos foram

os trabalhadores jovens, escolarizados, sub-remunerados e inseridos em condições precárias de vida e trabalho.

Em função disso, deve-se cogitar a possibilidade de ter estado presente nas manifestações uma parcela de jovens de escolaridade mais alta que a renda. Entre outros trabalhadores precarizados e marginalizados socialmente na luta de melhores condições de trabalho, e o problema da pobreza no Brasil não será resolvido com mais trabalho, porque a exploração aos trabalhadores mais pobres com a negação de direitos fundamentais (assistência social, educação e saúde) aumenta a cada dia, porém mesmo sob o domínio férreo do capital, que os trabalhadores sintam orgulho de seu trabalho e que assumam uma identidade como trabalhadores (HARVEY, 2016), resistindo ao capital que lhe retira diariamente a condição de sujeito trabalhador.

### **3.3 A Legislação do trabalho dos catadores de resíduos sólidos no Brasil: Avanços e desafios**

A constituição do trabalho perpassa pela elaboração de dispositivos legais regulamentando a profissão sendo de extrema importância para exercício da atividade, porém para legitimação de desempenho é preciso também o reconhecimento social e como atividade essencial para manutenção da vida, assim estão os professores, médicos, advogados, engenheiros e demais profissões, mas ainda existem profissionais que estão na base da pirâmide das profissões, fato das catadoras/es contornando-se um dos grandes desafios para execução do seu trabalho relativamente novo que não possui uma legitimação social. A ocupação de catador era extremamente desvalorizada, incorporava aqueles que viviam nas ruas ou nos lixões como indigentes e que conviviam com urubus e tratadores pela busca de alimentos, roupas ou materiais para vender (FERRAZ *et. al*, p. 766, 2012), a proposta a seguir será apresentar um percurso histórico através da legislação brasileira ambiental e à respeito das catadoras/es de materiais recicláveis.

Um pouco antes do processo da redemocratização do Brasil foi promulgada a Lei nº 6.938/1981 dispendo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em primeiro momento não coloca a preocupação com a destinação dos resíduos sólidos ou se quer cita os catadores, porém o Art. 7º cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, cuja composição, organização, competência e funcionamento serão estabelecidos, em regulamento, pelo Poder Executivo, ainda não representou um avanço para a destinação dos resíduos, todavia os

conselhos são órgãos de controle que regulamenta e toma decisões em conjunto com representantes do poder público e sociedade civil.

Os avanços são a passos lentos de início abordando questões da disposição final dos resíduos, a Lei nº 9.605/1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, trata no Art. 54º causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, no parágrafo § 2º Se o crime: V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos, regulariza com pena de reclusão, de um a cinco anos para o agressor. Compete advertir: o resíduo possui uma interface política revelando-se toda vez que o debate sobre sua destinação, gestão, discriminação de responsabilidades, encaminhamento das normatizações, sumamente, a aplicação das leis suscitam debates acalorados entre a classe política.

Nessa ponderação, não deixa de ser significativo que a Lei nº 12.305/2010 que altera a Lei no 9.605/1998, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) tenha demorado dezenove anos de debates no congresso para ser sancionada, demonstrando evidente de conflitos entre grupos com interesses e divergências quanto à regulamentação da gestão dos resíduos. Nesta ordem de colocações, a PNRS surgiu antes por ser inviável a continuidade da ausência de uma normatização para a gestão dos resíduos - especialmente diante de um contexto em que passam a proliferar numa velocidade ainda maior - e não por boas intenções ambientais, de resto ausentes durante um longo período (WALDMAN, 2013), com a percepção dos governos, empresas e atravessadores perceberem um espaço econômico dos resíduos, compreendendo o nicho de mercado proporcionando lucro. E a partir dela que o trabalho das catadoras/es são reconhecidos pela primeira vez em âmbito nacional, mesmo que desde 1980 os catadores já se ocupam as ruas como território de trabalho, sua presença era negligenciada pela esfera de poder federal.

A PNRS representa um avanço à lei sua aprovação significou a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecendo que, após o dia 2 de agosto de 2014, o Brasil não poderá descartar lixo de qualquer maneira e em qualquer lugar. Os lixões a céu aberto estão com os dias contados. Deverão ser fechados e substituídos por aterros sanitários, técnica de disposição de resíduos sólidos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e a segurança, minimizando os impactos ambientais (ASSAD, 2012), porém segundo dados

(ano de 2020) do Movimento Lixo Cidadão revela em um estudo elaborado pela consultoria e auditoria Pwc Brasil em parceria com o Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana (SELURB) ainda 49,9% das cidades brasileiras ainda enviam resíduos para os lixões.

A PNRS em seu Art. 1º trata sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis, a lei responsabiliza a todos conforme seu § 1º estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

O II capítulo ressalva em seus incisos VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade; VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, portando o catador é reconhecido como parte importante da cadeia de resíduos como protagonista por seu trabalho.

A PNRS em seu capítulo III trata do incentivo às cooperativas de catadores em seu inciso IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. A lei também alerta para o fechamento dos lixões e inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; a implantação da coleta seletiva com participação direta dos catadores.

No Art. 36º parágrafo § 1º o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação. Um desafio enorme como a terceirização da coleta de resíduos é uma realidade de grande parte dos municípios brasileiros, as empresas terceirizadas em determinados contratos são remuneradas de acordo com o volume de resíduos recolhidos não se interessa em gerar um elo cooperativo com as associações de catadores, e o poder público na realidade não incentiva o fortalecimento das

cooperativas ou se quer trabalham junto a elas para o desenvolvimento de uma melhor gestão dos resíduos, são as contradições dos interesses dos elos da cadeia dos resíduos.

E mesmo com o Art. 42º o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda. A realidade é bem diferente o descaso do poder público para com as cooperativas de catadores que se quer conhece as cooperativas existentes em seus municípios, assim não efetivas a lei beneficiando as famílias dos catadores ofertando dignidade e independência dos outros elos da cadeia que explora sua força de trabalho.

O marco regulatório mais recente em relação aos catadores de resíduos sólidos a é a atualização da Lei do Saneamento Básico, Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 - regulamentado o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente, a lei define a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana, o destaque da lei está no Art. 29º os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, e, quando necessário, por outras formas adicionais, como subsídios ou subvenções, vedada a cobrança em duplicidade de custos administrativos ou gerenciais a serem pagos pelo usuário, nos seguintes serviços: II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, na forma de taxas, tarifas e outros preços públicos, conforme o regime de prestação do serviço ou das suas atividades; em nenhum momento a lei se refere aos catadores ou incentiva sua atividade pelo contrário nos próprios dispositivos da lei o incentivo é claro pela privatização dos serviços de coleta dos resíduos e da exclusão dos catadores de tal atividade que alimenta famílias por todo território nacional.

Em complemento ao artigo 29º está o Art. 35º as taxas ou as tarifas decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos considerarão a destinação adequada dos resíduos coletados e o nível de renda da população da área atendida, de forma isolada ou combinada, e poderão, ainda, considerar em inciso: V - a frequência de

coleta, a lei autoriza a cobrança pela coleta de resíduo mediante o volume de resíduos produzido pela população.

O marco da lei de saneamento básico é uma proposta que desonera o poder público dos seus compromissos, por mais que trate os iguais de forma diferente, tendo uma visão dos mais pobres que os isente dos custos com saneamento não sabemos até que ponto isso irá de fato se concretizar, a situação do saneamento básico brasileiro se agrava por irresponsabilidade do próprio Estado que incentiva a privatização de um bem comum a todos.

O estado de Pernambuco através da Lei nº 13.047, de 26 de junho de 2006 que trata da disposição final de resíduos, e como obrigatoriedade a implantação da coleta seletiva de resíduos nos condomínios residenciais e comerciais, nos estabelecimentos comerciais e industriais e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, antes mesmo da promulgação da PNRS o estado de Pernambuco já demonstrava preocupação com os catadores, ressalta em seu Art. 2º O projeto de coleta seletiva pretende incentivar a economia solidária, por meio de apoio às cooperativas de catadores de material reciclável, organizações de bairros que trabalham na perspectiva de geração de renda e com Organizações Não Governamentais que sensibilizam a população e os catadores com uma visão ecologicamente correta, visando uma melhor qualidade de vida. E Art. 8º Fica estabelecido que condomínios, empresas e órgãos públicos deverão celebrar contratos de parcerias com associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis, bem como associações de bairros no âmbito dos municípios.

A regulamentação da Política Estadual de Resíduos Sólidos ocorreu através da Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, alguns meses após a regulamentação da PNRS, garantindo em seu I capítulo - a gestão compartilhada de resíduos sólidos: maneira de conceber, implementar e gerenciar sistemas de resíduos, com a participação dos setores da sociedade com a perspectiva do desenvolvimento sustentável; ratificando a PNRS.

Em seu capítulo II inciso VII - integração dos catadores de materiais recicláveis nas ações que envolvam o fluxo organizado de resíduos sólidos, com adoção de práticas e mecanismos que respeitem as diversidades locais e regionais; e IX - incentivo a reciclagem; continuando em seu capítulo III alínea V - promover ações voltadas à inclusão social de catadores de materiais recicláveis; e VI - erradicar o trabalho infantil nas ações que envolvam o fluxo de resíduos sólidos; posteriormente no capítulo IV inciso IV - incentivo à criação, ao desenvolvimento e à capacitação de associações ou cooperativas de catadores e de classificadores de resíduos sólidos, visando o reaproveitamento destes materiais e inclusão no

ciclo produtivo, a fim de consolidar o processo de coleta seletiva; e capítulo VII inciso VII - estimular parcerias entre as indústrias recicladoras, o poder público e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas de coleta seletiva e para o fortalecimento de associações e cooperativas de catadores.

Os dispositivos legislativos reconhecem e incentivam os catadores de resíduos sólidos, a atividade da catação é regulamentada, porém a ausência de reconhecimento social como as pessoas não percebem tal atividade como trabalho e, além disso, estigmatizam os catadores com adjetivos de vagabundos, bêbados, desocupados, entre outros, assim criminalizando a atividade e os tornando alvos fáceis para outros elos principalmente os atravessadores. No entanto a realidade desses trabalhadores é suscetível diante da região, estado, se está associado ou não, as ações desenvolvidas do poder público local, entre outros fatores que possam tornar a catação uma atividade que digna ou marginalizada.

**Quadro 3 - Legislação ambiental de disposição dos resíduos: avanços e desafios**

<b>Legislação</b>	<b>Avanços e desafios</b>
Lei nº 6.938/1981 dispoendo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente	Criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA
Lei nº 9.605/1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente	Punição ao causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos, regulariza com pena de reclusão, de um a cinco anos para o agressor.
Lei nº 12.305/2010 que altera a Lei no 9.605/1998, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)	Elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecendo que, após o dia 2 de agosto de 2014, o Brasil não poderá descartar lixo de qualquer maneira e em qualquer lugar; Gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis, a lei responsabiliza a todos; O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; Integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida

	<p>dos produtos, portando o catador reconhecido como parte importante da cadeia de resíduos como protagonista por seu trabalho;</p> <p>O incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, a implantação da coleta seletiva com participação direta dos catadores.</p>
<p>Lei do Saneamento Básico, Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 - regulamentado o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente.</p>	<p>O não reconhecimento do trabalho dos catadores que em nenhuma parte da lei eles são citados, e incentiva o seu trabalho.</p>
<p>Lei nº 13.047, de 26 de junho de 2006 que trata da disposição final de resíduos, e como obrigatoriedade a implantação da coleta seletiva de resíduos nos condomínios residenciais e comerciais, nos estabelecimentos comerciais e industriais e órgãos públicos federais, estaduais e municipais.</p>	<p>A coleta seletiva pretende incentivando a economia solidária, por meio de apoio às cooperativas de catadores de material reciclável, organizações de bairros que trabalham na perspectiva de geração de renda e com Organizações Não Governamentais que sensibilizam a população e os catadores com uma visão ecologicamente correta, visando uma melhor qualidade de vida;</p> <p>Estabelecido que condomínios, empresas e órgãos públicos deverão celebrar contratos de parcerias com associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis, bem como associações de bairros no âmbito dos municípios.</p>
<p>Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010, A regulamentação da Política Estadual de Resíduos Sólidos.</p>	<p>A gestão compartilhada de resíduos sólidos: maneira de conceber, implementar e gerenciar sistemas de resíduos, com a participação dos setores da sociedade com a perspectiva do desenvolvimento sustentável; ratificando a PNRS, integração dos catadores de materiais recicláveis nas ações que envolvam o fluxo organizado de resíduos sólidos, com adoção de práticas e mecanismos que respeitem as diversidades locais e regionais e incentivo a reciclagem;</p> <p>Promover ações voltadas à inclusão social de catadores de materiais recicláveis e erradicar o trabalho infantil nas ações que envolvam o fluxo de resíduos sólidos;</p> <p>Incentivo à criação, ao desenvolvimento e à capacitação de associações ou cooperativas de catadores e de classificadores de resíduos sólidos, visando o reaproveitamento destes materiais e</p>

	inclusão no ciclo produtivo, a fim de consolidar o processo de coleta seletiva estimulando parcerias entre as indústrias recicladoras, o poder público e a iniciativa privada para o desenvolvimento de programas de coleta seletiva e para o fortalecimento de associações e cooperativas de catadores.
--	--

Fonte: Alberto César (2021)

### **3.4 Experiências da organização dos catadores: Uma luta pelo reconhecimento do trabalho**

A representação da história brasileira das catadoras/es de materiais recicláveis se inicia pelas vias da produção artística no registro do poeta Manuel Bandeira, em 1947, quando escreveu “O Bicho”, denunciando o fato de pessoas viverem “catando comida entre os detritos”. Entretanto, os personagens de Bandeira não eram catadores de materiais recicláveis. Eles reviravam o lixo a procura de comida, e não de material descartado que pudesse ser reaproveitado como mercadoria. Cerca de trinta anos depois, o dramaturgo Plínio Marcos retomaria a denúncia de Bandeira escrevendo a peça de teatro “Homens de Papel” (1978). Nela, salientou os conflitos entre Berrão, que comprava e revendia papel para reciclagem, e diversos catadores que recolhiam o material em sacos. Na rotina diária da catação de papel, os catadores tentavam disputar com Berrão o controle sobre o trabalho (BOSI, 2008), como dizem a vida imita a arte e a situação retratada, é a realidade de trabalhadores buscando sobreviver em meio aos resíduos, ou seja, aquilo que não tem mais utilidade em sua vida é para os catadores sua sobrevivência.

Quanto à periodização acerca da consolidação do setor de reciclados no Brasil, os dados indicam os últimos vinte e cinco anos, desde o seu início teve como base de sustentação os próprios catadores, porque não encontrou uma solução mais barata de recolhimento e seleção dos materiais recicláveis. Para que a reciclagem pudesse se estabelecer sem a presença dos catadores teria sido necessário que a separação de resíduos fosse realizada por meio de uma coleta seletiva de lixo em ampla escala. Isto poderia ter sido feito pelas empresas que recolhem o lixo, desde que as residências ou as empresas que participassem dessa coleta tivessem separado antecipadamente (Idem, p. 103). Algo que não aconteceu, os brasileiros não possui o hábito de separar os resíduos produzidos em suas residências, nem os estabelecimentos comerciais e industriais.

O início da organização das catadoras/es no Brasil se estabelece por meio do Movimento Nacional das Catadoras/es de Materiais Recicláveis (MNCR - 1999), porém antes mesmo os catadores impulsionavam a luta por direitos em diversas regiões do Brasil. A articulação de diversas lutas por um mesmo objetivo torna possível à organização do movimento nacionalmente, um pouco antes em 1980 os catadores individuais começavam a produzir os primeiros passos em sua organização através de associações e cooperativas nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, no entanto a situação de extrema pobreza desses trabalhadores continuava, o que acabou ganhando repercussão pública, e contribuindo para a criação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania em 1998. Em meados de 1999 unidos com o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, ambos os movimentos apresentavam demandas e público semelhantes, assim unindo forças e instituindo o I Encontro Nacional de Catadores de Papel, ocorrido em Minas Gerais em novembro de mesmo ano, esse foi ponto pé inicial na formação do movimento em esfera nacional.

Passado dois anos do Fórum Nacional Lixo e Cidadania constituiu em um alicerce para o I Congresso Nacional dos Catadoras/es de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadoras e catadores, com uma grande parceria dos movimentos de catadores e a igreja católica presente nas primeiras experiências de organização, sendo fundamental na articulação e fortalecimento desses trabalhadores.

O I Congresso Nacional dos Catadoras/es de Materiais Recicláveis deliberou representantes legitimamente eleitos pelos catadores para compor a comissão nacional do MNCR. O Movimento se estrutura por meio de bases orgânicas, que são as cooperativas e associações, comitês regionais, coordenações regionais, equipe de articulação nacional e comissão nacional. De acordo MNCR, as bases orgânicas e os comitês regionais constituem-se espaços deliberativos, possibilitando a participação de todos os catadores. Cada comitê regional indica dois representantes para a coordenação estadual, que indica dois delegados para a comissão nacional, que é formada por vinte e cinco catadores.

Assim, foi criada também a equipe de articulação nacional, cuja função é executar ações e articulações que favoreçam a organização de laços de âmbito nacional do movimento. A equipe é formada por cinco catadores das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul, apenas a região Norte não possui representação, no entanto o intuito da formação do movimento está na consolidação do MNCR através de eventos estaduais, regionais, nacionais e internacionais em busca do fortalecimento dos catadores, e em colaboração com a Rede

Latino Americana de Organizações Recicladoras de Catadores (RLOR), à qual o MNCR integra o movimento.

Uma grande vitória do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é o reconhecimento através do Ministério do Trabalho e Emprego, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Já em 2002 conseguiram que centenas de catadores de lixões fossem inseridos em programas municipais a fim de reconhecimento de seu trabalho e cidadania, e inclusive retirando à mão de obra infantil estabelecida a atividade (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013). Tais conquistas ainda não são uma realidade nacional, entretanto é um início para mudança na cadeia produtiva, neste ponto os movimentos sociais e os governos municipais precisam dialogar na consolidação do destino adequado dos resíduos, e na garantia do direito do trabalho dos catadores.

A situação de grupos de catadores com o poder público em alguns estados brasileiros é conflituosa de acordo com Pereira (2011) foram implantados programas de coleta seletiva municipais com inclusão social e produtiva dos catadores, porém vale ressaltar, que esse processo não foi simples e nem linear, mas sim marcado por conflitos sociais e dinâmicos específicos, nas quais em muitas cidades a relação do poder público com os catadores ainda é de repressão ou omissão.

No I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis foi lançada a Carta de Brasília (2001), que apresentava propostas para o fortalecimento da atividade do catador priorizando na cadeia da reciclagem empresas sociais de catadores de materiais recicláveis, entre as proposta estão: Destinação de recursos da Assistência Social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho; Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional; Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançarem no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc. Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis; Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público; Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das

famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de combate à pobreza para as ações emergenciais. A carta possui um viés na perspectiva de potencializar a atividade de catação e o papel dos catadores, e algumas pautas da carta foram concretizadas diante das lutas desses trabalhadores.

O documento expressa às necessidades dos trabalhadores que sobrevivem da catação de materiais recicláveis, e colocando o país em posição de destaque no mundo. Porém a Carta de Brasília é mais ampla, e abrange também as demandas da população de rua que em sua maioria sobreviventes da catação de resíduos nas cidades, para eles são as seguintes demandas: O Governo Federal reconhecer à população de rua incluindo elas aos Censos do IBGE; Integração plena da população de rua na política habitacional garantindo a eles o DIREITO À CIDADE; Priorização ao mundo trabalho sem discriminação; Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção; Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional; E garantia de acesso a Sistema Único de Saúde (SUS). Ao final da carta o movimento se compromete na luta de defesa dos Catadores, da erradicação do trabalho infantil em lixões e coloca a disposição do Estado Nacional suas tecnologias, reforçando o papel dos catadores de reciclagem e acreditando ser possível com a integração do movimento na cadeia de reciclagem nacional avançará para o destino adequado dos resíduos.

O documento contou com a participação de 1.700 congressistas, entre os participantes estavam os catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, algumas demandas da Carta de Brasília era principalmente a situação dos lixões em todo território nacional conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos o prazo era até dia 02 de agosto de 2014 para o fechamento de todos os lixões em território nacional, ainda é um desafio para os municípios de pequeno porte fechar seus lixões diante dos altos custos de um aterro controlado e com seus recursos limitados, e por falta de vontade política na implantação da coleta seletiva e fortalecimentos dos catadores, outra conquista é da realização do Censo do IBGE da População de Rua, e a prioridade dos catadores em programas sociais neste caso um bom exemplo é o Programa Bolsa Família que transfere recursos financeiros às famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, e os catadores são público prioritário na liberação dos recursos financeiros, ainda as conquistas possam ser tímidas, no entanto são vitórias que

representa a união de trabalhadores organizados que são invisibilizados socialmente, e a sua luta de trabalhadores por condições de trabalho mais digno.

### **3.5 Resíduo nosso de cada dia**

Um dos grandes desafios da humanidade nos últimos anos está ligado ao modo como nos relacionamos com a disposição final do que produzimos diariamente, ao qual denominamos de lixo, palavra de origem do latim (*lix*) que significa cinzas estando vinculado às cinzas produzidas dos fogões, e tecnicamente, o que chamamos de lixo é constituído por materiais que podem ser reaproveitados (os resíduos) e por materiais que não podem ser aproveitados (os rejeitos).

No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece que resíduo seja todo o material, substância, objeto ou bem que já foi descartado, mas que ainda comporta alguma possibilidade de uso, por meio da reciclagem, do reaproveitamento ou de processamento industrial (ASSAD, 2016) diante da construção de uma sociedade voltada para o consumo da obsolescência programada e até mesmo planejada, um bom exemplo são as dificuldades dos técnicos de manutenção de televisores percebendo que as empresas lançam novos modelos de televisores a cada seis meses, sendo assim em poucos meses de uso um televisor apresenta defeitos, e é possível que não haja peças à venda para substituir aquela com defeito. Outros técnicos de manutenção de produtos (informática, telefonia) relatam as suas condições de trabalho estão cada vez piores, já que a dificuldade para achar peças para substituir nos produtos com defeitos é cada vez maior (CORNIERI; FRACALANZA, 2010) o que causa a percepção de que a vida útil dos produtos se completou, mesmo que ele ainda esteja em condições de uso.

Com isso o volume de resíduos aumentou junto com o crescimento populacional do espaço urbano, e suas mudanças nos hábitos e padrões de consumo, segundo Cornieri e Fracalanza (2010, p. 58) à medida que a produção de lixo aumenta em taxa maior e a do aumento da população crescem também a quantidade e a complexidade de substâncias sintéticas produzidas, e diminui a disponibilidade de grandes espaços vazios para "afastar o lixo da vista da população", maneira que tem sido usada tradicionalmente para encarar esse problema. A necessidade é urgente para construção de alternativas socioambientais corretas de destinação dos resíduos sólidos urbanos (RSU).

Atualmente, usamos o termo lixo para nos referir a qualquer material de origem doméstica, industrial, agrícola ou comercial que se joga fora por não ter utilidade, ou porque nos repugna por estar suja, ou porque não gostamos mais, ou ainda porque consideramos velho, ultrapassado ou fora de moda. Lixo também é usado para se referir ao local ou recipiente onde se acumulam esses materiais (ASSAD, 2016).

Os resíduos no Brasil ainda possui tratamento precários são dispostas em ruas, praças, calçadas, atraindo pragas nocivas ao ser humano, à visão do que realmente é o resíduo denota-se de uma precariedade de entendimento, ou seja, para a população ainda é sinônimo de imundice, sujeira ou coisa sem serventia. Esquecemo-nos de visualizar seu potencial energético, suas contribuições pós-uso, sua heterogeneidade em sua composição possibilitando um balanço nutricional estável, e hoje ainda possui um valor monetário, entre outros fatores de contribuição ambiental principalmente em espaço urbano, onde ocorre a maior incidência de sua produção.

O estudo “Solucionar a Poluição Plástica: Transparência e Responsabilização”, feito pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF), mostra que o Brasil é o quarto país no mundo que mais produz resíduo. Em média um brasileiro produz 1 kg de resíduo por dia, em 2018 atingiu uma média no Brasil 79 milhões de toneladas/ano, e apenas 1,28% são destinados corretamente para reciclagem. Só está atrás dos Estados Unidos (1º lugar), da China (2º lugar) e da Índia (3º lugar). Um dos grandes vilões da poluição é o plástico o volume de que vaza para os oceanos anualmente é de cerca de 10 milhões de toneladas. Nesse ritmo, mostra a pesquisa, até 2030 serão lançados ao mar o equivalente a 26 mil garrafas de plástico para cada quilômetro quadrado (km<sup>2</sup>). Aproximadamente metade dos produtos plásticos que poluem o mundo hoje foi criada nos anos 2000, mesmo sendo o plástico um dos materiais de melhor negócio para cadeia de reciclagem.

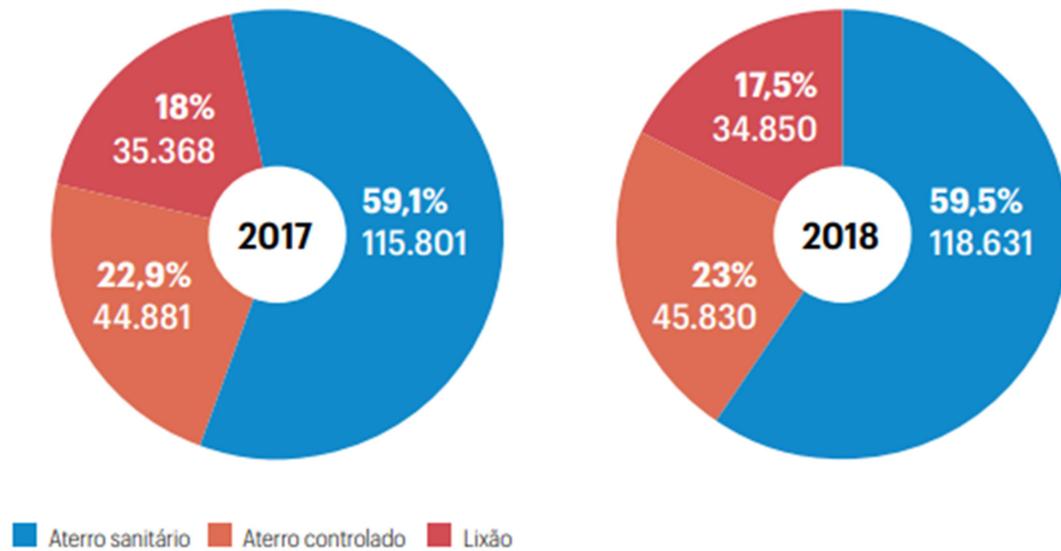
No Brasil, segundo dados do Banco Mundial, mais de 2,4 milhões de toneladas de plástico são descartadas de forma irregular, sem tratamento e, em muitos casos, em lixões a céu aberto. Aproximadamente 7,7 milhões de toneladas de lixo são destinados a aterros sanitários, toneladas que poderiam voltar ao ciclo de produção se tivessem sua destinação adequada poupando recursos naturais e financeiros na produção de um novo plástico.

Assim, apresenta-se como um dado preocupante em nosso país a situação de destino dos resíduos sólidos, de acordo com Malher *et al.* (2012) uma vez que 50,8% dos resíduos sólidos dos municípios ainda são dispostos em vazadouros a céu aberto (lixões) e, em

verdade, esse número pode ser bem maior, conforme relevou a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008, os dados revelam também que apenas 27,7% dos resíduos sólidos eram encaminhados para aterros sanitários. Outros 22,5% dos resíduos sólidos domiciliares seguiam para aterros controlados.

Em estudo realizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) um dos poucos estudos em âmbito nacional que trazem uma leitura mais atual dos resíduos sólidos, os dados a seguir apresentados revelam que, em 2018, foram geradas no Brasil 79 milhões de toneladas, um aumento de pouco menos de 1% em relação ao ano anterior. Desse montante 92% (72,7 milhões) foram coletados. Por um lado, isso significa uma alta de 1,66% em comparação a 2017, ou seja, a coleta aumentou num ritmo um pouco maior que a geração. Por outro, evidencia que 6,3 milhões de toneladas de resíduos não foram recolhidas junto aos locais de geração. No entanto em dez anos a destinação para aterros sanitários subiu chegando ao patamar de 59,5% dos resíduos sólidos urbanos coletados: 43,3 milhões de toneladas, um pequeno avanço em relação ao cenário do ano anterior. O restante 40,5% foi despejado em locais inadequados por 3.001 municípios. Ou seja, 29,5 milhões de toneladas de RSU acabaram indo para lixões ou aterros controlados, que não contam com um conjunto de sistemas e medidas necessários para proteger a saúde das pessoas e o do ambiente natural contra danos e degradações. O gráfico a seguir apresenta os dados nacionais da coleta dos resíduos.

**Gráfico 07 - Disposição final de resíduos sólidos, por tipo de destinação - Brasil  
2017/2018 (toneladas/dia).**



Fonte: Abrelpe (2019)

Segundo dados da Abrelpe entre 2017 e 2018, a geração de RSU no Brasil aumentou quase 1% e chegou a 216.629 toneladas diárias. Como a população também cresceu no período 0,40%, a geração per capita teve elevação um pouco menor 0,39%. Isso significa que, em média, cada brasileiro continuou a gerar pouco mais de 1 quilo de resíduo por dia, o que vem aumentando mediante os novos moldes de consumo, ou seja, o aumento da ingestão de alimentos processados, as trocas rápidas de aparelhos eletroeletrônicos, entre outros.

Outro dado importante a analisar são as destinações dos resíduos por região, uma gestão adequada pouparam recursos financeiros e ambientais.

#### Gráfico 08 - Quantidade de municípios, por tipo de disposição final adotado

Disposição Final	Brasil 2017	Regiões e Brasil - 2018					
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
Aterro Sanitário	2.218	93	454	162	820	1.040	2.569
Aterro Controlado	1.742	110	496	152	641	109	1.508
Lixão	1.610	247	844	153	207	42	1.493
<b>BRASIL</b>	<b>5.570</b>	<b>450</b>	<b>1.794</b>	<b>467</b>	<b>1.668</b>	<b>1.191</b>	<b>5.570</b>

Fonte: Abrelpe (2019)

A região Nordeste concentra o maior número de municípios com disposição final dos resíduos em lixões a pior forma de destinação, no Brasil mesmo com uma regulamentação própria para destinação da produção de resíduos, por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), tornando proibidas formas de disposição final de resíduos sólidos como lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos, lançamento in natura a céu aberto, exceto os resíduos de mineração, queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.

A lei responsabiliza a todos beneficiados a responsabilidade da destinação correta em pós-consumo, entretanto ausência de engajamento da iniciativa privada, que timidamente assume suas responsabilidades, como os fabricantes e importadores de resíduos eletroeletrônicos, lâmpadas fluorescentes, e demais com elementos nocivos à saúde humana deve realizar a coleta preconizada na lei, assim o poder público local (prefeitura) é responsabilizado pelo ônus do consumo com isso ocasionando a contaminação dos resíduos que poderiam ser reciclados quando tem o contato com outros materiais perigosos a saúde humana.

Demonstramos as nossas fragilidades enquanto consumidores em relação ao destino adequado da produção de resíduos gerado por nós, os governos locais evitam repassar a responsabilidade aos consumidores, todavia ao tratar de maneira inadequada à mistura dos resíduos, esses compostos de diferentes elementos alguns podem apresentar substâncias perigosas que sejam incorporados a resíduos ricos.

Atualmente, as cidades no mundo geram cerca de 1,3 bilhão de toneladas de RSU por ano e este volume deverá aumentar para 2,2 bilhões de toneladas em 2025. Os custos de gestão dos RSU também aumentarão (para cerca de 375,5 bilhões de dólares) em 2025 e serão mais graves em países periféricos, onde aumentará mais de cinco vezes (ASSAD, 2016) pela ausência de separação prévia realizada em nossas casas, ou seja, a falta da coleta seletiva nos tem chamando atenção para a importância dessa prática em nossas residências, local de trabalho e demais espaços. Colocá-los apenas para fora sacados para eles serem cobertos ou enterrados, se configura uma prática antiquada, realizada por nossos antepassados com objetivo de evitar a disseminação de insetos e doenças, afirma Malher *et. al* (2012) além disso, a adoção de coleta seletiva e o uso de técnicas de compostagem e pré-tratamento (muitas vezes com aproveitamento energético) implicam a redução dos percentuais de orgânicos que chegam aos aterros, trazendo benefícios econômicos e ambientais.

Assim, resíduo reciclado e reutilizado movimentou alguns bilhões de reais, gerando emprego, renda e lucratividade, ainda contribuindo, e muito, para a manutenção da qualidade do ambiente. O custo para cidades brasileiras em serviços de limpeza urbana aplicam mensalmente, em média, R\$ 10,15 por habitante. Tais serviços empregaram diretamente, em vagas formais de trabalho, 332 mil pessoas no período - um recuo de 1,4% entre 2017 e 2018 (esses dados representam apenas a mão de obra terceirizada pelas empresas contratadas pelo poder público local, não contabilizando os coletores de resíduos sólidos). O mercado de limpeza urbana no ano de 2018 movimentou recursos correspondentes a R\$ 28,1 bilhões no país, queda de 1,28% na comparação com o ano anterior. Um estudo do IPEA aponta que o Brasil desperdiça cerca de R\$ 8 bilhões por ano em materiais rejeitados que poderiam ter sido reciclados (ABRELPE, 2019; ASSAD, 2012).

Como demonstrado no gráfico oito, a região Nordeste apresenta o maior número de municípios com a pior forma de destinação dos resíduos, seus 1.794 municípios geraram 53.975 toneladas de lixo em 2018, das quais 81,1% foram coletadas. Dos resíduos coletados, ao menos seis em cada dez toneladas vão para aterros sanitários e lixões. O lixão consiste na “técnica” de depositar resíduos *in natura* de diversas procedências (construção civil, hospitalar, doméstico, industrial etc.) no ambiente, à revelia de qualquer estudo geotécnico, permitindo que o chumieiro e o metano escoem à vontade, já os aterros sanitários mais bem administrados e dotados com quadros técnicos de excelência são acometidos por sinistros, como o transbordamento e infiltração do chorume no solo, escapamento de jatos de gás, confinamento ignorado de restos perigosos, escorregamentos, recalques, trincamentos, rupturas e muitas outras ocorrências não previstas pelos planos operacionais, sendo assim do ponto de vista ambiental, aterros sanitários pouco se diferenciam dos lixões, pois não possuem o conjunto de sistemas necessários para a proteção do ambiente e da saúde pública. E o que se constata é que boa parte desse lixo poderia ser reaproveitado, ou seja, mais de 28 mil toneladas por dia são depositadas em locais que podem causar poluição ambiental, e que concentram catadores de resíduos sólidos em uma situação de trabalho totalmente degradante com danos à saúde desses trabalhadores. Em 2018, os municípios da região Nordeste aplicaram uma média mensal de R\$ 8,52 por pessoa na coleta de RSU e demais serviços de limpeza urbana, o que movimentou aproximadamente R\$ 6 bilhões no ano e gerou 96.531 empregos na região (esses dados se referem aos trabalhadores de empresas terceirizadas ou

contratados pelo poder público para limpeza urbana, ou seja, não contabilizam os catadores de resíduos sólidos) (WALDMAN, 2013; ABRELPE, 2019).

A cidade de Caruaru/PE segundo dados da Secretaria de Serviços Públicos de Caruaru (SESP) em 2018 fez a remoção de mais de 30 mil toneladas de entulho, e destinou mais de 110 mil toneladas de lixo ao aterro sanitário. E outra grande preocupação da SESP, foi referente à manutenção e limpeza do Rio Ipojuca e dos canais da cidade, foram removidas mais de 50 mil toneladas de entulho, lixo e baronesa do rio e canais.

As ações apresentadas anteriormente realizadas pela prefeitura geram despesas, os gastos realizados serão exibidos a seguir em um quadro três, os seguintes dados foram extraídos pelo Mapa Demonstrativo de Licitações - Exercício 2018, da Prefeitura de Caruaru encaminhado ao Tribunal de Contas de Pernambuco apresenta os valores destinados aos gastos com limpeza urbana.

**Quadro 4 - Despesas da prefeitura de Caruaru (PE) com a coleta dos resíduos (2018)**

<b>Objeto Conforme Edital</b>	<b>Licitantes Vencedores</b>	<b>Valor Gl. Licit.(R\$)</b>
Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza, desassoreamento, remoção de lixos e entulhos jogados na área do Rio Ipojuca, nos canais e riachos que se ramificam ao longo do rio.	PRISMA ENGENHARIA LTDA	R\$ 3.547.879,68
Contratação de empresa especializada para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, relacionado ao empreendimento Ampliação do Aterro Sanitário do município de Caruaru, conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, empresa.	INOVAÇÃO CIVIL BRASILEIRA E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA	R\$ 320.000,00
Contratação de empresa especializada no tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos gerados pelo Município de Caruaru, que atenda a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	EMPESA - EMPRESA PERNAMBUCANA DE ENGENHARIA SANITÁRIA LTDA	R\$ 4.252.500,00
Contratação de empresa de engenharia para elaboração de Diagnóstico Técnico e Projeto Executivo de Ampliação Vertical do aterro sanitário de caruaru.	GM CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA	R\$ 124.000,00

Contratação de empresa especializada em engenharia sanitária para execução dos serviços de operação do aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos de Caruaru.	MEGA MAK TRANSPORTE E LOGISTICA CANAVIEIRA	R\$ 3.287.434,80
Contratação de empresa especializada em coleta/descarte de lixo hospitalar/infectante para recolhimento e descarte desse material produzido pela Rede Municipal de Saúde do Município de Caruaru <sup>4</sup> .	ENGENHARIA AMBIENTAL EIRELI	R\$ 1.110.888,00
Contratação de Usina de Triagem, Reciclagem e Compostagem Credenciamento para celebração de Termo de Compromisso entre a Prefeitura Municipal de Caruaru, por intermédio da Secretaria de Serviços Públicos, e associações e cooperativas sem fins lucrativos. O Credenciamento tem como finalidade a Cooperação Técnica para a triagem de materiais recicláveis e oriundos da coleta seletiva, com até 02 (duas) associações ou cooperativas a fim de instituir e implementar a coleta seletiva solidária no Município de Caruaru - PE.	PROCESSO DESERTO	R\$ 0, 00
		Total: R\$12.642.702,48

Fonte: <https://etce.tce.pe.gov.br> (2019)

O quadro demonstra os gastos público de um município de grande porte do interior pernambucano, que mesmo com o município contar com associações de catadores regulamentadas, o processo licitatório podendo ser um incentivo ao reconhecimento desses trabalhadores são negligenciados. Os dados do quadro acima revelam que nenhuma contratação foi feita por parte da prefeitura para serviços de reciclagem.

O caminho percorrido neste tópico enfatiza o poder das grandes organizações por trás do resíduo, um dos grandes elos da cadeia de reciclagem e concorrente direto dos catadores, as empresas especializadas na gestão dos resíduos lucram bilhões de reais. O interesse do capital rompe com qualquer força solidária aos sobreviventes dos resíduos, competir com

<sup>4</sup> Os resíduos hospitalares pode representar risco à saúde humana e ao ambiente se não houver adoção de procedimentos técnicos adequados no manejo dos diferentes tipos de resíduos gerados, por isso deverão ser coletados por uma empresa especializada.

interesses políticos (empresas e poder público) pode custar caro aos trabalhadores ainda marginalizados pelo interesse do lucro.

O desperdício gigantesco de recursos naturais implícito nas práticas administrativas habituais de gestão dos resíduos poderia ser sanado por políticas de apoio às cooperativas de catadores de recicláveis enfatizada pela PNRS em seu art. 7º que trata da integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, permitindo geração de renda e trabalho, além de indiscutíveis ganhos econômicos e ambientais. Os benefícios ambientais se ampliam ainda mais se forem computados os recursos economizados na descontaminação do ambiente com gases e descontaminação dos lençóis de águas doces (IPEA, 2010).

#### 4 OS ELLOS DA CADEIA DE RECICLAGEM: CONFLITOS E INTERESSES

Os resíduos sólidos por muito tempo foram considerados um grande problema, principalmente nas cidades com a vida mais sedentária fez com indivíduos e os resíduos passassem a dividir o mesmo espaço. Em pouco tempo, percebeu-se que tal convivência implicava em desagradáveis impactos como mau cheiro, atração de animais e doenças, indicando a necessidade de separar urgentemente seres humanos de seus dejetos (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013), no entanto hoje esta situação não está restrita apenas nas grandes cidades e metrópoles que cresceram, mas também como consequência das migrações para as cidades intermediárias e pequenas também vêm sucedidos pelos mesmos desafios na gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Os resíduos no início eram tratados sem nenhum valor, mas se reconheceu os malogros socioambientais, com isso autoridades públicas de inúmeros países começaram a dar os primeiros passos na gestão mais adequada dos resíduos sólidos urbanos, no caso dos países centrais iniciaram por volta dos anos de 1970, com objetivo de assegurar a coleta e a disposição final dos resíduos.

No Brasil não só apenas o poder público se interessou pelos resíduos, ao longo do tempo outros interessados surgiram em diferentes períodos compreendendo o potencial dos resíduos e começaram a construir a cadeia de reciclagem formada pelos seguintes elos: catadores, poder público, setor privado (proprietários de estabelecimentos comerciais e empresas especializadas na gestão dos resíduos) e donos de ferros velhos (atravessadores).

Contudo um grupo de trabalhadores começou a perceber a potencialidade desse material ignorado em primeiro momento por todos, mas visto como renda pelos catadores, assim começou a estruturar todo um setor de reciclagem no Brasil a partir do aproveitamento de uma numerosa população trabalhadora excedente - que num aparente paradoxo teve suas qualidades recusadas pelo mercado de trabalho, quando determinadas formas de vida são degradadas ou consideradas de menor valor - é um traço constitutivo das atuais relações de trabalho e uma evidência importante desse processo. Por isso mesmo, a informalidade, bem como seu crescimento funcional, precisa ser percebida como um resultado, ainda inconcluso, das relações de forças historicamente estabelecidas em torno da organização do trabalho dos catadores (BOSI, 2008) que tem um disfarce baseado na flexibilização de horários, de não ter um patrão e escondendo um desemprego estrutural.

O Brasil desponta em sua produção de resíduos desde o início do século XX com características apenas de material orgânico, papel e papelão, porém com a expansão do meio técnico-científico-informacional as características alteram-se uma diversidade de PET, materiais eletroeletrônicos, entre outros passam a fazer parte da nova composição nacional dos resíduos. A consciência ambiental de governos e sociedade civil principalmente em nosso processo de redemocratização abre espaço para a discussão de destinação mais adequada, segundo Demajorovic e Lima (2013) a multiplicação de atores interessados em recolher materiais, seja como forma de sobrevivência, seja como oportunidade de negócio estruturado que envolve grandes investimentos. Esse crescimento está diretamente ligado ao fato dos resíduos sólidos terem adquirido uma nova qualificação a partir do reconhecimento de seu valor econômico, e empregar mão de obra barata exercida por profissionais de baixa escolaridade jovens, adultos e idosos ou por crianças em situação de trabalho infantil incentivando os empresários a investir no mercado de resíduos, a baixa escolaridade desses trabalhadores aliada à falta de qualificação profissional contribui significativamente para exclusão desses trabalhadores no mercado formal de trabalho (FERRAZ *et al*, 2012), nos exigindo um conhecimento mais profundo a respeito da estruturação da cadeia de reciclagem, e como se dá a relação entre os seus elos.

O crescimento do setor de reciclagem muito pela força do trabalho dos catadores, embora subsistissem dos resíduos muito antes deste serem considerados recicláveis, eles somente foram reconhecidos pelo Estado na época em que a reciclagem passou a ser difundida na sociedade. Antes, as políticas voltadas para esse grupo social geralmente eram de repressão ou omissão (PEREIRA, 2011), os catadores são marginalizados socialmente e aqueles que não fazem parte de cooperativas sofrem um risco bem maior, através dos relatos de vida dos próprios catadores iremos compreender esse risco dessa profissão.

No caso apresentado a seguir ocorrido na cidade de Belo Horizonte (MG) os catadores forma alvos de diversas ações de violência, como agressões físicas. Nas chamadas “operação limpeza”, executadas pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) com o apoio da polícia, contam que eram expulsos à força dos locais em que trabalhavam e o material que recolhiam era levado para o aterro sanitário. Uma catadora relata que jogavam tudo dentro do caminhão, “às vezes tinha até criança dentro de alguma caixa e ele iam jogando”, um filho de um dos catadores foi jogado junto aos materiais no caminhão compactador, e o pai desesperado pulou dentro de um caminhão e salvou o filho (PEREIRA,

2011, p. 60), relatos como esses não são raros, os trabalhadores/catadores sofrem nas mãos daqueles que deveriam potencializar sua profissão.

A história relata poderia ter acontecido em qualquer cidade do país, contudo essas operações são mais comuns em grandes centros urbanos e metrópoles, pois os catadores aproveitassem do espaço público para sua moradia como moram muito longe do local do seu trabalho e passam o dia todo coletando resíduos para vender, não tem um espaço para armazenar, passam a usar as praças e calçadas como depósitos não por muito tempo, porquanto são imediatamente repassados geralmente aos atravessadores.

Histórias assim de repressão com uso da força em cidades intermediárias quase não são ouvidas, as prefeituras possui uma estrutura menor e uma equipe reduzida impossibilitando operações de limpeza urbana, na cidade de Caruaru (PE) campo dessa pesquisa com os catadores da Associação dos Protetores do Meio Ambiente (ASPROMA) em nenhum momento da pesquisa relataram a repressão por parte da prefeitura na execução de sua atividade, a convergência entre os catadores da ASPROMA e os catadores da cidade de Belo Horizonte (MG) está na situação de sua dificuldade em moradia, um problema nacional que parece que por mais iniciativas dos governos centrais, esse problema parece está longe de ser resolvido.

Todavia os resíduos fizeram surgir o interesse de outros sujeitos (elos) a serem introduzidos na cadeia de reciclagem, um dos grandes elos é o setor público com contratos de altos valores na contratação de empresas privadas especializadas na gestão dos resíduos, essas empresas são concorrentes dos catadores, pelo fato dessas empresas terem seus rendimentos atrelados ao volume coletado dos resíduos diariamente, contudo os catadores contribuem com uma parcela significativa para coleta dos materiais recicláveis e destinação correta. Isso origina sérios problemas, pois os catadores continuam sendo explorados e expostos a condições de trabalho muito precarizados, repassando o material a um valor abaixo de mercado, e os programas oficiais de coleta seletiva idealizada pelas gestões locais, que custam altos investimentos, prejudicam os catadores desviando seus materiais, conforme Demajorovic e Lima (2013) diversos especialistas têm defendido o estímulo ao trabalho dos catadores por meio das parcerias entre cooperativas e prefeituras de forma a alcançar melhores resultados para destinação dos resíduos.

Assim, o trabalho conjunto permitiria uma série de benefícios para os trabalhadores da catção, melhorando sua renda a partir da venda direta para as indústrias recicladoras e

garantindo condições dignas de trabalho, necessitamos de iniciativas mais concretas do poder público como ocorrido em Porto Alegre (RS) que centenas de catadores presentes no Lixão da Zona Norte foram integradas no programa da prefeitura de coleta seletiva, passando a fazer a separação dos materiais recicláveis nos galpões de triagem montados pelo poder público municipal, já em Londrina (PR) um contrato celebrado em 2011, entre o poder público e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Londrina (COOPERSIL) prevê remuneração de R\$ 64,00 por tonelada de resíduos coletados e comercializados (CMTU/Londrina, 2011).

Outro elo dessa cadeia são as empresas de varejo que antes eram fornecedoras, e passaram a ser concorrentes dos catadores, afetando a rotina de trabalho dos catadores, na medida em que as lojas passam a vender papel e papelão diretamente para os atravessadores ou empresas especializadas em gestão de resíduos, transformando o fundo de suas lojas em depósitos de resíduos com grandes *bag* (saco - tradução nossa) para armazenar. Esta situação foi destacada, dentre muitos catadores como pelo catador Alberto Nering, catador em Guairá (PR):

Eu reclamei com ele [seu Zé, empresário que compra os recicláveis em Guairá], porque antes eu entregava na base de três, quatro mil quilos. Mas só que agora, nos mercado, nas lojas, o povo tão tudo segurando pra vender pro seu Zé, e os mesmos doze centavos que ele tá pagando pra nós, ele paga pra eles (comerciantes e lojistas). Eu falei que enquanto ele estiver comprando das lojas, é claro que não vai sobrar nada pra gente. Ele me falou que no fim do mês ainda dá pra comprar uma carninha, então eu falei que dava, mas daí, a gente só ia conseguir tirar uns trinta conto por mês. Imagine, vai ficar ainda mais difícil (BOSI, 2008, p. 113).

Corroborando a fala do catador Alberto Nering de Guairá (PR) relatou os catadores da Asproma em Caruaru (PE), “antes na época do pai o material era dado pra gente ia buscar no São Francisco, Nassau, Vassoural (bairros da cidade de Caruaru onde se localizavam as lojas da rede de supermercado) e Arcoverde (PE), hoje é os filhos eles vendem todo o papelão”.

O relato trata da situação de uma rede de supermercados que era a principal fornecedora de material reciclável para a associação dos catadores, com sede na cidade de Caruaru e filiais em outras cidades, na época em que o proprietário da rede administrava havia colaboração com a associação com a oferta dos resíduos, ocorrendo à saída do patriarca da família, os seus filhos agora administrarem a rede, e os resíduos antes destinados aos catadores agora vão para uma empresa especializada terceirizando a coleta do material

suscitando mais lucro para empresa, uma mudança de administração de uma empresa pode causar impactos devastadores aos catadores.

No entanto, a concorrência com a iniciativa privada apresenta suas contradições o extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal, durante os anos de 2004 e 2007 em convênio firmado com a Cáritas Brasileira, através da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), se uniram para implantação de programas de coleta seletiva de início na Esplanada dos Ministérios, para a formação de lideranças de catadores, fortalecimento do Movimento Nacional de Catadores proporcionando também estudos a respeito do custo de seu trabalho, projeto do Banco Interamericano de Desenvolvimento Social (BID) com apoio as cadeias produtivas em comunidades de catadores, com o objetivo do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, mas também o incentivo de melhorias sociais nestes territórios habitacionais ocorreu à criação do Fórum Participa algo permanente promovendo parcerias para a geração de trabalho e renda, com representação da sociedade civil e empresas públicas e privadas entre elas estão empresas como a Coca-Cola (apoio a vinte e oito cooperativas), Wal-Mart (duas redes de catadores), a empresa de cosmética Natura (com a compra de materiais recicláveis de cooperativas para produção de suas embalagens) e incentivo do retorno após consumo construindo assim o processo da logística reversa, a Fundação Avina (promovendo o fortalecimento do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis) e sua integração com os movimentos da América Latina (PEREIRA, 2011), uma integração das empresas com os catadores unindo responsabilidade social e ambiental.

Outro exemplo da parceria da iniciativa privada com os catadores é o da Companhia Industrial de Vidro (CIV), que doou R\$ 25 mil para a Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável Nova Vida (ASNOV), localizada na cidade de Garanhuns (PE), para melhoria de infraestrutura de coleta, processamento e armazenamento de materiais recicláveis. Com isso, a cooperativa conseguiu ampliar a coleta de vidro e passou a encaminhar dez toneladas de cacos para a própria CIV, melhorando os ganhos da organização com os insumos (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013) mesmo com o discurso das empresas em relação ao vidro possuem um processo de transformação ainda muito oneroso, houve incentivo da empresa através da cooperativa para sua reciclagem. Outros materiais tem aceitação mais fácil na cadeia de reciclagem em especial são três setores industriais brasileiros

- alumínio, papel e plástico - possuem considerável participação nas atividades de reciclagem (ASSAD, 2016).

Um dos elos fortes da cadeia de reciclagem são os donos dos ferros velhos (atravessadores), depósito para quais os catadores revendem sua produção diária, os atravessadores que compram o material bem abaixo de valor de mercado e repassa para as indústrias recicladoras, uma relação marcada pela exploração do trabalho dos catadores, que também se constitui em uma forma de privação de direitos. As lideranças do MNCR destacam a exploração pela qual são submetidos muitos catadores tomam empréstimos de carrinho ou de dinheiro desses atravessadores gerando assim uma dívida, na qual o catador tem que continuar vendendo exclusivamente para o ferro velho, não possui qualquer tipo de apoio dos governos locais, estando à mercê da própria sorte em caso de chuva, de estrago do carrinho, acidentes, adoecimento, oscilações de oferta de material e de rendimento. Pelo fato de não possuírem maquinários e equipamentos como prensa, balança e automóvel, os catadores acabam negociando o seu material com atravessadores que pesam, recolhem, conduzem e negociam com as empresas de reciclagem. Em alguns casos são reféns desses atravessadores, porque estes lhes adiantam/emprestam dinheiro, configurando uma dívida a ser paga com material reciclável. No entanto esses exploradores muitas vezes não são visualizados pelo catador como tal explorador, mas sim com um grande parceiro de suas atividades (FERRAZ *et al*, 2012; PEREIRA, 2011).

Com a introdução de vários elos na cadeia de reciclagem, a concorrência está a cada dia mais acirrada, os catadores tem sua principal fonte de renda reduzida, outro fator que vem contribuindo muito são os baixos preços dos materiais recicláveis, uma vez que seus preços estão atrelados às oscilações das condições de mercado, mas também do consumo quanto mais consumir mais material disponível, segundo Bosi (2008) Este tipo de oscilação, que geralmente é logo percebida pelos catadores, atinge também os compradores de recicláveis conhecidos como “sucateiros” (atravessadores), outro fator a influenciar no preço do resíduo é o distanciamento de onde ele é recolhido para seu destino final existem situações em que o material recolhido percorre mais de um comprador que, provavelmente, reduz ainda mais o preço pago aos catadores com o objetivo de manter a margem de lucro sobre os recicláveis comprados.

Outra grande concorrência dos resíduos entre os elos apresentados está uma nova técnica de destinação dos resíduos que vem ganhando força pode-se dizer que não é tão nova

assim, a incineração, por sua vez, surge de uma longa tradição em queimar o resíduo. A Bíblia já mencionava o uso dessa técnica em Jerusalém. Fora dos muros da cidade, no mesmo local utilizado para sacrifícios, restos de resíduos eram queimados. Também há registros do uso desses instrumentos na Idade Média. O “vagão de fogo”, o primeiro incinerador móvel, de técnica bastante inovadora na época, circulava pelas ruas da cidade, possibilitando a seus moradores o descarte de seus resíduos dentro da fogueira em movimento, seu precursor foi um destruidor de lixo doméstico municipal instalado em Nottingham, na Inglaterra.

No Brasil, os incineradores são efetivamente uma nova frente de negócios, articulando interesses de administrações municipais e estaduais com empresas europeias detentoras de *know-how* na incineração. Uma simples apuração na mídia eletrônica revela projetos em curso em Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro, São Bernardo do Campo, importante polo demográfico e de consumo no Grande ABC paulista, discute a implantação de um incinerador WTE doméstico a ser construído na área do antigo lixão do Alvarenga, atualmente desativado (WALDMAN, 2013).

Em Recife, planeja-se um empreendimento para operar 1.350 toneladas/dia de resíduos cotidianos. Entretanto, nem tudo conspira em favor da combustão dos rejeitos. Muitos estudiosos da tecnologia são incisivos em listar os problemas da incineração, certificando queimar resíduo, sem falar da dependência tecnológica e do custo elevado de operação e manutenção, produz componentes tóxicos presentes nos gases e nas cinzas finais da combustão. Dentre os poluentes gasosos, destacam-se as dioxinas e furanos, substâncias persistentes de natureza tóxica e carcinogênica, quando inaladas, é vetor para doenças respiratórias e diversos tipos de câncer. A Política Nacional de Resíduos Sólidos aponta a implantação de incineradores de resíduos como solução ambientalmente adequada, fato fortemente criticado pelo MNCR e manifestado no pedido de veto ao Art. 9º § 1º ao ex-presidente Lula, mas a solicitação não foi acatada. Para MNCR caso ocorra à implantação de incineradores nos municípios, o catador corre o risco de ser excluído do processo ao perder o acesso a sua principal fonte de trabalho e renda, já que o resíduo reciclável também poderá ser incinerado (PEREIRA, 2011; DEMAJOROVIC; LIMA 2013; WALDMAN, 2013).

Os catadores são elo mais fraco dessa cadeia com inúmeros direitos violados, contudo contribui de maneira efetiva, e ao mesmo tempo são os que recebem a menor parcela de recursos financeiros gerados por ela, eles que precisam se priorizados na coleta seletiva, reforçar que não se tratam de mendigos, mas trabalhadores precarizados.

As ações de mobilização social e educação ambiental empreendidas reforça-se o cotidiano dos catadores, novos significados em torno de suas condições sociais e do seu trabalho, o que fortalece a luta desses trabalhadores, que precisam do apoio dos governantes locais, um bom exemplo dessa parceria aconteceu na cidade de Belo Horizonte (MG) na gestão do petista Patrus Ananias (1993-1996) a passagem de um estado, no qual os catadores eram vistos como marginais e “inimigos da limpeza urbana” para outro, no qual passa a serem considerados trabalhadores e “agentes prioritários” do programa de coleta seletiva, e do ex-presidente Lula que assumiu o compromisso em sua gestão com os catadores desenvolvendo políticas públicas voltadas para inclusão social e produtiva de catadores, quando logo após ele visitar um aterro, viu uma pessoa comendo um pedaço de melancia podre, o que o sensibilizou muito, o mesmo ex-presidente vetou em 2007 a Lei Nacional de Saneamento Básico, agora aprovada no ano de 2020, por não abordar os catadores de modo prioritário, mandou de volta para refazerem, de modo a prever melhores condições e possibilidades para o desenvolvimento do trabalho dos catadores (PEREIRA, 2011) infelizmente não aconteceu por interesses dos elos mais fortes da cadeia de reciclagem.

A atual estruturação da cadeia de reciclagem contribui para uma distribuição desigual dos recursos gerados por ela, impactando de modo cruel diretamente os catadores e suas cooperativas, o principal elo de sustentação da cadeia de reciclagem do Brasil.

#### **4.1 Tecendo o perfil das/os catadoras/es de reciclagem do Nordeste brasileiro**

O aumento de emprego aliado ao consumo fez crescer o número de trabalhadores que há anos contribuem com a catação de resíduos, não sendo mais possível negligenciar esses trabalhadores que estão nas ruas, nos lixões, organizados em cooperativas/associações de catadores que sobrevivem, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade social, começamos avançar de maneira muito positiva na regulamentação do trabalho da reciclagem com a publicação da Lei 12.305/10 instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estimulando a destinação correta dos resíduos no processo da logística reversa. A Política Nacional busca resolver principalmente os problemas de gestão dos resíduos em dois pontos essenciais, o técnico e o econômico, e tem como objetivo contribuir para a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, permitindo-lhes melhores condições de trabalho e acesso a serviços públicos.

A proposta a seguir será apresentar um perfil desses trabalhadores diante dos dados levantados pelo último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2010 e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em relação aos domicílios que responderam ter pelo menos um catador de reciclagem no domicílio, apesar dos dados completarem uma década avançamos em algumas diretrizes, no entanto precisamos melhorar ainda mais a gestão dos resíduos com a contribuição dos catadores, e só poderemos fazer isso os conhecendo.

Nessa análise o desafio começa pela nomenclatura utilizada nos últimos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dificultando uma comparação mais precisa dos dados levantados sobre os catadores, originando desafios de análise em relação à evolução de sua condição social ao longo do tempo. Os termos variam de acordo com os Censos, em 1991 se utilizou de Outras ocupações e ocupações mal definidas, consta a atividade de Lixeiro. No Censo de 2000, a atividade de lixeiro foi substituída por catadores de sucata. Apenas no Censo de 2010 a atividade está representada como coletores de lixo e material reciclável, classificadores de resíduos. De acordo com esses dados, exercem a atividade de catação de materiais recicláveis no Brasil cerca de 387.910 pessoas como atividade de sobrevivência.

Salientamos que os dados a seguir apresentados seguem um recorte regional, os dados apresentados será da região Nordeste território o qual o processo de povoamento e colonização se estabeleceu com base na exploração da cana de açúcar, entre outras atividades exportadoras, no início a partir do trabalho escravo, que se consolidou perante o cenário nacional como fonte de mão de obra barata, fornecedor de carne negra (BURNETT, 2013; SAKAMOTO; ALVES, 2020), e como um Censo se trata de uma pesquisa domiciliar e auto declaratória, informações valiosas possivelmente foram perdidas referentes à atividade de catação alguns por não se reconhecer como trabalhador da catação de resíduo, outros que não possuem um domicílio fixo utilizando-se da rua como moradia, e catadores que exercem a atividade em conjunto com outras atividades para complemento dos rendimentos familiares, podem não responder que essa é sua atividade principal, o que incide em perda de informações.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, 387.910 pessoas se declararam catadores em território brasileiro. Porém, este valor pode estar abaixo do quantitativo real, uma vez que há algumas dificuldades na coleta de dados durante a pesquisa do Censo, como reconhecimento

profissional dos catadores. Esse número não está muito distante de dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2012, que apontava a possibilidade de um intervalo entre 400 mil e 600 mil catadores.

A região Nordeste concentra cerca de 116.528 catadores de resíduos, o que representa 30,6% do total de catadores no Brasil. O estado da Bahia possui o maior contingente da região, com 34.107 trabalhadores, Pernambuco 20.166 trabalhadores e Ceará 18.734 trabalhadores juntos esses três estados representam um contingente de trabalhadores de 63,0% da região Nordeste. Os Estados com menor número de catadores são Sergipe e Piauí que declararam trabalhar como catadores, com 4.081 e 4.728, respectivamente.

O perfil etário desses trabalhadores é essencial para um melhor planejamento de direcionamento de políticas públicas, a média de idade entre as pessoas que declararam exercer a atividade de catação no Brasil é de 39,4 anos.

Na região Nordeste a idade média desse público é de 38,3 anos, a maior parte está entre 30 e 49 anos. Aproximadamente 4% do total ainda não atingiram a idade adulta e 15% encontra-se entre 18 e 29 anos, idade utilizada como referência para as políticas de juventude. A população de catadores acima de 60 anos na região está próximo de 5%, idade considerada prioritária para as políticas de assistência e previdência social. Caso em análise do perfil etário do estado de Pernambuco: 0-17 anos 3,6%; 18-29 anos 25,7%; 30-40 anos 54,1%; 50-60 anos 12,2%; maior de 60 anos 4,4%. O maior percentual de trabalhadores de pernambucanos encontra-se na fase adulta.

Em relação à divisão de gênero dos catadores, o gênero masculino é predominante entre as pessoas que exercem a atividade de catação de resíduos sólidos no país, as hipóteses levantadas são por se tratar de uma atividade que exige esforço físico, ou ainda mulheres catadoras também não se identificaram com a atividade por manterem a identidade de domésticas ou trabalhadoras do lar como trabalho principal, os homens são maioria representando um total de 68,9%, já a participação feminina na atividade representa 30,1%.

No Nordeste, o percentual de catadoras é praticamente similar ao nacional, em torno de 30%. As mulheres se destacam mais na Bahia, onde representam 36,4%, e estão menos representadas no Rio Grande do Norte, com 17,4%, em Pernambuco a diferença é gigantesca as mulheres que se declararam catadoras representou 23,9% e os homens um total de 76,15%, a atividade no estado é predominantemente masculina.

A divisão por grupos étnicos concentra-se na grande participação da população negra, entre os trabalhadores da catação, representam 66,1%. De acordo com o último Censo Demográfico em 2010, considerando que o total de pessoas que se declararam negras representam 52% da população brasileira, no entanto se observa o percentual de trabalhadores da catação o reconhecimento como população negra é superior ao total de negros da população brasileira.

Essa região recebeu grande parte dos povos escravizados pelo senhor branco europeu esse percentual é ainda maior, chegando a 78%. A Bahia é o estado nordestino com maior representatividade da população negra entre o total desses trabalhadores 84,2%. O Rio Grande do Norte apresenta o percentual mais baixo da região 71,2%. Em Pernambuco os trabalhadores da catação declarantes como negras/negros representa 75,3% do total. Caracterizando a atividade de catação é carregada de traços históricos, onde a população negra deverá cumprir as atividades braçais de um caráter racial bem evidente.

A atividade de catação de resíduos é totalmente dependente das disposições dos resíduos pela população que hoje se concentram em espaço urbano, induzindo os trabalhadores realizarem suas atividades predominantemente nas cidades, pois é na cidade que acontece o local das probabilidades, das oportunidades e do trabalho, e os dados do Censo/2010 reforçam com os números. Os catadores declarantes residir nas cidades brasileiras representa em torno de 93,3%. Prontamente caracteriza a atividade de catação de material reciclável como urbana.

Em relação à região Nordeste em comparação com a taxa nacional está abaixo, concebe uma taxa de urbanização em torno de 88,5%. Embora seja um percentual alto, em comparação as demais regiões do país é a menor. O Rio Grande do Norte apresenta a menor concentração desses trabalhadores nos centros urbanos 84,2%. Os estados do Maranhão e Pernambuco apresentam as maiores concentrações, tendo 91,2% de catadores residentes em áreas urbanas.

Considerando as características domiciliares dos declarantes de pelo menos uma pessoa que realiza atividade de catação, segundo o Censo/2010 identificou 387.910 pessoas que trabalham com a catação de resíduos sólidos no país. No entanto se analisarmos o total de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos uma catadora ou catador, a presença de pelo menos um, o número passa a ser bem mais significativo, totalizando 1.426.584 pessoas que sobrevivem da coleta de resíduos uma média de quase quatro residentes (3,7) para cada

uma que declarou trabalhar com a coleta de material reciclável. Demonstra a importância da atividade que de alguma forma pessoas direta ou indiretamente sobrevive da renda gerada por essa atividade.

No caso da região Nordeste esse total de pessoas em domicílios com pelo menos um catador gira em torno de 456.060 pessoas, representa 32% do total nacional uma média na região (3,9) pessoas para cada uma que se declarou ser catador morando nestes domicílios. Sergipe é o estado da região que possui a menor quantidade 14.876 pessoas, enquanto na Bahia existem 132.052 pessoas em domicílios e Pernambuco registrou 75.528 pessoas em seus domicílios.

O trabalho infantil é um dos malogros sociais que atinge a atividade da catação de resíduos, a presença de crianças em meio aos lixões, nas ruas e festas de cultura popular tem presença garantida, a visão social de naturalização do Trabalho Infantil, decorre de ditos populares enraizados culturalmente como, por exemplo, é melhor trabalhar do que está aí roubando ou usando drogas, essas crianças sim são roubadas, roubamos delas seus sonhos, seu acesso à educação e seu futuro.

Segundo Pesquisas feitas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2012 demonstram que existem crianças e adolescentes em lixões de cerca de 3.500 municípios brasileiros, mesmo com a promulgação da Lei 12.305/2010 que determina o fechamento dos lixões em todo território nacional até 02 de agosto de 2014. Quase metade deles, 49% está na Região Nordeste; 18% na Região Sudeste; 14% na Região Norte, a região Centro-Oeste, é a que possui menos crianças em lixões com 7% do total, seguida da Região Sul com 12%. Ainda segundo a pesquisa do UNICEF, em alguns lixões mais de 30% das crianças em idade escolar nunca foram à escola. Mesmo aquelas que são matriculadas abandonam os estudos porque precisam ajudar a família, ou pelo preconceito que sofrem. Ademais, cumprir o horário escolar é difícil, pois normalmente elas trabalham de madrugada, quando os caminhões de lixo chegam aos aterros e o espaço é aberto aos catadores.

Muitas dessas crianças nascidas nos lixões são filhas/os de pais que também nasceram ali. Desde os primeiros dias de vida, são expostas aos perigos dos movimentos de caminhões e de máquinas, à poeira, ao fogo, aos objetos cortantes e contaminados, aos alimentos podres. Ajudam seus pais a carregar pesados fardos. Muitas estão desnutridas e doentes. Sofrem de pneumonia, doenças de pele, diarreia, dengue, leptospirose, febre tifoide, etc. As crianças estão expostas até as agulhas usadas, segundo o IBGE 74% dos municípios

brasileiros deposita lixo hospitalar a céu aberto, e apenas 57% separam os dejetos nos hospitais.

Na região Nordeste foi identificado no Censo/2010, 1.019.855 crianças e adolescente em situação de Trabalho Infantil em suas diversas formas, dessas o estado da Bahia expuseram 290.636 crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil o mais alto da região, na contramão está o Rio Grande do Norte com 43.304, e o estado de Pernambuco 147.865 crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil em diversas atividades desde engraxates, catação de resíduos, entre outras formas.

Além disso, o Censo Demográfico realizou uma análise direcionada à quantidade de crianças e adolescentes (0 a 15 anos) que residem nos domicílios que possuem ao menos um catador. O valor da razão de dependência nos domicílios com catadores no Brasil é de 50%. Nesses domicílios o número de crianças até 15 anos é praticamente o mesmo das demais pessoas (acima de 15 anos). Esse valor é superior, inclusive, a taxa nacional de domicílios brasileiros com crianças de até 15 anos é de 39%, o que demonstra um número expressivo de crianças e adolescente residindo em domicílios com catadores.

O Nordeste é ainda maior que a média nacional é de 55,3%. Os Estados do Maranhão e Alagoas apresentam os maiores índices, com 65,4% e 65%, respectivamente. No Rio Grande do Norte a razão de dependência de crianças e adolescentes está abaixo dos demais estados, 49,7%, e o estado de Pernambuco a taxa de dependência de crianças e adolescente representa 55,4% total.

Um dos grandes desafios da atividade de catação está na divisão dos recursos financeiros proporcionados pela cadeia de reciclagem, à renda se concentra em grande parte nas mãos dos atravessadores que lucram sobre todo trabalho construído dos catadores, a grande lógica do capital por mais lucro em detrimento dos mais pobres. O Censo/2010 tabulou também as questões dos rendimentos dos catadores revelando os rendimentos ficaram em torno de R\$ 571,56. Neste ano o salário mínimo era de R\$ 510,00. Ou seja, os rendimentos eram superiores ao salário mínimo, porém hoje os investimentos do poder público estão na contratação de empresas terceirizadas para limpeza urbana que tem seus lucros atrelados ao recolhimento pelo volume recolhido por elas, e os setores de varejo percebendo a lucratividade da atividade retiraram dos catadores seu principal insumo de trabalho, o resíduo, e também ressaltamos não ser uma realidade nacional todos esses rendimentos.

Na região Nordeste a realidade da atividade demonstra essa contradição nacional, a média da renda dos catadores de reciclagem em 2010 representava cerca de R\$ 459,34 - cerca de 10% inferior ao salário mínimo nacional, a região apresentou o menor valor de renda média do trabalho da catação do país. Ao verificar os valores médios para cada estado nordestino, apenas o Rio Grande do Norte apresentou uma média superior ao valor do salário mínimo da época, R\$ 542,37. O menor valor foi verificado no estado da Paraíba, R\$ 391,93. Já a renda média dos catadores no estado de Pernambuco ficou em torno de R\$ 494, 14.

Assim, a discussão sobre trabalho da catação é garantir condições dignas de reconhecimento social aos catadores, eles que realizam todo o trabalho da cadeia de reciclagem de nosso país, ainda são eles os mais vulneráveis da cadeia, avançamos em dispositivos legislativos só precisamos garantir sua aplicabilidade. A desigualdade esse malogro social que estávamos conseguindo vencer nos últimos anos com importantes resultados na queda da desigualdade de renda, principalmente em virtude do aumento de investimento em programas sociais: Programa Bolsa Família, programa esse que recomenda a inserção dos catadores, e os mesmos são um dos grupos que possui preferência na liberação do benefício, e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e Pessoas com Deficiência, e a queda do desemprego, conquistas essas que hoje precisamos resistir contra o retrocesso de governos neoliberais.

Portanto, uma das maneiras de medir a desigualdade é o índice de Gini, que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade, e quanto mais próximo de 0 menor. O Censo/2010 revelou que em relação à desigualdade dos trabalhadores brasileiros em 2010 era de 0,58. Se levarmos em conta apenas os catadores envolvidos com a catação e reciclagem de resíduos sólidos, o valor do índice de Gini para o Brasil é de 0,42.

Entre os catadores do Nordeste a desigualdade é de 0,43 em relação à média nacional é bem próxima. Os destaques dos piores índices ficam por conta dos estados do Piauí e Pernambuco, com 0,47 e 0,46, respectivamente. Na contramão da região com o menor índice foram Paraíba e Alagoas ambos com 0,39.

Somos a região de formação histórica erguidos nas desigualdades, principalmente por recorte de etnia apresentamos o maior percentual de extrema pobreza entre os domicílios com pelo menos um catador 8,4% - valor que corresponde quase ao dobro da média nacional de 4,5%. Na verdade, todos os estados da região possuem um índice acima da média nacional. O estado com o pior índice é Sergipe, com 15,5%, enquanto que a menor média ficou por conta

do Rio Grande do Norte, com 6%, e 9,8% no estado de Pernambuco, para tal análise se utilizou as regras para inserção de Programas Sociais, como o Programa Bolsa Família em que no ano de 2010 considerava famílias em extrema pobreza quando não ultrapassavam a renda per capita de R\$ 70,00.

A catação de resíduos é uma atividade com regulamentação legal, no entanto não há empenho de uma fiscalização em sua aplicação, conduzindo a uma atividade vulnerável para os trabalhadores que precisam sobreviver submetidos a condições precárias de trabalho sem nenhum direito trabalhista como férias, auxílio maternidade e acidente, décimo terceiro salário e contribuição previdenciária, com relação às contribuições previdenciárias os catadores declararam no Censo de 2010, 57,9% afirmaram que contribuem para a previdência, embora não se tenha como saber se essa contribuição é de fato regular.

Os dados referentes à região Nordeste revelam o percentual desses contribuintes é um pouco menor, 53,8%, o estado com maior número de contribuintes é o Rio Grande do Norte apresentou um valor de cobertura previdenciária de 65% entre os trabalhadores da catação. As piores médias foram do Maranhão e do Piauí, ambos com 42,2% do total de catadores que afirmaram contribuir para a previdência, já Pernambuco o percentual ficou em torno de 54,6%.

Essa análise reflete principalmente para os catadores que ao chegar aos 60 anos estão descobertos dos direitos previdenciários, segundo o Censo/2010 o percentual de cobertura foi de 74,9%, considerando toda a população idosa do Brasil, ou seja, cerca de três em cada quatro pessoas com mais de 60 anos receberam benefício previdenciário (aposentadoria) ou assistencial (Benefício de Prestação Continuada - BPC). Porém, aqui na pesquisa nosso foco está nos domicílios onde há pelo menos uma pessoa que trabalha como catador, o percentual geral do país é bem menor 57,8%.

No Nordeste o maior percentual de pessoas idosas que recebem benefícios previdenciários em domicílios com pelo menos um catador é de 61,5%. O maior percentual da região fica por conta do Maranhão com 77,2% da população idosa coberta nesses domicílios, enquanto que a Bahia apresentou a menor média da região 55,6%, em Pernambuco a taxa domicílios com população idosa representa 59,3% que recebem algum tipo de benefício previdenciário.

Outra extração de dados da base do Censo/2010 está relacionada à política pública de educação, apresenta uma sua situação preocupante às taxas de analfabetismo chega a 9,4% da

população. O analfabetismo é um dos grandes desafios nacional, avançamos na oferta de vagas, no entanto precisamos ainda qualificar melhor os profissionais da educação, os espaços físicos das escolas e subsídios para as escolas, uma vez que a pessoa analfabeta sofre grande limitação de oportunidades profissionais e de ascensão social, aspectos identificados na população de catadores nacionalmente esse percentual atingiu 20,5% desses trabalhadores.

O Nordeste é a região brasileira que possui a maior taxa de analfabetismo entre os catadores atingindo 34%, enquanto que entre toda a população da região é de 18,6%. Todos os estados nordestinos apresentam alta taxa de analfabetismo desses trabalhadores bem acima da média nacional. A Bahia tem a menor taxa 28,6%, e Alagoas a maior 41,3%, em Pernambuco a taxa de analfabetismo é de 34,3%, é urgente políticas públicas educacionais voltadas para os catadores, quanto menor o grau de instrução serão mais vulneráveis, e estarão em desvantagem com relação aos outros elos da cadeia, afirma Neri (2011) o instrumento-chave para liberar o potencial produtivo de nosso trabalhador seria a educação regular, que, embora esteja num nível classe E, tem melhorado na quantidade, na qualidade, e nas prioridades tanto da população (passou de 7º para 2º na lista de preocupações do brasileiro).

Ao nível fundamental de escolaridade nacionalmente a taxa é de 50,3% da população com vinte e cinco anos ou mais que concluíram o ensino fundamental, dentre os catadores de materiais recicláveis, com mesma idade número cai para 24,6%. A região nordeste possui 41,7% daqueles com vinte e cinco anos ou mais com ensino fundamental completo, quanto aos trabalhadores da reciclagem, apenas 20,4% possuem ensino fundamental completo nesta faixa etária. Nenhum dos estados da região possui um percentual acima da média nacional. A Paraíba com 15,6% apresenta o pior percentual, enquanto que o maior fica com o Rio Grande do Norte 23,8%, e Pernambuco tem uma taxa de 19,6% que concluíram o ensino fundamental completo.

Os dados do Censo/2010 no ensino médio o número de pessoas com vinte e cinco anos de idade ou mais concluíram o ensino médio foi de 35,9%, os catadores, o índice é de apenas 11,4%. Ao Nordeste os dados apresentados são de 28,9% da população geral possui ensino médio completo, enquanto entre catadores esse percentual é bem inferior 9,7%. Os estados da Paraíba e Sergipe são os estados com a menor taxa da região com 7,9%. O maior percentual apresentado nesse quesito ficou com o Rio Grande do Norte 12,7% único estado da região com valor superior à média nacional, e o estado de Pernambuco o índice representou apenas 8,8% dos catadores.

Os dados revelam o abismo educacional existente em nosso país, os catadores representam o descaso com os pobres que sempre foram negligenciados pelo poder econômico e do Estado, além do mais a situação da região Nordeste é preocupante mesmo com os grandes avanços do ensino interiorização das Universidades Públicas e das Escolas Técnicas, precisamos alfabetizar nossa população.

O acesso às demais políticas públicas acessadas pelos catadores é totalmente inacessível como para grande parte da população trabalhadora pobre periférica de nosso país, iremos agora apresentar algumas políticas públicas essenciais para esses trabalhadores, a primeira variável e o acesso à creche, necessária para que os pais possam trabalhar é ter um local seguro para suas crianças, principalmente nossas trabalhadoras, dados do Censo/2010 revelam um alerta, crianças (0 a 3 anos) no Brasil que frequentam creche é de 23,6%. Se realizarmos um recorte apenas as crianças residentes em domicílios com pelo menos uma catadora ou um catador este valor gira em torno de 22,7%.

O Nordeste o número de crianças que vão a creche no grupo dos catadores é 21,7%, praticamente o mesmo da população total, 21,8%. Os estados que apresentam melhores resultados nesse indicador são: Piauí 24%, Ceará 26,1% e Rio Grande do Norte 27,1%. Entre os estados com piores índices da região estão Pernambuco 16,7%, Sergipe 16,9% e Alagoas 17,1%, há ainda o grande desafio de melhorar esses índices, já que estão bem abaixo, política pública de creche é essencial principalmente para fortalecimento feminino, pois as mulheres se vêem impossibilitadas de trabalhar por não ter com quem deixar seus filhos, investir na expansão da oferta deverá ser compromisso dos governos locais com as catadoras.

Seguindo sobre a promoção de políticas públicas o acesso à energia elétrica, faz total diferença na vida das pessoas podendo acessar os meios de eletroeletrônicos facilitando seu dia-a-dia, programas como Luz para Todos com objetivo de oferecer acesso de energia elétrica aos mais vulneráveis, esse é um dos índices mais satisfatórios dos serviços públicos nos últimos anos 98,6% do total de domicílios possui energia elétrica tornando um serviço aproximadamente universalizado no Brasil.

A região Nordeste não há grande variação nesse índice, uma vez que 97,8% dos domicílios têm energia elétrica. Mesmo para os domicílios com pelo menos um catador esse índice está praticamente universalizado para o Brasil o valor é de 99% já para o Nordeste é de 98,4%. Dentre os estados da região também há pouca variação. Maranhão e Pernambuco ocupam na melhor taxa de 99,2% dos domicílios, e Piauí com a menor, 96,6%.

Um dos grandes problemas nacionais dos bairros periféricos é o esgotamento sanitário nem todos tem acesso, e é o grande causador de doenças oportunistas e de graves doenças como a malária. No Brasil está presente em 66,7% dos domicílios urbanos considerados regulares e de boa qualidade servidos por rede coletora ou fossa séptica ligada a rede coletora, e para área rural os serviços por rede coletora, fossa séptica ligada à rede coletora ou fossa séptica não ligada a rede coletora. No caso dos domicílios com pelo menos um catador, esse percentual representa 49,8%.

E aos domicílios do Nordeste com esgotamento sanitário adequado é de 47,4%%, aos domicílios com catadores esse percentual cai para 32,5%. Os estados da região que mais chama atenção à situação encontrada no Maranhão e no Piauí, onde apenas 6,4% e 8,6%, respectivamente das residências com catadores que possuem esgotamento. A Bahia possui a melhor taxa entre os estados nordestinos 42,1%, mas, ainda assim, é inferior à média nacional. E Pernambuco vergonhosamente apresenta uma taxa de 8,8% de acesso ao esgotamento sanitário adequado aos domicílios com pelo menos um catador.

O acesso ao conhecimento e informação hoje é simultâneo por meio dos aparelhos eletrônicos, é necessário está conectado para viver em tempos líquidos, o Censo/2010 levantou essa informação considerando ter um computador na residência como um fator para inclusão digital das famílias, no Brasil 39,3% dos domicílios possuía computador, número três vezes maior que o encontrado no ano de 2000. Levando em conta apenas os domicílios com os catadores esse percentual são apenas de 17,7%.

No Nordeste total de domicílios que têm computador representa um percentual de 21,3% abaixo da média nacional. As residências que moram os catadores esse percentual é apenas 7%, configurando a pior colocação dentre todas as regiões do Brasil. O estado do Piauí tem o pior índice 3,6%, Sergipe tem a melhor situação, com 10,9%, e Pernambuco 7,9% das residências com computador.

Os seguintes dados do Censo/2010 apesar de completar uma década revelam o quanto esses trabalhadores estão sendo negligenciados pelo poder público, a sua situação reflete o descaso de governantes que não reconhece essa atividade como forma de trabalho, porém não são mais invisíveis começaram a um bom tempo se organizar através do MNRC, no entanto ainda é um movimento com grande força nos espaços urbanos das capitais e grandes centros urbanos que precisam se interiorizar para fortalecer para que novos sujeitos se reconheçam como trabalhadores da catação de resíduos.

#### **4.2 A memória de vida das/os catadoras/es construída pelas vias da metodologia da história oral**

A pesquisa tem como metodologia levantamento bibliográfico, dados fornecidos pelos entrevistados catadores, atravessadores, gestão pública local por meio da Secretaria de Serviços Públicos - Departamento de Limpeza Urbana, setor de comércio local utilizando-se da metodologia da história oral. Trabalhar com a metodologia da história oral, é privilegiar a biografia e a memória do entrevistado, que pode nos dizer como as pessoas dão sentido ao passado, mas, a fim de descobrir, é preciso prestar atenção não só ao conteúdo (o que é dito), mas também à forma (como é dito) (FREUND, 2013), com uma responsabilidade e compromisso, com respeito ao entrevistado possibilitando que este desenvolva suas observações, análises, ponto de vista, sentindo-se livre da obrigação de atender qualquer expectativa (MONTENEGRO, 1993), pois tudo que foi dito e escrito lançará luz sobre pessoas podendo acarretar consequências imediatas para os envolvidos, neste caso as/os catadoras/es de resíduos sólidos de Caruaru/PE.

A oralidade é o registro das memórias pelo sujeito articulando o tempo com o espaço, o presente com o passado, e suas lembranças com os acontecimentos, nos dando fatos importantes sobre o passado, à memória possibilita resgatar as marcas de como foram vividos, sentidos, compreendidos determinados momentos, determinados acontecimentos, ou mesmo o que e como foi transmitido é registrado pela memória individual e/ou coletiva, sobretudo quando a ausência de outras fontes como documentos, e a fatos cuja documentação se deseja completar ou abordar por ângulos diversos (FORTUNATO; RUSCHEINSKY, 2004; MONTENEGRO, 1993), e quanto mais oprimidos socialmente o entrevistado, tenderá a ser valorizado com seu conhecimento que lhe rende importância e prestígio, considerando a história daqueles que sofreram com a violência dos “vencedores” contada pelos livros de história utilizados em nossas salas de aula, os povos não letrados tiveram suas histórias arrancadas dos livros, no entanto estão registradas em suas memórias carregando lembranças de seus antepassados, e através da oralidade passamos a descobrir experiências de grupos marginalizados e oprimidos aos quais buscamos acrescentar a história da nação, entretanto ainda são negligenciadas pelos dominantes letrados.

O método da história oral ainda é pouco conhecido e utilizado pelos acadêmicos, no entanto atravessamos as barreiras e adentramos como uma fonte e método de pesquisa, o desafio para execução da metodologia da história oral está na ausência de uma discussão mais

profunda dentro da academia por não fazer parte dos cursos de métodos históricos exigidos, acarretando às vezes uma baixa de qualidade no próprio processo das entrevistas, e a subjetividade dos entrevistados que possa tornar-se menos confiável ou verdadeira, mas porque não analisar como sujeito de identidade com a consciência de si mesmo de um ser político, cabe às ciências sociais, no mínimo na sua ampla tarefa, reconhecer e tratar estes indivíduos como capazes de serem sujeitos da história.

Esta é uma tarefa científica, política e educativa de quem procedem optando pelo uso da história oral (FORTUNATO; RUSCHEINSKY, 2004). Diante dos desafios os resultados podem ser surpreendentes principalmente ao utilizar uma abordagem de história de vida mais aberta que pede aos entrevistados para contar sua história de vida, deixando o entrevistado/a livre para decidir por onde começar e terminar a história, e em seguida, adiciona uma fase de perguntas de acompanhamento para a sua história de vida, e outra grande contribuição que a história oral pode dar aos pesquisadores que se debruçam sobre ela: a possibilidade de compreensão do sujeito a partir de uma complexa tríade temporal articulada pelo passado, presente e futuro (FREUND, 2013; BATISTA; CANATTIERI, 2015). E a pesquisa segue essa linha através da história de vida de catadoras e catadores para que possamos conhecer esses trabalhadores que estão em nossas cidades puxando suas carroças com resíduos todos os dias compondo a paisagem urbana há anos.

Em 1877 o método da história oral ainda não era formalmente reconhecido como um método de pesquisa, no entanto auxiliou nos registros de pesquisas, e os primeiros a utilizar foram os norte-americanos e canadenses com os povos tradicionais indígenas registrando suas histórias, músicas e folclores, a prática da história oral é comumente vista como tendo surgido no Centro de Pesquisa de História oral da Columbia University, criado pelo historiador Allan Nevins, em 1948. Ele entrevistou as elites políticas, econômicas, culturais e acadêmicas dos Estados Unidos (com foco na cidade de Nova York) (FREUND, 2013), ele observou o aumento do uso do telefone na vida frenética da modernidade como consequência afastou o homem do registro de suas memórias, ocasionando uma perda histórica irreparável, pois povo que não conhece sua história corre o risco de cometer erros do passado.

As primeiras iniciativas do uso da história oral no Brasil ocorreram no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDCO) da Fundação Getúlio Vargas em 1975. Nesse momento os convidados especialistas da Fundação Ford e também do México para ministrar um curso de História oral, onde participaram pesquisadores

de diversas regiões do Brasil. Por meio desse curso se esperava ampliar o uso dessa metodologia no Brasil (CAVALCANTI; SOARES, 2016). No entanto a metodologia não se consolidou, seu uso é através de situações pontuais em alguns estados do Brasil Paraná, São Paulo (USP), Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, procedente a consolidar sistematicamente em seu uso apenas em 1990.

Em 1992 aconteceu um novo encontro com historiadores na Universidade de São Paulo para debater a metodologia da história oral, conceito ainda não era muito conhecido, participaram do encontro pesquisadores que escreviam e debatiam sobre a metodologia, a intenção do encontro era criar a Associação Brasileira de História Oral (ABHO), porém decidiram não ser o momento ainda, pois apenas contava com pesquisadores que já se conheciam, o grupo passou mais dois anos reunindo mais pesquisadores, em 1994 aconteceu um encontro no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDCO) da Fundação Getúlio Vargas consolidando a Associação e debatendo o estatuto com a contribuição de sociólogos, antropólogos, educadores, entre outros, ao longo do encontro entrou em discussão o uso do termo história oral, a sua não utilização poderia implicar algumas barreiras em âmbito internacional, chegando ao consenso que será compreendido por história oral o trabalho de pesquisa que utilize fontes orais em diferentes áreas de conhecimento nas quais essa metodologia é utilizada. Assim terminando as diretrizes para a utilização do método da história oral no Brasil.

Ao utilizar a história oral como metodologia de pesquisa é necessário seguir suas etapas, à primeira delas é a conceituação, pesquisa e preparação para entrevista, a segunda se dá pelo contato com o entrevistado, a realização da entrevista para a produção, análise e interpretação, que de acordo com Freund (2013, p. 36) a Associação Americana de História Oral, os projetos devem sempre seguir um princípio básico: “Independente do propósito das entrevistas, a história oral deve ser realizada com espírito de investigação crítica e de responsabilidade social e com o reconhecimento da interação e da iniciativa da natureza do sujeito”. Precisamos lembrar, entretanto, que não botamos um gravador debaixo do braço, e saímos por aí a fazer entrevista de forma aleatória. Construimos um projeto de pesquisa a partir do qual se delineiam caminhos a serem percorridos, visando a terminalidade (NASCIMENTO, 2013), se utilizando dessas orientações a presente pesquisa se versa para construção de um projeto em seus princípios éticos e morais, antes do contato com as entrevistadas/os.

Nem tampouco se deve usar um questionário previamente elaborado, uma vez que a vivência pessoal dos entrevistados é essencial. É necessário que os entrevistados tenham conhecimento da finalidade e importância do projeto de investigação que será desenvolvido, bem como sua posição que nele ocuparão (FORTUNATO; RUSCHEINSKY, 2004), tornando a pesquisa mais próxima do sujeito, demonstrando a importância de seu papel, realizar uma entrevista é, sobretudo a tentativa de visitar com o entrevistado esses territórios diversos, que se relacionam e se comunicam através de uma lógica para nós desconhecidos (MONTENEGRO, 1993), pois não tratamos aqui de cobaias de laboratórios, estamos a ouvir trabalhadores que nunca foram ouvidos, exceto quando saem às ruas reivindicando melhores condições de trabalho, e correm o risco de sofrerem retaliações do estado.

Afirma Cavalcanti e Soares (2016) o entrevistado ao narrar sua experiência de vida, ou sobre determinado evento ou período histórico, está reconstruindo relatos carregados com as marcas comuns a outras pessoas com inserção social, cultural, política comuns. São marcas de um tempo histórico vivenciado por determinada pessoa na rede social, cultural, política, profissional em que atua. Dessa forma, o relato individual é também social na medida em que revelam as experiências, valores, ideias, sentimentos socialmente compartilhados.

A relação entre entrevistador e entrevistado não pode ser distanciados ambos fazem parte de um processo que nunca existiria senão estivessem lá, porém o entrevistador jamais deverá influenciar nas respostas, com relação ao ambiente de realização das entrevistas também é decisivo um local estranho ao entrevistado pode lhe gerar um desconforto, responder rápido demais para poder acabar logo e esquecer algum detalhe importante para a entrevista, então proporcionar um ambiente familiarizado (a casa, o trabalho, a rua) poderá render bons frutos. Interromper os narradores pode custar caro, pois a perda de relatos valiosos a habilidade da paciência e escuta são necessárias para compartilhar as histórias.

Diante dessas proposições que a pesquisa foi realizada no ambiente de trabalho das catadoras e catadores vivenciando de perto seu dia-a-dia sua relação com o resíduo, ouvindo as histórias desses trabalhadores. É necessário saber ouvir e contar com ouvidos apurados para reconhecer fatos que possam passar despercebidos na construção de trajetória de vida dos entrevistados, ressalta Nascimento (2013) temos que levar em conta o fato que quando trabalhamos com pessoas, ouvindo relatos com ajuda da memória como um trabalho, mas também a constituição de pertencimento da construção da identidade individual e coletiva na construção do passado para aprender o presente. Uma entrevista é um diálogo entre uma e

outra pessoa ou um grupo de pessoas. Faz-se necessário que haja um clima de respeito e confiança entre o entrevistador e o entrevistado (s). Isto não significa submissão das partes. Entretanto, há que considerar, ainda, a relação que se estabelece entre pesquisador e sujeito da pesquisa seus aspectos éticos, em que o controle - ou a última palavra - sobre o texto da entrevista a ser divulgado é sempre daquele que concede a entrevista (CAVALCANTI; SOARES, 2016), este é um reconhecimento fundamental do sujeito, pois não estamos a lidar com um objeto, estamos a torná-lo sujeito da história.

E a utilização do método da história oral tende a contribuir de forma valiosa para desvendar aspectos da produção do espaço urbano, por se tratar de uma pesquisa em que o espaço referencial é a cidade, esse método contribui de maneira fundamental, transformando o objeto em sujeito conseguindo deixar a história mais viva, na pesquisa. Narrando como os mais pobres encaram a luta urbana em contexto da memória, e que possam ser reconhecidos como atores sociais, pois a cidade não é de apenas uma parcela de moradores, mas sim de todos eles, afirma Fortunato e Ruscheinsky (2004, p. 28):

A partir dessas perspectivas, as lutas sociais urbanas adquirem significativa relevância para a produção de uma cidade mais justa e democrática. Como é na cidade que vive hoje a maioria dos brasileiros, as lutas sociais urbanas tornam-se ainda mais importantes para as ciências sociais, pois permitem compreender como está sendo produzida a cidade no contexto histórico determinado. Para isso, torna-se urgente a utilização de uma metodologia adequada, ou seja, capaz de contemplar o papel de lutas para a produção de uma cidade menos excludente, desumana ou selvagem.

As histórias relatadas pelos sujeitos permitirão que eles ocupem o lugar verdadeiramente na história, os tornando sujeitos e refletindo sua importância, cabendo ao pesquisador à rigidez nos procedimentos metodológicos sendo fiel não apenas às palavras do sujeito, mas ao sentido da entrevista, Amado (1997) afirma que o trabalho com a metodologia da história oral será aceito, valorizado e perpetuado não pelo nível de identificação política com o grupo entrevistado ou pelo nível de influência sobre os destinos desse grupo, mas pelas qualidades acadêmicas do trabalho, pela capacidade de desvendar relações humanas e pelo grau de comprometimento profissional demonstrado, o qual poderá ser medido pelo respeito aos procedimentos metodológicos e técnicos da disciplina, foram todos esses preceitos utilizados nesta pesquisa.

### **4.3 Os sobreviventes dos resíduos no Agreste pernambucano: Asproma uma história de resistência**

A gestão dos resíduos sólidos por muito tempo foi considerada um problema para os centros urbanos, todavia ao longo do tempo transformaram-se em oportunidade de negócios, no Agreste pernambucano durante 1950 e 1960 os retalhos, restos de tecidos provenientes da indústria têxtil do Recife vindos da Fábrica da Macaxeira, Fábrica de Camaragibe e Fábrica da Torre, e provenientes da cidade São Paulo que eram trazidos por caminhoneiros para o Agreste pernambucano, estes retalhos eram utilizados na fabricação de novas mercadorias por trabalhadores que ficaram conhecidos como retalheiros expulsos do campo, passaram a ocupar os espaços periféricos das cidades, uma parte desses trabalhadores continuaram no Agreste pernambucano e outros tinham principalmente como destino a cidade de São Paulo, onde se concentravam na região do Brás, eles passaram a catar rejeitos das fábricas têxteis para produção de mercadoria barata realizada por trabalhadores de baixa renda, e inventar uma forma de comércio para garantir sua reprodução social, os retalhos eram aproveitados para fabricação de roupas que posteriormente iriam ser vendidos na Feira da Sulanca (BURNETT, 2013, p. 9; 13), o resíduo deixou de ser rejeitado e doado, passou a mercadoria gerando sobrevivência.

Os sujeitos sobreviventes dos resíduos sólidos ao longo do tempo mudaram e aumentaram, assim construindo uma cadeia no Agreste pernambucano precisamente na cidade de Caruaru (PE), entre os elos a Associação dos Protetores do Meio Ambiente (Asproma) situada no Agreste pernambucano na cidade de Caruaru, uma organização de trabalhadores sobreviventes da catação dos resíduos sólidos, ela será o nosso elo inicial para conhecermos os demais elos que compõem essa cadeia.

A história de organização dos trabalhadores da Asproma será relatada através da fala dos catadores, um casal que se conheceu na Favela do Iraque em uma partida de futebol embaixo de um pé de árvore na cidade de Caruaru (PE), atualmente a favela não existe mais, porém são catadores até hoje da Asproma, e uma entrevista da Irmã Franca que junto aos catadores estabeleceram a Asproma, Irmã Franca nascida em 11 de dezembro de 1935 em Berlim (Alemanha) faleceu em 28 de janeiro de 2018 em Roma (Itália), a entrevista foi realizada no dia 10 de abril de 2017 na sede da entidade religiosa Irmãzinhas de Assunção fundante do Centro de Educação Popular Assunção, surge em 1996 da iniciativa de um grupo

de religiosas católicas - as Irmãzinhas de Assunção, juntamente com lideranças locais, residentes do bairro Vila Padre Inácio (antigo Mutirão), parte periférica de Caruaru (PE), com objetivo de cuidar das coisas públicas/comunitárias, mediante os descasos dos órgãos governamentais, e com crescimento desordenado da cidade, do quadro evolutivo das demandas socioeconômicas e das condições básicas de vida da comunidade. A entidade tem como missão contribuir para disseminar a cultura de paz, mantendo uma proposta espiritual-sócio-educativa-cultural construída de forma interativa através do diálogo entre diversos saberes e atores sociais.

“Em 1997 ou 1998 teve um surto de dengue muito grande na cidade, e aqui na Vila muitas pessoas adoeceram e em cada família tinha pessoas adoentadas, nós também as irmãs tivemos doente como todo mundo, então e, sobretudo como a irmã Mont Serrá, nós duas, começamos a pensar que tínhamos que fazer alguma coisa, compreender melhor como isso acontece. Então começamos a refletir com as mulheres da comunidade daqui da Vila Padre Inácio e aí começamos a fazer a reunião de quintal e começamos a olhar a realidade dos quintais e pensamos o que tá acontecendo? Até fizemos até um folhetinho, desenhado por irmã Mont Serrá sobre a realidade dos quintais e a partir desse folhetinho as mulheres foram nas casas conversar com as pessoas. Aí começamos a dizer que tem demasiado lixo em todo canto, nas ruas, mas também nos quintais. Então começaram a fazer uma reflexão de como se trata o lixo, aí a coisa chegou com o tempo. Descobrimos também uma coleta de lixo não é só colocar tudo no caminhão, mas existe também a coleta seletiva que a coleta seletiva prepara o material para reciclagem. É o pensamento muito interessante. Então ao mesmo tempo outra irmã da comunidade, a Irmã Luzinete começou uma reflexão com um grupo de jovens e os grupos de jovens se apaixonaram com a questão e então disseram: ‘nós faremos a coleta seletiva’. Então foram nas casas sensibilizando, sempre com folhetos, com coisas assim que preparávamos juntos. Sensibilizando as famílias para separar que eles vão passar na semana seguinte, e assim fizeram e assim passaram recolhendo o material reciclado. E naquela época nós não tínhamos muito espaços aqui e então foi feito na casa paroquial da Vila Kennedy (bairro da cidade), depois quando fomos recolher o material dissemos: ‘e agora o que fazemos com esse material?’ Mas foi crescendo assim, passo a passo. Aí foram na prefeitura dizendo que tinham feito isso, que tinham material, aí a prefeitura disse: “ah muito bem, nós passamos”. Só que a prefeitura passou e misturou tudo, então foi uma frustração terrível, num é? Então foi tudo junto com o resto no caminhão, então aí foi uma frustração grande. Aí disseram: “ah, mas assim não dá, aí passou um tempinho, aí eu comecei a puxar conversa com os catadores que na rua catavam o material, aí descobri onde eles moravam, alguns moravam no lixão, outros moravam na favela perto do Caiucá (Favela do Iraque). Então fui lá, aí sempre nos encontrávamos aos domingos e eles me contavam como trabalhavam, alguns trabalhavam com saco no ombro, saíam de madrugada e voltavam à tarde. Outros iam ao lixão, separava o material que depois eles vendiam ao atravessador, e o atravessador a indústria, mas eles eram super explorados porque para ter acesso ao lixo eles deviam pagar uma cota de entrada a um cara que dizia que ele era dono do terreno, não era, mas não deixava ninguém se aproximar. Depois trabalhavam de dia debaixo daquele sol no meio daquela... no calor terrível, num é? Separavam e depois iam dormir à noite lá porque senão os outros iam lá e tiravam o material, tiveram uma vida muito difícil. Aí começamos conversando, dizendo: ‘mas então o quê que seria bom para mudar essa situação?’ Então

pensamos que precisaríamos de carrinho, porque com os carrinhos nós tirávamos os sacos dos ombros. Aí pensamos como vamos fazer os carrinhos? Aí um deles disse ‘ah, se vocês trazem as tábuas, eu faço os carrinhos’. Então ele fez sete carrinhos de madeira, mas não tinham as rodas. Quando eu vi os setes carrinhos pensei ‘as rodas vamos tentar conseguir’. Aí consegui sete rodas para pôr no carrinho, só que aqueles carrinhos eram muito pesados, depois então pensamos que se podia fazer os carrinhos não de madeira usada, mas o corpo da geladeira. Aí foi achar quem pudesse ser solidário, aí depois pôr outro tipo de roda, já ficava um pouco mais caro, aí não sabia como fazer, depois encontrei um grupo de médico que aceitaram financiar os carrinhos com as rodas. E aí, começamos com isso mas eles estavam morando na favela e chegou um momento de mudar-se da favela para a Vila Diocesana(local da atual sede da Asproma), então quando chegaram na Vila Diocesana eram naquelas casinhas pequenas, não tinham mais terreno para guardar o material, que na favela eles tinham barraco arrodilhado de terreno. Então foi aquela arrumaria para achar um pedaço de terreno para ter onde colocar o material e não achavam, fomos em todo canto, na prefeitura, tudo, mas sempre respostas negativas, depois então eu fui procurar Dom Costa (Bispo de Caruaru). E Dom Costa cedeu aquele terreno, aí então de mutirão construímos o muro e depois através da Cáritas veio à primeira prensa hidráulica. Já tínhamos a frota dos carrinhos, então começamos assim. Aí depois ‘ah mais precisaríamos de uma coisa maior que os carrinhos’, então pensamos em comprar dois cavalos e duas carroças e fomos à feira de gado e compramos, só que tinha dia que os cavalos não queriam ir, mas foi assim. Vejam como os começos correm devagar, depois uma perua, depois chegamos ao caminhão. E através de tudo isso sempre nos sábados nos reuníamos todos, aí a gente começou a trabalhar o regulamento interno e depois se constituiu como associação. O nome ASPROMA os catadores que encontraram Associação dos Protetores do Meio Ambiente, e depois foi muito interessante porque nós trabalhávamos muito assim, nossa mentalidade e o nosso coração junto, quer dizer, sempre tínhamos uma reunião semanal no sábado para rever a semana e pouco a pouco eles foram trabalhando conceitos que não tinham, por exemplo, a relação ao dinheiro que começaram a ter mais dinheiro do que estavam acostumados, a relação ao tempo que deviam trabalhar com determinado horário, a relação ao companheiro que deviam trabalhar juntos. Quer dizer, todas essas coisas eram novidades pra eles, isso foram todas trabalhadas juntos. Depois se sentiu a necessidade de ter um gerente, depois de ter outro núcleo. Então quer dizer, foram todos passos progressivos nos quais eles sempre participaram na decisão.

Depois da saída de Irmã Franca quem assumiu a orientação da Asproma foi Dona Renusa, em seguida Dona Josélia, que sempre veio participar junto com a gente desde o começo e ela ficou todos esses anos, mas há dois anos se sentiu a necessidade de formar outro tipo de diretoria. Nesse momento é um pastor evangélico que assumiu a Asproma, mas sempre com essa clareza que seja um projeto de geração de renda e um projeto educativo, porque nos anos passados nós fizemos um trabalho muito interessante com a rede escolar pública e também escolas privadas aderindo de educação ambiental, formando equipe de professores nas escolas para que o meio ambiente estivesse presente em várias disciplinas. Então todos trabalhavam o português, a matemática, ciência, geografia, então depois faziam também atividades em nível da escola. E com a rede escolar o Asproma sempre organizou as semanas ambientais com visibilidade na cidade através de passeatas, através de exposições no shopping com a participação dos alunos das escolas, então uma coisa bem interessante que se poderia retomar dentro das atividades”.

Figura 7- Sede da Asproma (Vila Diocesana)



Fonte: Alberto Farias (2020)

Figura 8 - Transportes utilizados para transportar os resíduos



Fonte: Alberto Farias (2020)



Fonte: Alberto Farias (2020)

A Asproma foi instituída juridicamente em 25 de novembro de 1998, e através da Lei Municipal de nº 4.866 de 20 de novembro de 2009, é considerada de utilidade pública entidade filantrópica e sem fins lucrativos. Atua de maneira programada na coleta seletiva de materiais recicláveis como papel branco e misto, papelão e plástico. O seu objetivo é resgatar a dignidade de quem realiza o trabalho da coleta seletiva, colaborando com a preservação ambiental e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A Asproma conta com três núcleos de coleta seletiva com dois espaços físicos próprios localizados nos bairros Vila Padre Inácio e São João da Escócia que deveriam trabalhar de maneira articulada, no entanto hoje a relação das duas unidades é de total independência uma da outra não mantém qualquer tipo de relação ou colaboração, inclusive houve inúmeras tentativas de entrevistar os catadores da unidade do São João da Escócia, que sempre se encontrava fechada, ressaltando são bairros periféricos e vulneráveis, com ausência de serviços públicos básicos, e ainda contam com um núcleo no Shopping Caruaru que trabalham em articulação e parceria com a unidade da Vila Diocesana.

Em uma situação de vulnerabilidade os trabalhadores sobreviventes dos resíduos encontram na Irmã Franca uma parceria para sua organização juntamente com as Irmãzinhas de Assunção, aconteceram conquistas como à retirada deles da Favela do Iraque e a

conquistas como moradia, resgatou o sentido do trabalho. Trabalhadores que sofreram com inúmeras violações de direitos conforme iremos encontrar em seus relatos de vida.

O primeiro catador vindo da Fazenda Santo Alejo (Alagoas), sessenta e três anos, oito filhos, um deles foi mais um número para as estatísticas da violência sendo assassinado, tem vinte e cinco netos, há vinte e um anos na associação, ele diferentemente da história de vida de outros catadores conseguiu ter acesso à educação uma política essencial para romper com as desigualdades perpetuadas em nosso país, estudou até os quinze anos de idade em suas palavras “minha mãe mandava ir pra escola eu ia atrás de namorada faltava interesse, minha família incentivou a estudar”, trabalhador da agricultura foi cortador de cana-de-açúcar com a falência das canavieiras que deram lugar a criação de gado, e com a crescente mecanização do campo precisou buscar trabalho longe, chegou à cidade de Caruaru (PE), há cerca de trinta e um anos, chegando à cidade com trinta e cinco anos de idade, onde foi residir na Favela do Iraque que sofria constantemente com enchentes com serviços clandestinos como água, luz, entre outros. Foram retirados de lá com ajuda das Irmãzinhas de Assunção, trabalhou como vigilante noturno sendo acometido resultado foi baleado, há vinte e três anos trabalha com resíduos sólidos em suas palavras “trabalhar que nem um bicho e não como gente trabalha, ninguém quer coisa boa para quem trabalha com pobre”, nunca trabalhou com carteira de trabalho assinada, apenas sobreviveu da renda da catação e de programas sociais do Governo Federal, porém em seu discurso a sempre um tom de orgulho pelo que fazem, inclusive pelo reconhecimento recebido pela Asproma:

“O delegado da Polícia Civil e da Receita Federal trazia papel branco pra gente colocar na máquina e vender, eles ficava esperando acabar da máquina cortar que era documento importante para ir embora, mas depois eles nem vinha e nem esperava trazia e eu cortava sabe confia na gente, a gente foi até lá na Receita Federal que o delegado pediu pra gente ensinar a eles como separar o material.”

**Figura 9 - Reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Asproma**



Fonte: Alberto Farias (2020)

O discurso do catador também ressalta os bens conquistados advindos da catação “arrumei a casa e tenho um carrinho velho”, fala a respeito dos materiais que nos últimos anos vem reduzindo “material bom ou ruim, pouco ou muito aproveitamo”, com relação aos companheiros que deixaram a Asproma ao longo dos anos e hoje se dedicam a outras atividades para seu sustento ele nos fornece uma hipótese “os funcionários que estão esperando voltar a boas épocas para voltar a trabalhar na Asproma, estão trabalhando em outras coisas e ainda não deu baixa na associação”, a Asproma em suas palavras “manter a família, o sustento, a Asproma é uma herança, por isso que não fecho”.

O outro relato de uma catadora, cinquenta e quatro anos, mãe de quatro filhos, vó de dez netos, chega à cidade de Caruaru vindo do município de Ibateguara (AL), sobrevivente da roça, há vinte e dois anos associada da Asproma. Sua história retrata parte da população negligenciada pelo Estado brasileiro como tanta outra vida, através de seu relato de vida se pode conhecer um pouco de sua história, e como a Asproma transformou sua vida, os relatos vão e voltam por se tratar de memórias e utilizando a história oral como metodologia, ela ficará livre para começar e terminar de onde quiser para nos contar sua história de vida e sua trajetória na Asproma.

Fui empregada doméstica e Irmã Franca me chamou para trabalhar na Asproma fiquei nos dois mais aqui começou a dá mais dinheiro aí sai da casa de família, puxava a carroça com meu filho junto de mim, cada catador tinha seu dia de coletar nos Bonanza (rede de supermercados da cidade), o meu era sexta, ganhei um bom dinheiro comprei as coisas pra minha casa, aí as coisas começaram a afracar, aí fui trabalhar na Locar (empresa terceirizada contratada pelo município para realização da gestão dos resíduos na cidade), mas continue na Asproma mais sempre Irmã Franca sempre dizia não pode a senhora trabalhar aqui, a senhora trabalha fichado. Cheguei em Caruaru com três filhos aí fui morar na Favela do Iraque (residiam aproximadamente cem famílias), no barraco de tábua coberto de papelão quando se preparava para chover o chão da casa já inundava, nas chuvas enchia tudo de água e adoecia, perdi um filho de 1 ano e 3 meses para a doença do rato (leptospirose), aqui era bom (Asproma) quando tinha Irmã Franca, ela saiu e acabou a Asproma ela era que arrumava a coleta. Depois que tava aqui falei com Irmã Franca para Galego trabalhar aqui, ele aqui faz muita raiva (risos), eu brigo com ele aí ele diz que vai me tirar daqui (risos).

Meu pai nunca me deixou estudar o meu estudo era o cabo da enxada com oito anos não podia brincar, eu acordava com meu pai bora, bora acordava pra trabalhar, perdi minha mãe cedo, com dez anos saí de casa fui cortar cana e comia farinha seca com garapa fui vivendo minha vida assim até hoje em dia, isso tudo por causa do meu pai ele não deixou eu estudar, o certo é que eu não quero isso para os meus filhos, quando novo tem saúde você aguenta, depois se acaba, o trabalho é pesado a gente quer tudo para os filhos, não quero os meus filhos aqui, quero eles trabalhando em uma empresa fichado. Isso não é trabalho. Meu fi tive foi doença nos ossos carregando lixo, trabalhei quinze anos fichado na Locar, Luzitânia e casa de família, hoje eu pago o INSS com o dinheiro da reciclagem para eu aposentar, a Asproma pra mim é tudo e de onde eu como, e onde eu coloco meu material se não fosse isso eu e galego morria de fome.

Atualmente, a catadora entrou com o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição e até a finalização das entrevistas, ela ainda aguardava o resultado do parecer do INSS. As histórias de vida desses dois trabalhadores retratam como à vida deles foi uma sucessão de inúmeras violações de seus direitos fundamentais, eles que lutam diariamente não apenas para garantir sua sobrevivência, mas também do espaço geográfico garantindo o menor uso dos recursos naturais, reaproveitando os já disponíveis para seu retorno para as prateleiras seguindo as determinações da PNRS.

O início das atividades da Asproma contava com vinte e dois trabalhadores associados, hoje a realidade é bem diferente a associação conta com apenas doze associados (sete homens e cinco mulheres), e entre eles apenas dois ainda realizam as atividades diárias

na Asproma com uma estrutura física danificada composta por dois galpões de armazenamento para o resíduo em estado.

Segundo relato dos catadores que executam as atividades na Asproma o regimento definiu que a cada dois anos fossem empossado uma nova diretoria, o que nos últimos anos não vem ocorrendo mediante a ausência de pessoas interessadas em assumir o compromisso, pois o próprio regimento não permite que a diretoria seja formada ou composta pelos catadores, mas sim por membros que não compõe o quadro de catadores, assim o poder de decisão está nas mãos de pessoas que se quer conhece o processo da cadeia de reciclagem e as demandas de necessidades dos catadores, porém o presente regimento hoje não se encontra na unidade e o motivo será apresentado a seguir.

O regimento interno de funcionamento determina as regras estabelecidas para cada associado/a são eles: comprometimento a contribuir com 10% da renda de cada venda para o bom funcionamento da Associação, o que nem sempre foi assim com a saída da diretoria da Irmã Franca a arrecadação passou para 30% e os rendimentos financeiros sofrem quedas constantes a média mensal de ganho está entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.200,00; o mesmo também estabelece outras regras e padrões como horário de funcionamento das 07h30min. às 11h30min. e das 14h00min. às 18h00min., de segunda-feira a sexta-feira e aos sábados das 07h30min. às 11h30min.; aos meios de trabalho como carrinho manual de preferência para mulheres; carroça com animal de preferência para homens, os associados possui o compromisso de devolver os carrinhos ao final do expediente e serem responsabilizados por quaisquer danos causados, e kombi dirigida pelo motorista da Associação, sendo os materiais disponíveis próximos a sede deverão ser recolhidos pelos meios manuais e os distantes pela Kombi, hoje essa coleta é realizada pelo caminhão da Associação; como medidas de proteção do trabalhador a Associação se compromete a fornecer fardamento e luvas, e as associadas/os cumprem a obrigação da vacinação antitetânica; para se tornar um associado é necessário cumprir essas exigências e ainda passar por um período de experiência, participar as quintas-feiras às 19h30min. das reuniões na sede da Associação em caso de faltar três reuniões perde o direito a membro ativo da Associação; participarem de cursos e treinamentos promovidos pela Associação afim de alcançar os objetivos da mesma, também era necessário contribuir com a pesagem, separação e compactação do material, limpeza do local. Em caso do associado não cumprir com horário e não colaborarem com as tarefas necessárias ao bom funcionamento da Associação será suspensa/o do trabalho durante uma semana. Após três

suspensões perderão o direito a ser associada/o. O regimento data a 02 de dezembro de 1999, regulamento elaborado com a participação das associadas/os.

Com mais de vinte anos de elaboração as coisas na Asproma caminham de maneira bem diferente de seu regimento, hoje os únicos catadores a continuar na Associação possui uma dinâmica de trabalho diante da demanda da oferta de materiais saem para coleta apenas três vezes durante a semana, materiais esses que nos últimos anos vem sofrendo quedas sucessivas.

A Asproma é organizada com formato piramidal de cima para baixo através de uma diretoria aos quais os próprios catadores não a compõem, desde sua formação foi liderada por quatro diretorias diferentes que administram por dois anos possíveis de uma recondução por mais dois anos, na figura de número dez logo abaixo observaremos a linha do tempo das diretorias da Asproma algumas permaneceram sempre um pouco a mais do tempo por falta de interesse de que outras pessoas assumissem a diretoria, a primeira diretoria esteve à frente a Irmã Franca, após sua saída Dona Renusa, pouco lembrança eles tem de seu tempo, Dona Josélia assumiu a diretoria, em relatos dos catadores com relação às diretorias relataram a seguinte aspecto: “Irmã Franca era boa deixou dinheiro no banco para Asproma, Dona Josélia recebia o dinheiro passava dez dias pra pagar a gente, mas arrumava coleta”, também relataram que durante a sua gestão de Dona Josélia “a Asproma participou do programa da Nota (referência ao Programa Estadual Todos com a Nota para associações) chegamos receber entre R\$ 15.000,00 a R\$ 25.000,00, e o dinheiro não sabe para onde ia eles (representantes da diretoria) chegava cheio de notas passava horas separando ali na sala esses papéis”. Ainda ressaltaram que a Asproma recebia ajuda financeira de pessoas físicas e jurídicas relatam recebimento de valores expressivos “eram cheque de R\$10.000,00”, no entanto diante do estado total de abandono cessaram as ajudas, o que faz muita falta por estes recursos serem destinado a reparos na associação e contribuir no fortalecimento dos catadores.

Sabemos que cada um de nós somos seres com particularidades temos maneiras diferentes de gerir nossas vidas, nossos compromissos, o que não é diferente na Asproma, em discurso dos catadores a presença de um saudosismo em relação ao tempo de Irmã Franca na direção fica muito evidente.

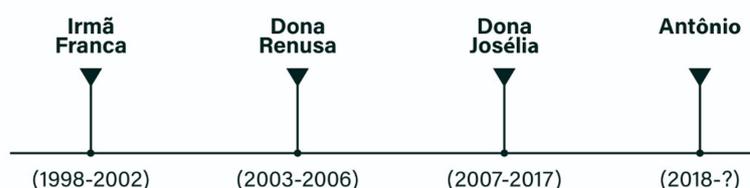
A última diretoria que esteve à frente como presidente o senhor Antônio por dois anos e reconduzido por igual período, sendo este no primeiro ano do segundo mandato a diretoria se destituiu acarretando um conflito interno com os catadores associados, restando apenas

dois catadores na Asproma, o senhor Antônio se afastou da Asproma há pelo menos dois anos não comparece a associação, e com ele levou toda a documentação de regulamentação, entre ele o regimento da Asproma, procurado em sua residência e local de trabalho pelos catadores para devolução dos documentos não obtiveram sucesso implicando em uma disputa agora judicializada pelos catadores que procuraram a Defensoria Pública para reaver a documentação e realizar uma busca de como está a situação financeira da associação. Nas palavras dos catadores: “aqui o presidente da Asproma é igual a político ele trabalha bom dois anos e dois é pra comer, a única é Irmã Franca era boa”.

Nas palavras dos catadores a relação entre Catadores x Diretoria nas gestões da senhora Josélia e o senhor Antônio eram bastante conflituosa com posicionamentos diferentes e interesses divergentes, com exceção da gestão da Irmã Franca à qual sempre foi lembrada com saudosismo, outra situação interna está no afastamento das Irmãzinhas de Assunção da Asproma em conversa durante a pesquisa com umas das Irmãs perguntada a ela por que elas não participam mais da gestão da Asproma obtive apenas o silêncio. A Asproma tem seus conflitos internos que precisam urgentemente ser resolvidos, porém não são apenas internos os elos que compõem juntamente com a Asproma a cadeia de reciclagem da cidade de Caruaru, são permeados de conflitos e interesses em relação aos resíduos sólidos.

#### Figura 10 - **Linha do tempo dos diretores da Asproma**

### LINHA DO TEMPO DOS DIRETORES DA ASPROMA



Fonte: Alberto Farias (2020)

O elo agora é o setor de varejo, os catadores da Asproma viram seu principal fornecedor de resíduos sólidos, uma das principais redes de grande porte de supermercados da cidade, o Supermercado Bonanza possui seis unidades na cidade, dezesseis lojas compõem a rede, em anos anteriores sua produção de resíduos recicláveis era destinada para Asproma, há cerca de três anos a empresa se tornou concorrente dos catadores, sua produção de resíduos sólidos diários são depositados no fundo de suas lojas que possui grandes bags para armazenar todo o material reciclável para ser repassada para uma empresa terceirizada recolhendo de duas a três vezes por semana uma média de 150 a 200 kg de resíduos, e os resíduos não recicláveis são depositados para coleta comum, no entanto a Asproma construiu parcerias com outros parceiros da iniciativa pública e privada como a Maternidade FUSAM, Hospital Regional do Agreste e São Sebastião, SOS RIM, concessionárias a Toyolex, instituições de ensino para fornecimento de materiais recicláveis com coleta programada.

Uma das grandes contradições da cadeia dos resíduos está baseada na relação dos catadores com os atravessadores, de um lado são vistos pelos catadores como grande apoio por muitas vezes lhe adiantar dinheiro para as despesas pessoais ou no caso da Asproma para auxiliar em alguma despesa como concerto do caminhão e reparos na associação, no entanto os atravessadores detêm um poder de decisão na cadeia os tornando um elo forte, por exemplo, eles têm um domínio de determinar o valor dos resíduos na compra direta com os catadores, assim subtraindo a maior parte dos lucros ofertados pelos resíduos, super-

explorando a mão de obra dos catadores, ainda são eles em muitas situações detentores das técnicas necessárias para armazenar, imprensar e negociar com as empresas recicladoras finais, entretanto a Asproma conta com todos os recursos técnicos como prensas e maquinário para triturar o resíduo e local para armazenamento dos resíduos, porém ainda não conseguem negociar com as empresas recicladoras, o material passa pelas mãos dos atravessadores desde sua fundação.

Figura 11- Meios técnicos da Asproma



Fonte: Alberto Farias (2020)

Na cidade de Caruaru (PE) um desses atravessadores é seu Augusto dono de um ferro velho há cinco anos localizado na cidade, em entrevista realizada no seu local de trabalho, uma diferença ao chegar a seu estabelecimento e a Asproma é o odor que é insuportável por se tratar de resíduos, seu Augusto recebe materiais que foram misturados a resíduos orgânicos assim eles carregam certo odor forte, para repassar as indústrias recicladoras finais, segundo ele o destino final são as cidade de Recife (PE) e Salvador (BA), diferente dos catadores da Asproma que sempre ressaltaram a necessidade do material está sempre em boas condições para ser repassado ao próprio atravessador. Questionado de onde vem todo esse resíduo? “do São João da Escócia, Inocoop e Rendeiras (bairros da cidade de Caruaru), e dos lixões das

cidades de Riacho das Almas (PE) e Santa Cruz do Capibaribe (PE)” cidades vizinhas, ele ainda conta com o auxílio de mais cinco pessoas que durante a entrevista foi constatado ausência de equipamentos de proteção individual (EPI’s) na realização das atividades, essencial para a proteção dos trabalhadores.

Os próximos passos do senhor Augusto é de expandir para mercados maiores como a cidade de São Paulo, ele percebe que o mercado tem uma demanda que ainda falta ser preenchida e que pode render um bom dinheiro, ele salienta ainda “você já viu a quantidade de garrafas no Rio Ipojuca só falta gente pra ir lá pegar”, seu estabelecimento fica nas proximidades do rio. Em suas palavras se analisa o quanto os resíduos transformaram-se em um grande nicho de mercado para poucos, pois para os catadores nos últimos anos vem se tornando uma luta pela sobrevivência.

O outro atravessador é o senhor Eros, diante da pandemia da Covid-19 a entrevista foi realizada através de uma ligação telefônica, ele trabalha há vinte anos no mercado de resíduos sólidos com materiais como plástico, papel, entre outros, atualmente trabalha com materiais como alumínio, bronze, cobre e metal, coletados na própria cidade de Caruaru (PE) o caminho percorrido por ele para o recolhimento dos materiais, ele compra dos catadores repassa a outro atravessador com destino a cidade do Recife (PE) para depois encaminhar ao estado de São Paulo ou segue o fluxo de ir diretamente para o estado de São Paulo, o destino final será o estado de São Paulo, pois são lá que estão às metalúrgicas que irão se encarregar de transformar o material, o trabalho da catação é descrito por ele em suas palavras “é muito trabalho e sozinho não dá estou velho e cansado”, o discurso aqui colocado corrobora com a fala dos catadores sobre trabalho da catação, como um trabalho duro e pesado, ele também relata que já comprou material da Asproma “já fui buscar lixo na Asproma, catador esse povo é sofredor são roubados na balança quando vendem o material”, o discurso do Eros é de defesa dos catadores, relatando práticas viciosas na venda de material entre os catadores por parte dos atravessadores.

**Quadro 5 - Valores dos resíduos sólidos negociados pela cadeia de reciclagem de Caruaru (PE)**

<b>Material Reciclável</b>	<b>Catadores de Resíduos / Atravessador</b>	<b>Atravessador / Indústria Recicladora</b>
<b>Garrafa PET</b>	R\$1,40	R\$1,60
<b>Papelão</b>	R\$0,28	R\$0,32
<b>Vidro</b>	R\$0,02	-
<b>Papel branco</b>	R\$0,60	-
<b>Alumínio</b>	-	R\$3,00 / 6,00
<b>Cobre</b>	-	R\$11,00 / 30,00*
<b>Bronze</b>	-	R\$ 13,00

Fonte: Alberto Farias (2020) \*Valor do material suscetível ao estimado negociado pela moeda americana Dólar

Um possível elo que poderá ser um mediador na cadeia de reciclagem da cidade de Caruaru (PE) é o poder público local, através da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, responsável pela Limpeza Urbana; Departamento das Feiras Livres; Iluminação Pública; Curral de Gado; Setor de Necrópole e a Ame Animal.

Os dados referentes aos resíduos são preocupantes segundo dados da própria Secretaria a cada dez minutos um caminhão com resíduos chega ao aterro controlado, todo o resíduo do município está sendo descartado em um aterro privado, o CTR localizado no espaço rural da cidade, a coleta e transporte dos resíduos do município é realizado por dezesseis caminhões diurnos e sete caminhões noturnos, ambos com capacidade de 15m<sup>3</sup> durante as 24 horas, ocorre no aterro os cuidados para evitar desastres naturais como recolhimento do chorume e do gás. O Departamento de Limpeza Pública que possui como uma de suas atribuições à conscientização com relação à coleta de resíduo, em informação pelo setor do ECOATITUDE no ano de 2012 foi concretizada pela equipe de fiscalização 5.244 entre notificações e multas por disposição incorreta dos resíduos, outra ação da gestão está à distribuição pela cidade principalmente em estabelecimentos públicos e comerciais totalizando doze pontos de coleta papa pilhas e baterias materiais nocivos à saúde humana e que nos últimos anos sua produção cresce assustadoramente.

Uma experiência realizada pela gestão municipal com relação aos resíduos são os jardins comunitários, áreas que antes eram depósitos de resíduos transformaram-se em áreas para plantação, primeira de plantas medicinais e frutíferas infelizmente não foi possível continuar, no entanto realizaram uma experiência com plantas ornamentais utilizando os pneus recolhidos na coleta seletiva, estes são decorados e os cuidados dos jardins são dos

próprios moradores, atualmente são quatro com projeção para mais novos seis jardins em outras localidades da cidade, sempre em territórios periféricos. E a implantação de programas voltados à sustentabilidade nas escolas municipais em vinte e sete unidades, transformadas em escolas mais sustentáveis.

O município implantou desde setembro/2018 a coleta seletiva de materiais recicláveis como plástico, papelão, metal e vidro que iniciaram com o apoio de sessenta e seis condomínios do bairro de classe A e aproximadamente cem residências de classe A, B e C previamente articulados com coletas agendadas um caminhão baú de 20m<sup>3</sup> da empresa terceirizada pelo município realiza toda esta atividade, segundo a coordenação municipal do ECOATITUDE o número de pessoas que optam pela coleta seletiva cresce no município, por meio de contato telefônico os interessados entram em contato para recolhimento do material em suas residências, o destino de todo esse resíduo é a Associação de Catadores de Resíduos Sólidos de Caruaru e a Asproma, e daí que veio a surpresa o setor desconhecia totalmente a unidade da Vila Padre Inácio, a primeira unidade implantada em Caruaru, um fator que possa ser relevante para o desconhecimento por parte do poder público desta unidade está na rotatividade de profissionais por terem vínculos precarizados, quando a mudança no poder executivo os demais órgãos submetidos seguem a mesma dinâmica, e todo o resíduo que era destinado para Asproma estava sendo recebido pela unidade do São João da Escócia, responsável seu Márcio que diante de inúmeras tentativas para entrevistar para conhecer a história da unidade sempre se encontrava fechada, e a coordenação do ECOATITUDE também relatou não conseguir conversar com ele que apenas era possível encontrá-lo no dia do recebimento dos resíduos, pelas brechas da parede era visível o abandono e o acúmulo de resíduos uma enorme diferença de todo cuidado que tem a unidade da Vila Padre Inácio, que após entrevista realizada a gestão municipal visitou a unidade e a partir de novembro/2019 começou a receber também os resíduos através de rodízio cada unidade recebe uma semana, diante da chegada de mais material a unidade necessitou da ajuda de mais duas pessoas para arrumação da coleta, no entanto alguns entraves são relatados pelo catador principalmente pelo material recebido, ainda pensamos que tudo pode ser reciclado e não, um exemplo é a madeira.

**Quadro 6 - Dados da coleta seletiva do município de Caruaru (PE) - resíduos destinados para associações de catadores**

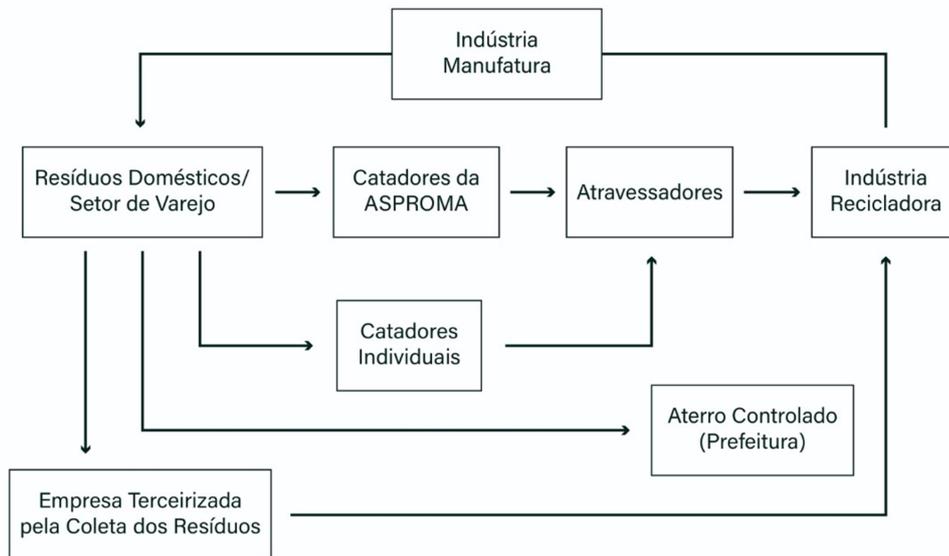
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<b>2019</b>	6.070 kg	9.490 kg	7.300 kg	6.000 kg	13.740 kg	9.060 kg	16.595 kg	6.600 kg	9.150 Kg	-	8.110 kg	8.090 kg
<b>2020</b>	4.110 kg	3.380 kg	1.280 kg	4.840 kg	230 kg	1.090 kg	2.430 kg	4.040 kg	1.090 Kg	-	-	3.100 kg

Fonte: Secretaria de Serviços Públicos de Caruaru (2021)

Os resíduos são recolhidos pelo caminhão da empresa de limpeza urbana terceirizada durante três vezes na semana, os dados demonstram uma redução durante os anos de 2019/2020 uma hipótese segundo a coordenação do programa seria o receio que as pessoas tinham do novo coronavírus e estavam sem agendar a coleta. O próximo passo da gestão será a inauguração da sede de um galpão de triagem para separação dos resíduos, para início de seu funcionamento aguarda apenas a finalização do processo licitatório dos maquinários para iniciar o cadastro dos catadores, o que vem chamando a atenção dos catadores, em seu relato que em reunião com a gestão não vê com bons olhos esta iniciativa, outro fator que possa inviabilizar o andamento do galpão é sua localização será instalado em uma área periférica da cidade, e será um concorrente para Asproma.

Figura 12 - Cadeia de reciclagem de Caruaru

## CADEIA DE RECICLAGEM DA CIDADE DE CARUARU



Fonte: Alberto Farias (2020)

A cadeia de reciclagem de Caruaru (PE) possui uma estrutura que é um padrão em diversas cidades brasileiras como Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Cascavel (PR), entre tantas outras cidades, uma cadeia produtiva com a partilha desigual dos recursos financeiros gerados por ela, a forte presença dos atravessadores que se aproveitam da fragilidade dos catadores para explorar sua mão de obra barata, a iniciativa privada passando de parceiro a concorrente dos materiais recicláveis, do poder público agindo timidamente na regulação, fortalecimento e apoio técnico na atividade de catação, e as condições degradantes de trabalho dos catadores, realizam uma atividade que não é reconhecida socialmente, no entanto são trabalhadores resistentes que valorizam seu trabalho e se orgulham do que fazem no fortalecimento de cidades mais sustentáveis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os homens quando conseguiram dominar algumas técnicas entre eles, como a agricultura e a domesticação de animais, passaram de nômades a sedentários, porém não se imaginou quais seriam os impactos dessa transformação para sua sobrevivência. Entre os impactos está sua produção de resíduos, cujo acúmulo acarretou pragas nocivas e enfermidades, entre outras consequências, custando muitas vezes sua própria vida. Seria necessário separar o homem dos seus resíduos, colocando-os quanto mais longe melhor. Entretanto, os resíduos nos últimos anos passaram de problemas para sobrevivência de um grupo de pessoas e para outros uma fonte de rendimentos, gerando conflitos de interesses entre diversos grupos que perceberam neles seu valor econômico, formando-se assim uma cadeia composta de diferentes elos, cada qual com diferentes interesses e poder de influência.

As cadeias produtivas representam uma forma de organização da produção de capital, que apesar de produzirem riquezas, escondem suas perversidades: trabalho escravo, trabalho infantil, destruição dos recursos naturais, entre outros malogros. No entanto, o discurso de desenvolvimento econômico prevalece justificado sempre pela geração de trabalho e renda para populações mais vulneráveis, sabendo-se que são esses trabalhadores os mais impactados pelos malogros presentes nestas cadeias produtivas. E a cadeia da reciclagem está hoje inserida nas redes de ponta das cadeias produtivas, ela carrega consigo todos os malogros das demais cadeias, e por se estabelecer longe dos olhos do poder público, que necessitaria monitorá-las e fiscalizá-las, essa ausência ocasiona consequências prejudiciais aos trabalhadores pobres sobreviventes da catação são bem mais árduas.

Os catadores da Asproma representam o elo mais frágil da cadeia de reciclagem, são pobres expulsos do campo pela lógica de produção capitalista, e que ao longo de suas vidas foram ocupar as cidades brasileiras, sendo-lhes negligenciado o direito de acesso às políticas públicas (assistência social, educação, moradia, saúde, segurança pública). Ademais, estão sujeitos a todo tipo de riscos, pois geralmente executam a atividade de catação em locais e horários perigosos, onde há pouca movimentação de pessoas. Os catadores foram os primeiros a perceber o valor socioeconômico do que era jogado fora pelos moradores das cidades, sejam resíduos domésticos ou industriais. Transformaram esses resíduos em fonte de sobrevivência, conseguindo de forma informal e indireta construir a logística reversa brasileira. Entretanto, muitos hoje sofrem nas mãos de usurpadores travestidos de empresários da reciclagem

(atravessadores) e protetores do meio ambiente, que hoje dominam a atividade, explorando a mão de obra dos trabalhadores da catação.

Apesar das disparidades regionais que caracterizam o país, a cadeia da reciclagem brasileira apresenta semelhanças de organização e funcionamento em uma boa parte dos municípios brasileiros. Elas não são apenas constituídas pelos coletores e organizações intermediárias, mas outros elos que as compõem incluem também: o setor de varejo, onde se observa uma grande contradição, pois se, de um lado, são colaboradores dos catadores disponibilizando os resíduos de suas atividades, materiais recicláveis, de outro lado, em alguns municípios tornaram-se seus principais concorrentes na disputa pelos resíduos; o poder público que pode ser um pêndulo na cadeia, mas que age timidamente na potencialização da atividade de catação; e mais recentemente, o negócio de usinas de incineração de resíduos, que tem crescido no Brasil, com instalação prevista inclusive na cidade do Recife (PE), o qual representa um risco à continuidade da atividade de catação, pois retira dos catadores seu principal insumo, o resíduo, ainda que exista um ônus enorme com esse processo para o ambiente, como a poluição do ar.

O estudo aqui apresentado foi desenvolvido a partir de vivência relatada pelos sobreviventes da catação de resíduos do Agreste pernambucano, mais precisamente na cidade de Caruaru (PE). A experiência desses trabalhadores inicia individualmente passando para uma ação de coletividade, diante de um surto de dengue provocado pelo acúmulo de resíduos. Por outro lado, a dura vida de trabalhadores de catação no lixão inspirou a congregação religiosa Irmãzinhas de Assunção que os provocou a se unirem para melhoria da estruturação de seu trabalho e da qualidade de sua vida na cidade, assim se estabelecendo a Associação dos Protetores do Meio Ambiente (Asproma). Com início difícil e poucos recursos técnicos, aos poucos organizaram a atividade da catação em conjunto, construíram uma sede própria para associação, adquiriram recursos técnicos, alcançaram melhores condições de moradia para seus membros, porém nem tudo são benfeitorias. Um dos grandes desafios dos catadores da Asproma está em sua autonomia. Desde sua fundação eles contaram com a parceria da ordem religiosa católica Irmãzinhas de Assunção, em especial da Irmã Franca, que sempre generosa e solícita os ajudou em todo processo de formação, aquisição dos maquinários, nas parcerias firmadas entre a Asproma e o setor de varejo, inclusive na construção do regimento interno que, nas palavras dos catadores, ainda hoje os impede de compor a diretoria da Asproma. Essa

dependência de uma diretoria formada por pessoas externas ao grupo de catadores, que ora desconhecem completamente os interesses e conflitos permeados na cadeia de reciclagem local, ora se aproveitam da vulnerabilidade dos catadores e os ludibriam, gerou conflitos internos entre a diretoria e os catadores.

Desde sua formação até os dias atuais, apenas quatro diretorias foram compostas, e a única diretora relatada pelos próprios catadores como aliada e livre de conflitos foi a Irmã Franca, primeira diretora da Asproma, sempre lembrada com saudosismo por eles. Esses conflitos acarretaram a saída dos catadores da Asproma de um total de vinte e dois catadores, no início de sua formação, o grupo é hoje composto de apenas doze associados, embora apenas dois catadores de fato continuem atuando na Asproma. Os demais abandonaram a associação e laboram atualmente em outras atividades, desde trabalhador da empresa terceirizada responsável pela coleta de resíduos no município, a trabalhadores manuais como catadores individuais, pedreiros, entre outros.

A situação dos trabalhadores da Asproma não é nada fácil principalmente pelos danos causados pelo último diretor, que ao deixar a diretoria levou consigo toda a documentação legal da associação, e constantemente é procurado pelos catadores que permanecem nela atuantes para reaverem a documentação, sem sucesso. Os relatos dos catadores com relação às duas últimas diretorias representam o descaso com que esses trabalhadores são tratados, ludibriados por aproveitadores. Hoje a situação da associação é bastante difícil, prestes a fechar as portas para sempre, o que seria uma grande perda para cidade de Caruaru já que a atividade de catação programada por ela realizada representa a manutenção de uma vida urbana mais sustentável e a sustentabilidade do próprio aterro controlado.

Diante dessa situação de abandono e descaso, assim como da baixa capacidade de organização e autonomia dos catadores associados, a Asproma viu seus principais fornecedores de materiais recicláveis deixarem de fornecer o material ou tornar-se seu concorrente direto na venda do material. Neste contexto, sua atividade é ignorada pelo poder público que não identificou na associação uma prestadora de serviço ambiental potencial, com implicações positivas também na criação de trabalho e renda na cidade. Atualmente a Asproma recebe material reciclável pela coleta seletiva da prefeitura realizada três vezes por semana. Ainda com relação ao poder público local, o investimento na construção de um

galpão de triagem para os resíduos não é visto com bons olhos pelos catadores da Asproma, pois avaliam que ganharam mais um concorrente na disputa pelos resíduos.

Em sua relação com os atravessadores locais, verifica-se a verdadeira contradição da cadeia. Os catadores os enxergam como parceiros, por lhes adiantarem recursos financeiros quando necessitam o que deprecia os pagamentos realizados por eles pelos resíduos coletados. Entretanto, os atravessadores não são vistos pelos catadores como exploradores de sua mão de obra, apesar de serem os agentes que determinam os valores - depreciados - a lhes serem pagos em troca dos resíduos. Permanece a grande vulnerabilidade dos catadores desde quando eram trabalhadores individuais e que continuou quando associados: sua dependência dos atravessadores. A Asproma em sua atuação todos esses anos nunca conseguiu negociar adequadamente com os atravessadores, menos ainda com as indústrias finais de reciclagem.

Se de um lado a história da Asproma é de resistência, de outro lado é de uma sucessão de evidências que ressaltam a ausência de autonomia de organização e capacidade de negociação frente os demais elos da cadeia, como relatado pelos dois membros da associação. Todos esses problemas por eles enfrentados, como se observou nos últimos meses de pesquisa em campo, não impedem de se compreender que a constituição da associação causou uma efetiva transformação na vida desses trabalhadores, que conseguiram desenvolver alguma capacidade de decisão e organização, como mostra a iniciativa de procurarem a Defensoria Pública do município na tentativa de reaver a documentação da associação e verificar a situação financeira, processo que está em andamento no momento. Entretanto, os catadores remanescentes na Asproma ainda se encontram em situação de vulnerabilidade no sentido de organizar e encaminhar suas reivindicações junto aos demais elos da cadeia.

A situação dos trabalhadores da Asproma reflete o tratamento das classes superiores com relação aos trabalhadores pobres, em sua maioria negros, que remonta ao nosso passado escravocrata ainda presente em nossos dias. São abandonados à própria sorte, sem políticas públicas que os acolham e possibilitem alguma ascensão social por meio de acesso a educação e formação profissional, sendo ao contrário adjetivados como preguiçosos, vagabundos, cachaceiros, entre outros. Nunca são vistos como trabalhadores mesmo reconhecidos pelo código brasileiro de ocupação e com todos os dispositivos legais existentes nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Assim, carecem urgentemente de serem reconhecidos e terem seus direitos legais difundidos entre os próprios catadores. Como se observou durante a

pesquisa, os catadores da Asproma nunca tinham ouvido se quer falar da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), um marco regulatório de extrema importância para sua atividade, desconhecimento que reflete a frágil escolarização e organização desses trabalhadores, muitos dos quais não foram sequer alfabetizados. Contudo, sem uma capacidade mínima de organização, essa situação não deve mudar afinal os que dela se beneficiam, sem a resistência dos mais elos frágeis da cadeia, têm meios para que assim permaneça.

No sentido da mudança em favor dos catadores seria aproximarem-se do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), cuja experiência pode contribuir e muito no fortalecimento dos catadores de Caruaru. Mas sua atuação se restringe às capitais e regiões metropolitanas do país, de modo que precisa interiorizar a sua atuação para chegar aos catadores das cidades do interior brasileiro. E o mais importante seria o reconhecimento da sociedade com relação a esses trabalhadores, de modo que os olhares a eles dirigidos não sejam de marginalização da atividade da catação, mas sim de importância socioambiental. Para isso acontecer é preciso que a ação dos catadores e dos que com eles se solidarizam, force o poder público a promover campanhas de educação da sociedade para reconhecimento e valorização destes profissionais.

Portanto, para a melhoria da atividade de catação, seja no Brasil, seja na cidade de Caruaru, é preciso garantir a aplicação total dos dispositivos legais já disponíveis. Fortalecer a atividade dos catadores é garantir acesso às políticas públicas, principalmente à política de educação, como essencial poder de transformação da vida dessas pessoas, para que não tenhamos de ouvir dos catadores relatos como “trabalhamos como bichos”. No entanto, essas transformações só irão ocorrer quando esses trabalhadores não apenas se fizerem ouvir, desenvolverem sua capacidade de organização e reivindicarem seus direitos, e forem ouvidos pela sociedade. Nesta dissertação, procuramos exercitar a escuta, por isso a utilização da metodologia da história oral, que dá voz a esses trabalhadores historicamente silenciados. Ao exercitarmos a escuta, privilegiamos sua memória de vida e contribuimos para a superação de uma violência profundamente introjetada em suas subjetividades. Escutar seus relatos auxilia a construção do ser histórico, esforço exigido à universidade brasileira, pois não dá mais para seguirmos construindo um espaço urbano tão desigual. Todos são cidadãos merecem ter direito à cidade, o que não se pode alcançar sem ouvir diretamente as pessoas. Ampliar esse senso de responsabilidade social na pesquisa acadêmica se constitui uma recomendação que o

presente trabalho sobre a história da Asproma suscitou, podendo inclusive se tornar um objeto de pesquisas futuras os resultados do processo judicial, assim como a construção da desejada autonomia da associação e de seus membros.

## REFERÊNCIAS

ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. São Paulo, 2019.

ALMEIDA, Julia Righi *et al.* **Lixo Urbano: o que você precisa saber sobre o assunto**. Rio de Janeiro, 2012.

AMADO, Janaina. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v.15, nº 15, São Paulo, 1997.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 13º ed. Ver. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

ASSAD, Leonor. Aplicação de política nacional para resíduos sólidos pode transformar lixo em dinheiro. **Notícias do Brasil**, v.64, nº.3, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. Lixo: uma ressignificação necessária. **Ciência e Cultura**, v. 68, nº 4, São Paulo, 2016.

BATISTA, Natália Cristina; CANETTIERI, Thiago. “A cidade não somos nós”: tempo e espaço na narrativa de um morador de ocupação urbana. **Revista de Ciências Humanas**, v. 49, nº 1, p. 181-198, Florianópolis, 2015. Disponível em: [cmtu.londrina.pr.gov.br/index.php/coleta-reciclaivel/londrina-recicla-em-dados.html](http://cmtu.londrina.pr.gov.br/index.php/coleta-reciclaivel/londrina-recicla-em-dados.html). Acesso em 11/03/2020.

BAUMAN, Zygmunt. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Riqueza de Poucos Beneficia Todos Nós?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

\_\_\_\_\_. **Danos Colaterais: Desigualdades Sociais numa era Global**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal” o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 63, nº 67, pp.101-116, São Paulo, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos: Lei federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Brasília, 2 de agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. **Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000**. Lei federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Brasília, 15 de julho de 2020.

\_\_\_\_\_. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Lei federal lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, 31 de agosto de 1981.

\_\_\_\_\_. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.** Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Brasília, 12 de fevereiro de 1998.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Trabalho e Emprego: Relação Anual de Informações Sociais 2015.** Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/rais/>. Acesso em: 10/11/2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise Urbana.** São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. **A cidade.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão (org.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente; SOARES, Fagno da Silva. História oral entre reflexões e memórias: Revisitando o percurso de Antônio Torres Montenegro e suas trilhas metodológicas do fazer historiográfico. **Revista Observatório**, v. 2, nº 1, Palmas, 2016.

CAVALCANTI, Luciano Marcos Dias; Pereira, Cilene Margarete. **Reflexões sobre literatura, direitos humanos e ensino a partir do texto literário.** [https://revistas.unicentro.br/index.php/revista\\_interfaces/article/viewFile/6020/4373](https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/viewFile/6020/4373). Acesso em 29 de janeiro de 2021.

CORNIERI, Marina Gonzalbo; FRACALANZA, Ana Paula. **Desafios do lixo em nossa sociedade.** Revista Brasileira de Ciências Ambientais, nº 16, São Paulo, 2010.

CUNHA, Daisy Moreira; LAUDARES, João Bosco (org.). **Trabalho: Diálogos Multidisciplinares.** Belo Horizonte: Editora UFMG. (Textos de Vanessa Andrade de Barros; Mônica Queiroz de Oliveira; Cristiane Veloso Neves; p. 76 a 97 e Magda de Almeida Neves; Juliana Gonzaga Jayme; Paulina Zambeli; p. 98-123).

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. **Cadeia de Reciclagem: um olhar para os catadores.** São Paulo: Editora Sesc, 2013.

DEMAJOROVIC, J.; HUERTAS, M.; BOUERES, J.; SILVA, A.; SOTANO, A. Logística Reversa: Como as empresas comunicam o descarte de baterias e celulares?

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 5º ed. São Paulo: Global, 2008. p. 23-57.

FERRAZ, Lucimare; GOMES, Maria Helena de Andrea; BUSSATO, Maria Assunta. O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental. **Caderno EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, opinião 5, Rio de Janeiro, Setembro, 2012.

FORTUNATO, Elizabeth; RUSCHEINSKY, Aloíso. A História oral na pesquisa sobre o espaço urbano. Rio Grande do Sul: **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (Biblios)**, v. 16, 2014.

FREUND, Alexander. **História oral como processo gerador de dados**. Paraná. Revista Tempos Históricos, v.12, nº 2, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

IBGE: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

IPEA: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (Região Nordeste)**. Brasília: Ipea, 2013.

IPNAH. **Feira de Caruaru**. Brasília: Iphan, 2009. (Dossiê Iphan; 9)

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MATTOS, Marcelo Badoró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MILLER, Daniel. Trecos, **Troços e Coisas: estudo antropológico sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História**. v. 13, nº25/26, p. 55-65. São Paulo, 1993.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Viver, ouvir e aprender: o outro nas entrevistas com a história oral. **Tempos Históricos**, v.17, nº 2, Paraná, 2013.

NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PERNAMBUCO. **Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação da coleta seletiva de lixo nos condomínios residenciais e comerciais, nos estabelecimentos comerciais e industriais e órgãos públicos federais, estaduais e municipais no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências: lei estadual nº 13.047, de 26 de junho de 2006**. Pernambuco, 26 de junho de 2006.

\_\_\_\_\_. **Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências:** lei nº 14. 236, de 13 de dezembro de 2010. Pernambuco, 13 de dezembro de 2010.

RAE. **Revista de Administração de Empresas**, v.52, nº 2, p.165-178,2012.

SAKAMOTO, Leandro *et. al.* **Escravidão contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. **Reflexões e análise sobre o processo de precarização do trabalho na contemporaneidade**. Estudos Geográficos Revista Eletrônica, v. 16, nº 2. São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Record, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Motriz; STARLING, Heloisa Murguel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo. Companhia das Letras, 2015. p. 79-106.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SPOSITO, Eliseu *et al.* **A diversidade da geografia brasileira: Escalas e dimensões de análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016. p. 113-143.

WALDMAN, Mauricio. Lixo domiciliar brasileiro: modelos de gestão e impactos ambientais. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 33, 169-184. nº 2. Goiás, 2013.